



**Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Curso de Graduação em Biblioteconomia**

**Proposta de revitalização do acervo da
Mapoteca da Biblioteca Central da
Universidade de Brasília.**

Sandra Miyako Izawa

Brasília

2011

Sandra Miyako Izawa

Proposta de revitalização do acervo da mapoteca da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção
de título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ilza Leite de
Azevedo Santos Lopes

Brasília

2011

198p

Izawa, Sandra Miyako.

Proposta de revitalização da Mapoteca da Universidade de Brasília /
Sandra Miyako Izawa. – Brasília, 2011

97 p. : il.

Orientação: Prof^a Dr^a Ilza Leite de Azevedo Santos Lopes

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de
Ciência da Informação, 2011.

1. Revitalização de acervos 2. Organização de mapotecas 3.
Cartografia I. Izawa, Sandra Miyako II. Lopes, Ilza Leite de Azevedo
Santos (orient.) III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Shuichi Izawa e à minha mãe Mitsue Nakakura Izawa pela educação, dedicação, valores e princípios ensinados a mim.

Ao meus irmãos Gilberto, Andreia e Mirian pelo incentivo a continuar seguindo os meus sonhos e nunca desistir.

Às minhas amigas Jane e Sheyla pelo carinho, apoio, compreensão e momentos de descontração. À Sheyla, em especial, por gastar do seu tempo na revisão deste trabalho.

À professora Ilza Lopes pela orientação e confiança na minha capacidade em desenvolver esta proposta.

Aos bibliotecários e funcionários da Biblioteca Central da Universidade de Brasília pela atenção e disposição no fornecimento de informações referentes à Mapoteca.

Ao Brunno pelo auxílio na formatação do trabalho e pela paciência e entretenimento nos momentos de tensão.

E à todos aqueles que contribuíram de algumas forma na realização deste trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modal-caixas-arquivo	p. 46
Figura 2: Mapoteca	p. 69
Figura 3: Mapa: Secção Geológica de Caceres ao Rio Sangrador Grande	p. 70
Figura 4: Catálogo online (BCE)	p. 73
Figura 5: Resultado da pesquisa ao catálogo	p. 74
Figura 6: Resultado da pesquisa ao catálogo	p. 75

SUMÁRIO

1	Introdução	p. 1
1.1	Objetivo geral	p. 2
1.2	Objetivo específico	p. 2
1.3	Justificativa	p. 3
2	Revisão de Literatura	p. 4
2.1	Cartografia	p. 4
2.1.1	Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo	p. 6
2.1.2	Representações cartográficas	p. 9
2.1.3	Elementos de um mapa	p. 10
2.1.4	Classificação de mapas e cartas	p. 12
2.2	Cartografia no Brasil	p. 13
2.2.1	IBGE	p. 14
2.2.2	CONCAR	p. 16
2.2.3	Sociedade Brasileira de Cartografia	p. 17
2.2.4	Cronologia dos principais acontecimentos da história da Cartografia	p. 18
2.3	Mapoteca	p. 20
2.4	Política de seleção	p. 21
2.5	Catálogo	p. 23
2.5.1	Catálogo de materiais cartográficos	p. 24
2.5.1.1	Catálogo de título	p. 25
2.5.1.2	Catálogo da área dos dados matemáticos e outros detalhes específicos	p. 26
2.5.1.3	Catálogo da escala	p. 27
2.5.1.4	Catálogo da indicação de projeção	P. 28
2.5.1.5	Catálogo da indicação de coordenadas e equinócios	p. 29
2.5.1.6	Catálogo do tipo e extensão do recurso	p. 29
2.5.1.7	Catálogo da numeração relativa a uma publicação seriada	p. 29
2.5.1.8	Catálogo da área da descrição física	p. 29
2.5.1.9	Catálogo de outros detalhes físicos	p. 30

2.5.1.10 Catalogação da área de notas	p. 32
2.6 Indexação	p. 33
2.6.1 Indexação de materiais cartográficos	p. 34
2.7 Classificação	p. 36
2.7.1 Classificação Decimal Universal	p. 38
2.7.1.1 Classificação de materiais cartográficos	p. 38
2.8 Conservação e preservação de material cartográfico	p. 40
2.8.1 Higienização	p. 43
2.8.2 Armazenagem de materiais	p. 44
2.8.3 Mapotecas	p. 45
2.8.4 Caixas	p. 46
2.8.5 Dependurar	p. 47
2.8.6 Invólucros de proteção	p. 47
2.9 Coleções	p. 50
2.9.1 Projeto RADAM	p. 50
2.9.2 Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP)	p. 52
3 Metodologia para organização de mapoteca	p. 55
3.1 Mapoteca da Biblioteca Nacional	p. 55
3.1.1 Histórico	p. 55
3.1.2 Política de formação e desenvolvimento de acervo de mapoteca	p. 56
3.1.3 PLANOR	p. 57
3.2 Mapoteca da Biblioteca do IBGE	p. 59
4 Estudo de caso	p. 61
4.1 Proposta de revitalização da mapoteca da Biblioteca Central	p. 61
4.2. Metodologia	p. 61
4.3 Análise do ambiente	p. 61
4.4 Levantamento de dados	p. 62
4.5 Análise de dados	p. 68
5 Conclusão	p. 79
Referências bibliográficas	p. 81
Glossário	p. 87
Anexo A: Entrevista com a Fundação Biblioteca Nacional	
Anexo B: Nomes geográficos: normas para indexação	

Resumo

O trabalho trata de uma proposta de revitalização do acervo da Mapoteca da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, visando a reorganização do acervo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Conceituou-se cartografia, seleção, catalogação, indexação, classificação, conservação e preservação. Trata, também do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP) e do Projeto RADAMBRASIL para verificar a importância destas coleções para a Mapoteca. Realizou-se visitas à Mapoteca, análise de dados e comunicação informal com alguns bibliotecários da Biblioteca Central (BCE), funcionários da biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Brasília e via e-mail com a bibliotecária da coleção cartográfica da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Maria Dulce Faria. O objetivo desta monografia é chamar a atenção dos bibliotecários da instituição para os problemas apresentados pela mapoteca e para que estes tenham o interesse em desenvolvê-la, pois o papel do bibliotecário é o de disseminador da informação institucional.

Palavras-chave: Revitalização de acervos de mapoteca, Cartografia, Organização de mapotecas

Abstract

The work is a proposal to revitalize the collection of the Central Library Map Collection at the University of Brasilia to the reorganization of the collection. The methodology used was literature research and exploratory. Cartography, it was determined, selection, cataloging, indexing, classification, conservation and preservation and the Brazilian Center for Portuguese Studies (CBEP) and RADAMBRASIL, important collections of the acquis. We carried out visits to the Map collection, data analysis and informal communication with some librarians in the Central Library (BCE), the library staff of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in Brasilia and via e-mail to the librarian's collection of cartographic National Library of Rio de Janeiro, Dulce Maria Faria. The purpose of this monograph is to draw the attention of librarians in the institution for the problems presented by the Map Collection and so they have an interest in developing it because the librarian's role is to disseminate corporate information.

Keyword: Revitalization of Map Collection, Cartography, Organizing Map Collection

1 Introdução

A mapoteca da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB/BCE) faz parte do Setor de Coleções Especiais. Segundo a bibliotecária Lussara Vieira, são raros os usuários que procuram a mapoteca devido a falta de divulgação dos materiais cartográficos, aos problemas de organização do acervo e pelas más condições de conservação e preservação destes materiais.

A necessidade de um serviço de qualidade aos usuários e a intenção de manter viva as obras produzidas pela cartografia, levou a elaboração de uma proposta de revitalização da mapoteca, que tem como objetivo solucionar os problemas de organização, conservação e preservação e acessibilidade.

A partir dos problemas apresentados realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, onde os conceitos abordados para a realização do trabalho foram: cartografia, política de seleção, catalogação, indexação, classificação e conservação e preservação de documentos cartográficos. Dando-se maior ênfase na catalogação, por se tratar da principal atividade realizada pela UnB/BCE e pelo fato da indexação não ser realizada por esta, pois segue a lista de cabeçalho de assuntos da LC.

Essa pesquisa levou, também, a busca de informações sobre as coleções RADAM (Radar da Amazônia) e CBEP (Centro Brasileiro de Estudos Portugueses) existentes na mapoteca da UnB/BCE, tendo como finalidade mostrar a importância destas coleções para a comunidade científica.

A primeira coleção originou-se de um projeto de mapeamento da região Amazônica empregando-se o radar para a realização do sensoriamento remoto. O sucesso levou à ampliação do projeto, estendendo-se por todo território brasileiro, passando a denominar-se RADAMBRASIL.

A segunda tem sua origem numa coleção de mapas produzidos por Portugal para demarcar suas colônias e impor seu poder nelas. Foi uma doação do Movimento

Lusófano Internacional (MIL) para a UnB com o objetivo de manter a sua preservação.

Contactou-se, ainda, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e visitou-se a Biblioteca do IBGE de Brasília para a obtenção de informações sobre a organização de seus acervos cartográficos que poderiam auxiliar no estudo de caso.

No estudo de caso, visitou-se a mapoteca da UnB/BCE para realizar o levantamento de dados. Analisou-se o ambiente e os dados coletados e verificou-se os problemas informados pela bibliotecária na época, responsável pelo setor de coleções especiais. Dessa forma, afim de resolver estes problemas desenvolveu-se a proposta de revitalizar a mapoteca para facilitar o acesso dos usuários e a recuperação dos documentos cartográficos.

1.1 Objetivo geral

- Propor uma revitalização do acervo por meio da organização, conservação e preservação da Mapoteca da UnB/BCE.

1.2 Objetivos específicos

- Conceituar cartografia e elementos cartográficos, catalogação, classificação, indexação, conservação e preservação;
- Propor a entrada secundária para articulação sistemática de folhas de cartas;
- Propor o emprego da notação 912, próprio para materiais não-textuais, ilustrações, etc.;
- Propor uma política de seleção mais consistente para aquisições e descarte de documentos que não estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo setor;
- Propor a melhoria das condições de conservação, preservação e armazenagem dos documentos e;
- Analisar a importância das coleções CBEP e RADAM para a UnB/BCE.

1.3 Justificativa

A proposta de revitalização do acervo da mapoteca da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB/BCE) se justifica pela pouca utilização e falta de organização e tratamento da informação cartográfica. A falta de precisão na recuperação da informação, o modo como os documentos estão armazenados, entre outros fatores, tornam-se obstáculos para os pesquisadores, pois estes perdem muito tempo fazendo a busca ao catálogo e/ou ao acervo. Observou-se que o problema de excesso de documentos sem tratamento e organização física dessa informação de forma inadequada deve-se à inexistência de uma política de seleção consistente.

Verificou-se que uma parte considerável da documentação existente na mapoteca é pouco conhecida pelos próprios bibliotecários da instituição. Num estudo preliminar, constatou-se a existência de mapas não catalogados, sem data de publicação e com características de mapas antigos. Em uma conversa informal com a Bibliotecária e ex-coordenadora das Coleções Especiais, chegou-se à conclusão de que deveria ser realizada uma pesquisa sobre estas obras. A pesquisa revelou a existência de alguns mapas antigos com relevância para estudos científicos.

Outra justificativa para a proposta de revitalização seria porque existem duas coleções de grande importância para o Brasil: a coleção do **Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP)**, constituído por documentos produzidos sobre Portugal e suas colônias e ex-colônias, que o **Movimento Internacional Lusófono (MIL)** confiou à Universidade de Brasília para a sua conservação e preservação e, a coleção **RADAMBRASIL**, projeto que teve grande importância no Brasil e na América do Sul, ao possibilitar o mapeamento da Região Amazônica, sendo em 1970, estendido para todo o Brasil.

Assim, com o estudo deste trabalho, deseja-se chamar a atenção dos profissionais da UnB/BCE para a importância dos materiais cartográficos à comunidade acadêmica e científica, promovendo uma proposta de revitalização do serviço da mapoteca.

2 Revisão de literatura

A revisão de literatura oferece embasamento teórico para a compreensão do trabalho. Fornece noções básicas sobre cartografia, conceitos de catalogação, classificação, indexação e conservação e preservação de materiais cartográficos e informações sobre as coleções RADAMBRASIL e CBEP (Centro Brasileiro de Estudos Portugueses). O trabalho começou a ser realizado em março de 2010 e terminou em janeiro de 2011. Foram consultadas as seguintes fontes de informação: livros, artigos de revisão, periódicos, e artigos eletrônicos sobre os seguintes assuntos: Cartografia, Cartografia no Brasil, Mídias, Política de seleção, Formação e desenvolvimento de acervos, Catalogação, Indexação, Classificação, Conservação e preservação de documentos, Projeto RADAMBRASIL e Cartografia antiga portuguesa.

2.1 Cartografia

Os mapas existem desde antes do aparecimento da escrita, nos tempos pré-históricos quando o ser humano começou a sentir necessidade de conhecer o mundo a sua volta, localizando áreas estratégicas importantes para a sua sobrevivência (HARLEY, 1991). No início eram apenas desenhos em paredes, mas com o passar dos tempos o homem desenvolveu técnicas e habilidades para mapear os deslocamentos de um lugar para outro, possibilitando a visualização das características de uma determinada região e orientando as pessoas em seus percursos (IBGE, 1998).

Os mapas representam uma forma de saber, um produto cultural dos povos, e não um mero resultado de uma difusão tecnológica a partir de um foco europeu. Cada cultura exprime sua particularidade cartográfica, [...] Mesmo os produtos cartográficos mais modernos, baseados no uso de satélites e da informática, não deixam de ser construções sociais. (DUARTE, 1994, p. 17)

Segundo Harley (1991), os mapas surgiram em muitas culturas e todas tinham suas

particularidades, como métodos e técnicas de produção diferenciados. Os mapas eram utilizados principalmente nas navegações e como instrumentos de poder com finalidade política, econômica, militar e/ou religiosa, como peças de decoração. Eram empregados, também, como meio de intercâmbio cultural capazes de eliminar as barreiras impostas pela língua.

Para se entender um pouco mais de mapas, deve-se saber o que é cartografia e qual sua utilidade. Cartografia é definida pela Sociedade Brasileira de Cartografia como “o conjunto das operações aéreas, terrestres, hidrográficas e de gabinete que, direta ou indiretamente, conduzem à elaboração e reprodução de cartas” (BRASIL, 1959). No entanto, o conceito mais usual é o da Associação Cartográfica Internacional que define cartografia como sendo:

[...] o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm a partir dos resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação, em vista da elaboração e do estabelecimento de mapas, planos e outros modos de expressão, assim como de sua utilização. (ASSOCIAÇÃO CARTOGRÁFICA INTERNACIONAL apud IBGE, 1998, p. 10)

A cartografia trata da elaboração de cartas por meio de levantamentos a partir de observações diretas da paisagem ou indiretas, neste caso, pela verificação de documentação (OLIVEIRA, 1983). A cartografia é a ciência que trata da representação de uma superfície em um plano, pode ser empregada para vários fins e ser utilizada em diversas áreas do conhecimento (IBGE, 1994), mas é utilizada principalmente na área de geociências.

No Dicionário Cartográfico de Oliveira, (1983 p. 97) pode-se encontrar a definição de cartografia e a origem da palavra:

Cartografia (Hist.) 1. Vocábulo criado pelo historiador português Visconde de Santarém, em carta de 8 de dezembro de 1839, escrita em Paris, e dirigida ao historiador brasileiro Adolfo de Varnhagen. Antes da divulgação e consagração do termo, o vocábulo usado tradicionalmente era cosmografia.
2. Conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas,

baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, visando à elaboração e preparação de cartas, projetos e outras formas de expressão, bem como a sua utilização (ACI).

Os mapas foram se aperfeiçoando com o desenvolvimento da imprensa e depois com o advento do computador. Tornaram-se mais técnicos, assim a parte decorativa dos mapas foi perdendo sua importância, e nos dias atuais foi praticamente eliminada, predominando o cientificismo, a partir do desenvolvimento de técnicas e normas para produção de mapas mais precisos.

Com o advento da tecnologia digital o mapa passou de um produto estático para um ambiente de consulta *geoespaço-temporal* controlado pelo próprio usuário. Este ambiente permite que o usuário controle as ferramentas de visualização, ajustando aquilo que é mostrado às suas necessidades e habilidades. (SANTOS e DECANINI, 2010)

As tecnologias têm auxiliado muito tanto na confecção quanto na utilização dos mapas, tornou-os mais dinâmicos para o entretenimento e mais acessíveis aos usuários. Com a digitalização, os mapas tornaram-se mais acessíveis possibilitando o uso de um determinado mapa por várias pessoas ao mesmo tempo.

2.1.1 Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo

A Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM), na escala 1: 1000000 e na projeção Cônica Conforme de Lambert, surgiu na Convenção de Londres em 1909, com o objetivo de fornecer cartas de uso geral e temáticas.

A sistematização na produção e recuperação dos informes cartográficos é fator preponderante ao bom desenvolvimento dos trabalhos de integração da Cartografia do País. A conjugação com os sistemas internacional, nacional e regional, garantem ao trabalho descrito sua importância e é o que está hoje a reivindicar-se para o Brasil. A sugestão exposta foi apresentada em 1973 à Comissão de Cartografia, sendo muito bem aceita e apreciada.

Um sistema compatível, baseado em uma articulação lógica, muito poderá beneficiar os produtores e usuários da cartografia em chegado o momento exato de atingirmos a maturidade cartográfica em termos de uniformização, uma vez que órgãos governamentais e empresas particulares vem desenvolvendo de forma vertiginosa a produção de mapas e cartas. (CARVALHO, 1980)

A articulação sistemática das folhas de cartas refere-se à padronização da produção das cartas de escala de até 1:25000 “limite de escala de Cartografia Sistemática nos termos do Decreto-Lei nº 243/67. Escalas maiores pertencem ao grupo de Cartografia Especial a ser regulada oportunamente, nos termos do mesmo Decreto-Lei.” (CARVALHO, 1980)

A seguir relata-se algumas características do sistema proposto, tais como:

- 1) As folhas em qualquer escala, a partir de 1/100.000 terão o mesmo formato;
- 2) O esquema de articulação é mais coerente com a articulação oficial preconizada até escala 1/25.000;
- 3) A lógica de articulação é mais fácil de desenvolver em sistema de computador: as coordenadas de canto de folha se interrelacionam desde a maior escala até a escala 1 /1.000.000; no programa em computador de geração das coordenadas de cantos de folhas, em vez de ter-se que especificar as coordenadas dos cantos superiores direitos ou o que seja das diversas séries de folhas, entra-se apenas com as coordenadas iniciais do ponto limite da região em estudo e o programa, face à lógica do desenvolvimento, vai calculando os cantos de folhas, convergência meridiana e coeficiente de deformação para todas as escalas; isto é válido tanto para uma pequena região como para uma folha inteira de 1/1.000.000
- 4) Ao se estudar o problema, teve-se cuidado de acomodar o formato de folha das diversas escalas com o campo abrangido por um fotograma nas escalas mais usuais

A padronização da articulação assegura a qualidade do produto ao manter a uniformização das coordenadas, minimizando a produção de cartas da mesma área abrangida com diferentes padrões de coordenadas. (CARVALHO, 1980)

A Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM) estabelece os seguintes critérios para a confecção das cartas (IBGE, 1998):

- 1) Folhas com 6 graus de longitude por 4 graus de latitude;
- 2) Letras N (norte) e S (Sul) indicam o hemisfério. As letras de A a V informam a quantidade de quadrículas por latitude, partindo da linha do Equador sentido norte ou sul. Os números de 1 a 60, de longitude de 6 graus começando no meridiano de 180 graus (antimeridiano de Greenwich) no sentido oeste-leste;
- 3) Folhas identificadas, geralmente, por um nome de um acidente geográfico considerado relevante na quadrícula.
- 4) São traçados os meridianos e os paralelos de grau em grau;
- 5) Subdivisão com equidistância de 5 minutos envolvendo cada folha deverá estar contida na moldura interna;
- 6) Números romanos de 1 a 12 são inseridos em um círculo com espaçamento de 30 minutos, no sentido noroeste-leste. As letras de "a" a "h" são inseridas seguindo a direção da latitude. "No índice dos Topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo, os acidentes geográficos são indicados segundo as coordenadas formadas por essas letras e números". (CARTOGRAFIA, 2010a)

O Brasil, como muitos outros países também, faz parte da CIM e está dividida em 46 cartas de escala 1:1000000 e segue os critérios abaixo:

As folhas da Carta do Brasil ao Milionésimo desdobram-se em outras escalas que também são consideradas oficiais. Uma folha na escala de 1:1.000.000, cujas dimensões são de 4 graus de latitude por 6 graus de longitude, desdobra-se em outras quatro folhas de 2 graus de latitude por 3 graus de longitude, denominadas V, X, Y e Z, na escala de 1:500.000.

Qualquer uma dessas quatro folhas (V, X, Y ou Z) desdobra-se em outras quatro de 1 grau de latitude por 1 grau e 30 minutos de longitude na escala de 1:250.000, denominadas A, B, C e D.

Estas folhas desdobram-se em outras seis, na escala de 1:100.000, denominadas em algarismos romanos como I, II, III, IV, V e VI, tendo 30 minutos tanto no sentido da latitude como no da longitude.

Cada uma das seis folhas pode ser desdobrada em outras quatro na escala de 1:50.000, denominadas 1, 2, 3 e 4, com dimensões de 15 minutos de latitude e de longitude também. Estas folhas ainda se desdobram em outras quatro na escala de 1:25.000, que são identificadas por NO, NE, SO e SE, tendo 7 minutos e 30 segundos de extensão de latitude e de longitude.

Finalmente, estas folhas são divididas em outras seis na escala de 1:10.000, denominadas A, B, C, D, E e F, tendo 2 minutos e 30 segundos de latitude por 3 minutos e 45 segundos de longitude. (CARTOGRAFIA, 2010b)

As regras citadas acima apresentam informações necessárias para o entendimento da articulação sistemática de folhas e sua importância para a produção de cartas de uso geral e temática ao fornecer as coordenadas de uma área qualquer (IBGE, 1998).

2.1.2 Representações cartográficas

Os mapas são importantes instrumentos que nos permitem observar e analisar os aspectos físicos e morfológicos de um ponto qualquer da superfície terrestre. Existem, também, outros documentos que representam a superfície da Terra, como globos, cartas e plantas. Os materiais cartográficos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1998), podem ser representados por:

•Por traço:

Globo é uma esfera representando a superfície terrestre com seus aspectos físicos e morfológicos. Tem finalidade apenas cultural e ilustrativa.

Mapa é a representação de uma determinada área da superfície da Terra em escala pequena dos aspectos geográficos, naturais, artificiais e culturais.

Carta é um mapa de escala média ou grande delimitada por paralelos e meridianos, são mais complexos e precisos fornecendo uma melhor visualização dos detalhes não vistos em mapas de pequenas escalas.

Planta: é um documento que representa uma área bastante restrita permitindo desconsiderar a curvatura da Terra para que se possa considerar a escala como sendo constante.

•**Por imagem:**

Os mapas por imagem são, em geral, um conjunto de fotos aéreas montadas de modo que sejam vistas como uma única fotografia, são: mosaicos controlados, não-controlados e semi controlados, fotocartas, ortofotocartas, ortofotomapas, fotoíndices e cartas imagem. O uso de cada material varia dependendo da finalidade do estudo, podendo ser de uso geral ou específico. (IBGE, 1998)

A informação da representação cartográfica é utilizada na catalogação para a diferenciação dos diversos tipos de documento cartográfico, facilitando a recuperação da obra.

2.1.3 Informações de um mapa

De acordo com o IBGE (1998), um mapa deve conter os seguintes elementos que são essenciais para sua identificação e análise:

•**Título:** em geral, é o nome do local abrangido pelo documento;

•**Escala:** representa o número de vezes que uma área foi reduzida, ou seja, a relação entre o comprimento da carta e o comprimento real. As escalas podem ser:

a) Numérica: a escala é uma fração entre o comprimento de uma linha na carta (numerador) e o comprimento no terreno(denominador).

Exemplo: $\frac{1}{250000}$

b) Gráfica: é a representação da escala em uma régua graduada.

A escala permite medir o tamanho real de uma área por meio de um mapa.

•**Projeção cartográfica:** “cada ponto da superfície da Terra corresponda um ponto da carta e vice-versa.” (IBGE, 1998, p.26)

Geralmente as representações cartográficas são produzidas sobre uma superfície plana, porém torna-se difícil ligar os pontos da superfície da Terra ao plano de representação, para isso a cartografia utiliza-se de coordenadas para a realização desse processo seguindo as etapas:

1º) Adoção de um modelo matemático da terra (Geóide) simplificado. Em geral, esfera ou elipsóide de revolução;

2º) Projetar todos os elementos da superfície terrestre sobre o modelo escolhido. (Atenção: tudo o que se vê num mapa corresponde à superfície terrestre projetada sobre o nível do mar aproximadamente);

3º) Relacionar por processo projetivo ou analítico pontos do modelo matemático com o plano de representação escolhendo-se uma escala e sistema de coordenadas.(IBGE, 1998, p. 26)

As **coordenadas** indicam a posição de pontos sobre uma superfície. Em elipsóides e esferas utiliza-se, em geral, sistemas coordenadas de cartesiano e curvilíneo, chamados, respectivamente paralelos e meridianos, enquanto em superfícies planas é usual o sistema de coordenadas cartesianas X e Y. São utilizadas, também, as coordenadas altitude¹, latitude² e longitude³.

As principais projeções são:

- a)Projeção Policônica
- b)Projeção Cônica Normal de Lambert
- c)Projeção Cilíndrica Transversa de Mercator

As projeções tratam de métodos para a confecção de mapas, onde os pontos de uma superfície corresponde aos pontos de uma carta, são imprescindíveis para a

¹ Altitude: distância de um ponto ao nível do mar

² Latitude: distância de um ponto ao equador

³ Longitude: distância de um ponto da superfície a um meridiano qualquer

cartografia ao tornar a representação mais fiel ao real.

- Legenda:** descrição, em um quadro, dos elementos/símbolos que aparecem no mapa;
- Rosa-dos-ventos:** orientação baseada nos pontos cardiais, colaterais e/ou subcolaterais.
- Fonte:** informações sobre o documento.

As informações sobre título, escala, projeção cartográfica, coordenadas e fonte são descritas na catalogação e oferecem ao pesquisador confiança em relação à confecção do mapa.

2.1.4 Classificação de mapas e cartas

Os materiais cartográficos podem ser classificados quanto à natureza em (IBGE, 1998):

- Geral:** este tipo de mapa tem aplicação geral, sem finalidade específica, sendo diferenciados pela variação da escala em: cadastral (até 1:25.000), topográfica (de 1:25.000 até 1:250.000) e geográfica (1:1.000.000 e menores (1:2.500.000, 1:5.000.000 até 1:30.000.000)).

MAPAS E CARTAS – GERAIS
<ul style="list-style-type: none">•Plantas de cidades•Cartas de mapeamento sistemático•Mapas de países e continentes•Mapas-múndi

- Temática:** mapa elaborado pelos Departamentos da Diretoria de Geociências do IBGE tem função específica, em geral, este material é utilizado em pesquisas sócio-

econômicas, de recursos naturais e estudos ambientais.

MAPAS E CARTAS – TEMÁTICOS
<ul style="list-style-type: none"> •Cartas aeronáuticas de voo, de aproximação de aeroportos •Navegação marítima •Mapas do tempo, de previsão

•**Especial:** é destinado a assuntos específicos, é elaborado para representar dados, fatos ou fenômenos típicos, são exemplos: cartas náuticas, aeronáuticas, para fins militares, entre outros.

MAPAS E CARTAS – ESPECIAIS
<ul style="list-style-type: none"> •Mapa geológico, pedológico •Mapas da distribuição de chuvas, de populações

Quanto à classificação, os termos geral, temática e especial, referem-se à finalidade do uso de mapas e cartas e são usados na indexação para se referir ao assunto tratado.

2.2 Cartografia no Brasil

Durante o período colonial, a cartografia brasileira era fortemente influenciada pela cartografia portuguesa, rica em detalhes, mas com poucos nomes que pudessem identificar os elementos do mapa (SANTANA, 2007). A cartografia genuinamente brasileira surgiu em 1808, após a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil. Anterior a esta data a cartografia brasileira era baseada na cartografia europeia (BIAGGI, 2010).

Com a implantação da Imprensa Régia começaram trabalhos da edição de mapas nacionais enquanto que a Real Arquivo Militar era responsável em armazenar e preservar nosso acervo. Com o apoio

delas foi feito a planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1812. (SANTANA, 2007)

Somente a partir de 1901 surgiu um plano para a criação de um órgão responsável pela execução de levantamentos geodésicos e topográficos para a produção de mapas, pois até então, os estudos realizados haviam sido mal sucedidos. (SANTANA, 2007)

A partir da Segunda Guerra mundial os mapas se desenvolveram com o interesse dos militares por mapas descritivos que pudessem mostrar todo o território nacional para serem empregados para definir estratégias militares (IBGE, 2010b).

O país começava a crescer e se organizar, portanto dependia de uma cobertura sistemática de mapa, e como o Brasil comportava, apesar das suas dimensões continentais, como um país ilha, a cartografia hidrográfica foi a mais enfatizada e de grande valia. A terrestre buscava, através do Estado-Maior do Exército, a construção de uma carta básica, fato realizado e muito bem preparado. (SANTANA, 2007)

A precisão dos mapas aumentou muito devido à determinação mais precisa das coordenadas obtidas e que vêm se desenvolvendo durante os anos, a partir dos avanços da tecnologia, proporcionando melhores resultados às pesquisas e estudos cartográficos produzidos e divulgados pelos órgãos e entidades fornecedores de informação cartográfica.

A Sociedade Brasileira de Cartografia, a CONCAR e o IBGE são um dos maiores responsáveis por essa disseminação, divulgação e desenvolvimento da cartografia brasileira. Atualmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é quem coordena as atividades estatísticas, geográficas (inclui, também, as atividades cartográficas) e censitárias do país.

2.2.1 IBGE

As atividades estatísticas durante o período imperial eram realizadas exclusivamente pela Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871 (GONÇALVES, 1995). A partir do surgimento da República, houve-se a necessidade de criação de um órgão com atividades mais amplas, “[...] principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos” (IBGE, 2010c).

A Diretoria Geral de Estatística reformulou algumas vezes seu nome e suas funções devido a necessidade de criação de uma coordenação central das atividades estatísticas. Em 1931, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que incluía em sua estrutura o Departamento Nacional de Estatística “que assumiu os encargos da Diretoria Geral de Estatística, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Diretoria Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda.

A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011).

O Instituto Nacional de Estatística foi criado em 1934. Em 1938 passou a ser chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto foi criado em 1936 com a regulamentação das atividades do Instituto Nacional de Estatística, com sede no Rio de Janeiro (IBGE, 2011).

O IBGE tem como função coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, geográficas e cartográficas, realizando levantamentos e estudos nestes campos (IBGE, 2010b), ou seja, “identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem” (IBGE, 2010b).

No que se refere a cartografia “a atuação do IBGE se exercerá mediante a produção direta de informações e a coordenação e orientação e o desenvolvimento das

atividades técnicas dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais” (BRASIL, 1973). Sendo composto por entidades públicas e privadas que realizam trabalhos cartográficos ou atividades relacionadas ao assunto, e atualmente, coordena o Sistema Cartográfico Brasileiro (SCB). (IBGE, 2010b)

2.2.2 CONCAR

Em 1990 foi desativada a Comissão de Cartografia (COCAR), sediada no Rio de Janeiro, tinha como função definir diretrizes e bases da Política Cartográfica Nacional e em 1994 foi criada a Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) para substituí-la e oferecer outras providências (CONCAR, 2010). A CONCAR por função:

Coordenar e orientar a elaboração e a implementação da Política Cartográfica Nacional e a manutenção do Sistema Cartográfico Nacional (SCN), com vistas à ordenação da aquisição, produção e disseminação de informações geoespaciais para a sociedade brasileira (CONCAR, 2009)

A CONCAR oferece assessoria ao Ministro de Estado na supervisão do Sistema Cartográfico Nacional (SCN), sua função é coordenar a execução da Política Cartográfica Nacional, além de exercer outras atribuições nos termos da legislação. (CONCAR, 2010)

Cabe à CONCAR:

- Subsidiar a formulação de ações que envolvam Cartografia;
- Pronunciar-se antecipadamente com relação às ações que necessitem de Cartografia;
- Prestar assistência aos encaminhamentos relativos à realização de gastos em Cartografia ou em investimentos diretamente a ela vinculados;
- Prestar assistência necessária à formulação da proposta orçamentária de cada órgão do Sistema Cartográfico Nacional, destinada a atender à demanda requerida pelo Plano Cartográfico Nacional, ou a outras necessidades tecnicamente definidas; e
- Propor ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão a distribuição de recursos previstos em lei ou disponíveis para a Dinamização da Cartografia Sistemática, bem como para a Coordenação da Política Cartográfica Nacional.” (CONCAR, 2010)

O papel da CONCAR é fundamental “na promoção dos meios para atender às novas demandas, incorporar capacidades e tecnologias, bem como promover a qualidade e a integração dos serviços e produtos cartográficos nos níveis federal, estadual e municipal” (CONCAR, 2010).

2.2.3 Sociedade Brasileira de Cartografia

A Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC) (SOCIEDADE..., 2010) foi fundada em 28 de outubro de 1958 com objetivo de promover eventos para a divulgação de informações sobre cartografia à comunidade técnico-científica. A principal atividade da SBC é a realização de congressos sobre desenvolvimento de estudos e pesquisas cartográficas, oferecendo uma maior cooperação entre pessoas e entidades nacionais interessadas na cartografia e a divulgação de novas tecnologias e soluções para os problemas correntes na cartografia.

Uma das mais antigas sociedades técnico-científicas de cartografia do Brasil, a SBC realizou 20 congressos nacionais e um internacional, o Congresso Internacional de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, em julho de 1984, com a participação de vários integrantes da Associação Internacional de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto. Participou da elaboração do novo decreto de reativação da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, assinado através de decreto presidencial em 10 de maio de 2000. (SOCIEDADE, 2010)

A SBC mantém forte vínculo com as universidades federais que possuem cursos de Engenharia Cartográfica e outros cursos ligados a cartografia. Oferecendo cursos a estudantes e pesquisadores para a reciclagem e atualização de conhecimentos cartográficos. Publica a Revista Brasileira de Cartografia e o Boletim da SBC e é filiada à ISPRS - Internacional Society for Fotogrametry and Remote Sensing, desde 1967, ICA - Internacional Cartographic Association, desde 1899 e FIG - Internacional Federation Surveyors, desde 1675.(SOCIEDADE, 2010)

O principal objetivo da Sociedade está vinculado ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas no campo da Cartografia, congregando pessoas e entidades nacionais, que se dediquem ou se interessem pelos temas cartográficos, em busca da cooperação mais estreita entre os diversos setores de atividade e um intercâmbio mais efetivo de dados e informações para a geração e disseminação do conhecimento, o espaço geográfico e as ciências da terra. (SOCIEDADE, 2010)

Os congressos vem sendo realizados há 40 anos, onde se discutem sobre política e estratégias do desenvolvimento da Cartografia Nacional e onde ocorrem os lançamentos de novos produtos e equipamentos cartográficos. Sendo o evento esperado por profissionais, técnicos e pesquisadores da área de cartografia. (SOCIEDADE, 2010)

2.2.4 Cronologia dos principais acontecimentos da história da Cartografia no Brasil (IBGE, 2010a, CARTOGRAFIA, 2010b):

1890	•Junto ao Observatório Astronômico foi criado o Serviço Geográfico Militar com a finalidade de realizar trabalhos geodésicos e geográficos do Brasil.
1922	•Criação da Carta do Brasil ao Milionésimo, produzida pelo Clube de Engenharia.
1935	•O Plano Cartográfico Náutico da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) foi o primeiro plano cartográfico apresentado por uma organização cartográfica brasileira.
1936	•Instalação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia.
1937	•Surge a primeira empresa privada brasileira prestadora de serviços cartográficos, destinada à execução de levantamentos aerofotogramétricos,
1938	•São incorporados ao IBGE o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia.
1940	•O georreferenciamento das estatísticas brasileiras, ocorre pela primeira vez no Brasil, a partir da referência dos dados de coleta e

	tabulações do censo em uma base cartográfica sistematizada, pelo menos quanto às categorias administrativas: Municipais e Distritais - Cidades e Vilas.
1946	<ul style="list-style-type: none"> • Foi designado pelo Conselho Nacional de Segurança uma comissão para estabelecer "normas para a uniformização da cartografia brasileira" e procedimentos para a coordenação dos trabalhos cartográficos. <ul style="list-style-type: none"> • O IBGE recebe a Coordenação da Cartografia Brasileira.
1964	<ul style="list-style-type: none"> • O IBGE estrutura e consolida a linha de instrumentos fotogramétricos e amplia a atuação de suas unidades de levantamentos geodésicos, de modo a atender ao apoio terrestre para as operações fotogramétricas.
1966/1967	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente Castelo Branco estabelece outro grupo de trabalho para definir as Diretrizes e Bases da Política Cartográfica Nacional. Mantém a atuação descentralizada das instituições cartográficas do governo federal e explicita a coordenação da Política Cartográfica Nacional como atribuição da Comissão de Cartografia (COCAR) inserida na estrutura do IBGE.
1972	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto RADAM - levantamento dos recursos naturais da Amazônia. O projeto foi estendido, posteriormente, a todo o território nacional, denominando-se RADAMBRASIL.
1975 a 1985	<ul style="list-style-type: none"> • Período de intensa produção em decorrência à modernização de equipamentos e processos de produção.
1985	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério da Ciência e Tecnologia como órgão autônomo submetida a COCAR. • O acervo e os especialistas do projeto RADAMBRASIL são incorporados ao IBGE.
1990	<ul style="list-style-type: none"> • Desativação da COCAR.
1994	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) pelo Governo Federal. <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da estrutura da representação ministerial com as mesmas exceções, IBGE, como provedor de apoio administrativo, e Associação Nacional das Empresas de

	Levantamentos Aeroespaciais (ANEA).
1999	<ul style="list-style-type: none"> •Desativação da comissão do CONCAR devido a extinção do Ministério do Planejamento e Orçamento. •É criada a Comissão de Cartografia Militar – COMCARMIL, coordenadora das atividades de cartografia militar em âmbito nacional.
2000	•Reativação da CONCAR.
2001	•Retomada dos trabalhos da CONCAR com a elaboração de Plano Cartográfico, integrando os planos do IBGE e DSG.
2003	•Reativação dos trabalhos da CONCAR.
2005	•Elaboração de planejamento estratégico pela CONCAR.

2.3 Mapotecas

Segundo Bastos (1978) as mapotecas são acervos formados por materiais cartográficos de país, nação, estado, cidade, ou município. Os documentos mais comuns são mapas, cartas, atlas e globos. Pode ser um acervo mais especializado ou um mais geral, por exemplo: pode-se organizar uma coleção de mapas um país abrangendo vários assuntos ou uma formada por mapas sobre um único assunto de uma região específica, ou seja, a composição do acervo dependerá do tipo de usuário que se deseja alcançar.

As mapotecas são acervos especializados em materiais cartográficos como mapas, cartas, globos, plantas, atlas, etc. A maioria das obras é de grande porte, devem ser organizados de forma diferente aos acervos de monografias por serem mais frágeis de manuseio, difíceis de serem reeditados devido às cores empregadas para a sua confecção e são produzidas em pequenas quantidades (BASTOS, 1987).

Um acervo de mapoteca como qualquer outro deve ser formado considerando-se as necessidades dos usuários, sendo essencial a adoção de uma política de seleção para a formação de uma coleção de acordo com os critérios estabelecidos para esse processo.

2.4 Política de seleção

Política de seleção é um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema (FIGUEIREDO, 1993, p. 55).

A formação e o desenvolvimento de um acervo requer muita atenção e cuidado “[...] faz necessário que a instituição formalize uma comissão de técnicos especializados, para que sejam normatizados a política de seleção, com bases em estudos [...]” (BORBA, et al.) afim de obter um acervo que atenda as necessidades dos usuários.

A seleção deve ser realizada de acordo com o objetivo proposto pela biblioteca e com os interesses de seus usuários, sendo necessário o estabelecimento de critérios para a realização desse processo (FIGUEIREDO, 1993). Segundo GUINCHAT e MENO (1994, p. 83) a seleção é:

[...] a escolha dos documentos que a unidade de informação deseja adquirir. A aquisição é o procedimento que permite obtê-los. Estas duas operações encontram-se no início da cadeia documental e permitem criar e manter o fundo documental, ou o conjunto de documentos necessários para responder às demandas de informação e aos objetivos do organismo. A seleção dos documentos é uma operação intelectual delicada, que deve ser realizada pôr um responsável competente no assunto tratado, em colaboração com os usuários [...]

A seleção, de acordo com Prado (1971), é um processo delicado que tem por objetivo obter documentos por meio de aquisições de compra, doação e permuta para a formação de um acervo condizente aos objetivos e cultura da instituição. O bibliotecário deve, ainda, ter em sua disposição um catálogo e uma bibliografia que o auxiliarão neste processo.

A bibliografia é uma lista de referências de documentos de assuntos específicos. É

uma ferramenta de auxílio para o processo de aquisição dos documentos que farão parte da coleção (PRADO, 1971).

Segundo Vergueiro (2010), para o processo de seleção de materiais para um acervo “devem-se salientar dois pontos”:

1)o bibliotecário conhece ou deveria conhecer, o acervo sob sua responsabilidade, sabendo melhor do que ninguém em que aspectos ele está fraco, em que aspectos ele está forte, em que aspectos ele atingiu um estágio ideal de desenvolvimento.

2)O bibliotecário conhece ou deveria conhecer, o usuário cujas necessidades informacionais tem por obrigação procurar atender, sabendo avaliar objetivamente suas demandas e diferenciando as que tem características mais duradouras, ligadas às necessidades reais, das que são ditadas por tendências esporádicas, influência dos meios de comunicação de massa ou de modismos. (VERGUEIRO, 2010, p. 7)

Ao se realizar a seleção, o profissional da informação deve fazer uma análise criteriosa das informações levantadas a partir das sugestões e do contato com os usuários, pois desenvolver um acervo não é uma tarefa fácil. Há diferentes tipos de usuários e todos creem que o assunto de seu interesse é mais importante que o dos outros. Nesses casos, cabe ao bibliotecário a decisão dos documentos que irão compor o acervo, verificando o grau de prioridade e a demanda de pedidos (VERGUEIRO, 2011).

É o selecionador quem determina as entradas dos documentos no sistema. Se for bem feita a seleção, seus reflexos se darão positivamente em todos os serviços subsequentes, agilizando o processo de tratamento técnico e permitindo um bom índice de relevância quando da recuperação e utilização dos documentos. Já se é mal orientada, seus reflexos negativos se revelarão nos congestionamentos de serviços, coleções não utilizadas e usuários insatisfeitos. (MACIEL, MENDONÇA, 2000)

Dessa forma “para que a biblioteca [...] tenha o sucesso esperado, é preciso que ela se identifique com as pessoas a que pretende servir” (INSTITUTO..., 1977, p. 86), além de ter um bom conhecimento do acervo da biblioteca pelo profissional da informação. Para uma política de desenvolvimento de acervo deve-se pensar nos

interesses dos leitores. O contato direto com estes e suas sugestões permite observar seus gostos e preferências e desenvolver uma coleção mais próxima do ideal (VERGUEIRO, 2010).

2.5 Catalogação

Para que a informação possa ser transmitida para o maior número de pessoas é preciso que esta seja tratada adequadamente. A catalogação tem por objetivo facilitar a recuperação da informação por meio da representação bibliográfica. Segundo Mey (2009, p. 7), catalogação é:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma que permita a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

A catalogação é o processo de descrição de documentos em fichas catalográficas ou em uma base de dados de modo que possa ser localizado na estante. O documento, para que seja recuperado, deve ser minuciosamente analisado, não deixando nenhuma informação relevante de fora. A produção de um catálogo deve então, seguir os critérios propostos por Mey (c1995):

- Integridade: a descrição deve ser de acordo com o original, ou seja, a informação deve está contida na mesma;
- Clareza: a linguagem utilizada na catalogação deve se adequar ao tipo de usuário;
- Precisão: cada informação deve ter apenas um conceito, sem permitir duplo sentido;
- Lógica: as informações devem ser organizadas de modo coerente;
- Consistência: nas buscas semelhantes possibilita o uso da mesma solução.

Segundo Prado (1971), a catalogação tem como objetivo “registrar tudo o que há na

biblioteca” permitindo ao usuário conhecê-los e localizá-los, utilizando o catálogo. Este é uma ferramenta de busca desenvolvida para facilitar a recuperação da informação ao permitir a visualização de todos os documentos e seu conteúdo em um único documento.

Catalogar não é simplesmente copiar fôlhas-de-rosto. Os livros são adquiridos para fins definidos; o catalogador não só registra os nomes dos autores e os títulos dos livros, mas terá, também, que chamar a atenção sobre a finalidade dessas publicações, seu conteúdo e sua disposição em relação a outras obras. Reunirá portanto, os livros que tratam dum mesmo assunto, arrumará as coleções de modo que os livros possam ser comparados. (MANN, 1962)

A catalogação é a atividade realizada para desenvolver um catálogo de biblioteca com o intuito de facilitar a busca dos documentos no acervo. Dessa forma, catálogo deve ser cuidadosamente elaborado impedindo ambiguidade, fornecendo a descrição correta de um material, assunto ou autor e permitindo diferentes formas de pesquisa para o usuário recuperar a informação desejada com maior precisão (PRADO, 1971).

2.5.1 Catalogação de materiais cartográficos

A Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2) e o Machine-Readable Cataloguing (MARC21) são, respectivamente, o código e o formato, geralmente, utilizados pelas bibliotecas para a catalogação de material cartográfico. O registro exige o uso da área 3 e o segundo nível de descrição da AACR2, pois os documentos necessitam de um tratamento diferenciado que inclui dados matemáticos e Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2) outros detalhes que possam identificá-los e recuperá-los (RIBEIRO, 2006; MANUAL..., 1987).

A entrada principal poderá ser pelo cartógrafo (autor), entidade ou título, esta escolha depende da biblioteca, qual ponto de acesso que ela considera mais

adequada para a busca ao catálogo. (RIBEIRO, 2006)

As fontes de informação para a coleta de dados para a catalogação de um atlas impresso são as mesmas de uma monografia, ou seja, a folha de rosto e, caso esta não exista, usa-se capa, colofão, título de partida ou outra parte que contenha dados mais completos. (RIBEIRO, 2006)

Para outros materiais cartográficos as fontes devem vir nesta ordem de preferência: o próprio documento ou o cartucho⁴ todas as partes físicas, assim, como o próprio item e; contêiner (capa, envelope, etc.) ou caixa, ornamentação e suporte de um globo, etc. (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982; ROGERS e SAYE, 1987)

Uma coleção pode ser descrita como um todo (conjunto de mapas), como uma parte (um mapa) ou em vários níveis (a coleção é catalogada como um todo e os itens são descritos e depois, faz-se entradas secundárias para estes de modo que se possam ter o acesso direto sem se fazer um registro adicional para os mesmos). (RIBEIRO, 2006)

A catalogação é uma das atividades mais importantes realizadas pelas bibliotecas e dá o suporte para a pesquisa ao catálogo e a busca ao acervo de modo simples, fácil e rápido, oferecendo informações suficientes para a identificação do documento.

Para tratar da catalogação de materiais cartográficos com mais detalhes, seguiremos a estrutura do livro de Ribeiro.

2.5.1.1 Catalogação de título

O título deve ser registrado da mesma forma que aparece no registro. Se no título principal houver indicação de escala, esta deve também ser transcrita como parte do título e depois informada na área 3. Se não houver título, deve-se criar um, colocando o nome da área coberta, mas nunca faça entrada para este título

⁴ “Cartucho: quadro de dimensões reduzidas, às vezes ornamentado, emoldurando o título, e eventualmente outras indicações. É comum em mapas antigos.” (RIBEIRO, 2006, p. 3-7)

(RIBEIRO, 2006; ROGERS e SAYE, 1987). Exemplos: [Mapa do Varadouro de Camapuã] e [Carta do Alto paraíso de Goiás]

Após a transcrição do título principal põem-se a **designação geral do material** da seguinte forma: [material cartográfico] – este é um dado opcional, mas de grande importância (RIBEIRO, 2006). “Se um item contém partes que pertençam a materiais de duas ou mais categorias e se nenhuma delas é parte predominante, use o termo [conjunto de peças]” (RIBEIRO, 2006, p. 3-15).

No título principal ou em informações sobre o título deve conter uma indicação da área geográfica abrangida pelo documento; se não houver, porém, é necessário indicá-la (RIBEIRO, 2006; ROGERS e SAYE, 1987). Exemplo: Vegetação [material topográfico] : [Chapada Diamantina]

Se a indicação de responsabilidade não estiver clara e se confundir com o título, será preciso acrescentar uma palavra ou uma frase curta para melhor compreensão. (RIBEIRO, 2006)

Quando um item não tem título coletivo, deve-se tratá-lo como sendo uma unidade, ou catalogá-lo como unidades independentes e relacionando-os somente em nota, ou pode-se ainda criar um título coletivo, nos casos em que há várias partes físicas no documento. (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982; ROGERS e SAYE, 1987)

2.5.1.2 Catalogação da área dos dados matemáticos e outros detalhes específicos

Regras de pontuação (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982):

- Separa-se por ponto, espaço, travessão, espaço, as repetições desta área.
- Usa-se ponto e vírgula para indicação de projeção.
- A indicação de coordenadas e equinócios é representada entre parênteses.

- Ponto e vírgula para indicação de equinócios (quando coordenadas e equinócios juntos).

“[...] use os termos em português e abreviaturas, quando couber. A tradução brasileira do Código conservou as abreviaturas: W (Oeste), E (Leste). South (Sul) e North (Norte).” (RIBEIRO, 2006, p. 3-21)

Para os diversos tipos de detalhes, segue-se a ordem(RIBEIRO, 2006):

- Dados matemáticos;
- Tipo e extensão do recurso;
- Representação gráfica digital e;
- Numeração relativa às séries.

2.5.1.3 Catalogação da escala

Descreva a escala da seguinte forma (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982; ROGERS e SAYE, 1987):

- Escreva escala antes da fração representada por (1:) na indicação de escala. Exemplo: Escala 1:5000.

- Coloque a escala entre colchetes quando a indicação de escala não for uma fração representativa ou quando aparece em uma fonte diferente da fonte principal ou material adicional. Exemplo: Escala [1:10000].

- Se em todo o documento não houver indicação de escala, use um gráfico de barra ou um quadriculado do mesmo e calcule a fração representativa e proceda desta forma [ca.]. Exemplo: Escala [ca. 1: 25000].

- Se a escala não puder ser determinada de forma alguma, use a expressão: Escala indeterminada.

- Em um item com várias unidades e todas as escalas se diferem, escreva o maior e o menor valor ligados por um hífen. Exemplo: Escala 1:15000-1:50000.

- No caso dos valores não serem conhecidos expresse por: Escalas variam.
- Alguns mapas, especialmente os mais antigos não são desenhados por escalas. Nesses casos use: Desenhado sem escala.

•Se a descrição de um item cartográfico com duas ou mais escalas, e as projeções e/ou coordenadas são todas diferentes para cada item principal, dê a cada escala numa indicação separada. Se há mais de um título, dê a indicação de escala na mesma ordem em que os títulos são dados. Se há somente um título coletivo dê a escala maior em primeiro lugar. Exemplo: Escala 1:50000 (W 94°54'3" – W 92°75'00"/N 47°00'00"– 45°63'00"). – Escala 1:250000 (W 94°55' – W 92°75'/N 47°00'–N 45°63') (RIBEIRO, 2006, p.) 3-23

- Se a descrição de um item cartográfico com duas ou mais escalas e as projeções e coordenadas são as mesmas para cada item principal, dê as escalas em uma única indicação" (RIBEIRO, 3-23 p., 2006)

2.5.1.4 Catalogação da indicação de projeção

Indique o tipo de projeção contida na fonte de informação de forma abreviada (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982; ROGERS e SAYE, 1987). Exemplo:

Proj. Transversa de Mercator

Pode-se, ainda, acrescentar indicações relativas aos meridianos e paralelos (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982). Exemplos:

Proj. Transversa de Mercator, meridiano central 35°10'20" E;

Proj. Equidistante azimutal centralizada em Nicosia, N35°13', E 33°40'

2.5.1.5 Catalogação da indicação de coordenadas e equinócios

As coordenadas e os equinócios podem, opcionalmente, ser transcritos da mesma forma que aparecem no item (RIBEIRO, 2006).

2.5.1.6 Catalogação do tipo e extensão do recurso

“Se o item cartográfico se apresenta como recurso eletrônico, esta área terá o acréscimo das informações do tipo e extensão do recurso, além dos dados matemáticos, como couber” (RIBEIRO, p. 3-26, 2003). Exemplo:

Escalas variam (W 120° 40' – W 85° 51'/N 68° 25' – N 57°32'). – Dados eletrônicos

2.5.1.7 Catalogação da numeração relativa a uma publicação seriada

Dê o número para cada item como instruído em 12.3, Recursos contínuos. Se o item cartográfico se apresenta como um recurso contínuo, esta área terá o acréscimo da designação numérica e/ou alfabética ou outra, além dos dados matemáticos, como couber.

Escala 1:3000000 ; proj. estereográfica polar (W 140° – W 52°/N 78° – N 41°) (Ribeiro, 2006, p. 3-26)

2.5.1.8 Catalogação da área da descrição física

Extensão do item (RIBEIRO, 2006)

Descreva o número de unidades físicas para atlas e globos, de mapas e de outros documentos em números arábicos e usando os seguintes termos (ou outros mais adequados) (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982, ROGERS e SAYE, 1987:

2 Atlas	3 Imagens por sensor remoto	2 Mapas ms.
1 Globo	6 Secções de um mapa	1 Mapa idêntico
1 Diagrama	1 Quadro didático	1 Perfil de mapa
1 Modelo tátil	1 Carta de baralho	3 mapas

Indique a quantidade de mapas e folhas (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982, ROGERS e SAYE, 1987). Exemplos:

- 3 mapas em 1 folha
- 6 seções de mapas em 2 folhas
- 1 mapa em 4 folhas
- 1 seção de mapa em 4 segmentos

Especifique a paginação ou o número de volumes como em monografias (RIBEIRO, 2006). Exemplos:

- 1 atlas (2v.)
- 1 atlas (50 p., 28 f. De lâms.)

Para materiais destinados a portadores de deficiências visuais acrescente um termo que indique dados visuais e táteis (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982, ROGERS e SAYE, 1987). Exemplos:

- | | |
|----------------------------|------------------------------|
| 1 mapa (impresso e tátil) | 1 mapa (braile e termoforma) |
| 1 atlas (impresso e tátil) | 1 mapa (termoforma) |
| 1 mapa (braile) | 1 atlas (70 p., braile) |
| 1 globo (tátil) | |

2.5.1.9 Catalogação de outros detalhes físicos

Quando a obra contém um leiaute não comum descreva-o nesta área antes da indicação de colorido, ou se preferir em nota (RIBEIRO, 2006). Exemplos:

Indique o método de produção, exceto impressão, e logo após indique colorido.

Exemplos:

2 mapas: fotocópias

1 mapa:cópia heliográfica, color.

1 mapa: impresso pelo computador

Registre a quantidade de itens cartográficos em um atlas (RIBEIRO, 2006).

Exemplos:

1 atlas (80 p.) : 28 mapas color. (alguns dobrados)

1 atlas (xxi, 150 p.) : ca. 76 mapas color.

Descreva detalhes sobre o material utilizado para suporte e para desenhar e colorir da seguinte forma (RIBEIRO, 2006):

1 mapa: color. a mão

1 mapa: color. a lápis

1 mapa: color., seda

1 globo: bronze

Indique se o material cartográfico estiver montado ou emoldurando (RIBEIRO, 2006). Exemplos:

1 mapa: color., montado em linho

1 globo: cristal, em base de bronze

1 globo: color., plástico, em base acrílica

Registre as dimensões ou o diâmetro dos documentos em centímetros, arredondados para maior (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982, ROGERS e SAYE, 1987). Exemplo:

1 mapa: color. ; em folha 30 x 50 cm.

1 mapa: color. ; 35 cm de diam.

No caso de documentos antigos e manuscritos, pode-se, opcionalmente, indicar o tamanho em decímetros de centímetros (RIBEIRO, 2006). Exemplo:

1 mapa ms: color.; 25,5 x 40,7 cm

Descreva as margens do item cartográfico como no exemplo (RIBEIRO, 2006):

1 mapa: color.; 25 x 35 cm em folha 40 x 55

Para itens cartográficos em formatos irregulares dê as devidas especificações (RIBEIRO, 2006; CARTOGRAPHIC..., 1982, ROGERS e SAYE, 1987). Exemplo:

1 mapa: color. ; 45 x 65 cm, dobrada em 45 x 33

2.5.1.10 Catalogação da área de notas

As notas específicas para materiais cartográficos mais usuais são (RIBEIRO, 2006):

•Natureza e campo abrangido.

Mapas cortados e colados nos isolados de 42 blocos de madeira para formar um jogo educativo.

Globo esférico giratório em base de madeira.

Indicação de responsabilidade: Gravado por T. J. Newman.

Dados matemáticos e detalhes de outro material específico:

Quadriculado militar.

Escalas do 2° e 5° mapas: 1:250000

Escala predominante: 1:25000

Escalas variam.

(três tipos de notas para escalas diferentes)

2.6 Indexação

A indexação é o processo de construção da representação do conteúdo temático dos documentos, ou seja, é a descrição do conteúdo aplicando-se um ou mais termos de um vocabulário controlado, como por exemplo o tesauro (DAVID et al., 1995). O objetivo da indexação, de acordo com Lancaster (2004), é sintetizar o conteúdo formando uma lista de termos, ou seja, um índice que servirá de ponto de acesso para localização e recuperação da informação.

O ÚNICO PROPÓSITO de se elaborar um índice de um livro é colocar ao alcance de qualquer leitor, sem delongas, tôdas as informações contidas em um volume. [...] Entretanto, é preciso uma certa habilidade e experiência sempre que se deseja fazer referência a ideias e definir e indicar os diferentes aspectos de um assunto. (COLLISON, 1971, p.17)

Segundo Lancaster (2004), a indexação trata da organização da informação por meio da produção de um vocabulário controlado que facilita ao usuário a sua recuperação ao permitir o acesso ao conteúdo do documento por meio de termos indexados. O indexador tem o trabalho de identificar o assunto tratado no documento e traduzi-lo para uma linguagem de indexação.

A catalogação de assuntos, em geral, refere-se à atribuição de cabeçalhos de assuntos para representar todo o conteúdo de todos os documentos de um acervo em um catálogo. A indexação de assuntos é a “[...] representação do conteúdo temático de partes de itens bibliográficos inteiros como é o caso do índice de final de livros” LANCASTER, 2004, p.20.

“A linguagem de indexação é uma linguagem artificial utilizada para o registro ou indicação de assuntos contidos nos documentos, dotada de um vocabulário controlado e regida por uma sintaxe própria” (CAVALCANTI, 1978, p. 13).

O vocabulário controlado é a relação de termos utilizados em sistemas de indexação, tendo como objetivo uniformizar a armazenagem de informações e facilitar a sua recuperação (CAVALCANTI, 1978).

A indexação possui dois tipos de sistemas os pré e os pós-coordenados (CAVALCANTI, 1978):

- Pré-coordenados: são os sistemas onde os termos, que se tratando de assuntos complexos, são combinados no momento de sua preparação com a finalidade de identificar itens específicos. Dessa forma, os termos compostos são previamente combinados para serem inseridos no vocabulário controlado. Exemplo: Instituição Educacional.

- Pós-coordenados: são os sistemas onde os termos são combinados somente no momento que será feita a pesquisa. Exemplo: utilizando o exemplo anterior os termos seriam registrados separadamente como Instituição e Educação e, sendo combinados no momento da pesquisa como Instituição Educacional.

A indexação exige uma leitura atenta do documento para compreensão, delimitação das ideias e identificação dos objetivos propostos pelo autor. Deve-se decidir quanto aos conceitos susceptíveis de representarem o tema, os objetivos, as ideias e selecionar os conceitos mais adequados à recuperação (CAVALCANTI, 1978).

De acordo com Collison (1971), cada livro tem um método particular para a elaboração de seu índice. Não existe uma forma mecânica para isso, mesmo se tratando do mesmo tema a indexação nunca é igual, devendo ser feita de forma meticulosa e metódica. Assim o indexador deve conhecer bem o assunto para tomar as decisões corretas atendendo os diferentes tipos de leitores.

2.6.1 Indexação de materiais cartográficos

São considerados multimeios todos os materiais não bibliográficos que fornece alguma informação e aqueles diferentes dos convencionais, tais como mapas,

diapositivos, CDs, microfilmes, jogos, etc. São materiais de uso pouco frequente em relação aos livros e periódicos, mas são importantes fontes de informação (PAZIN, 1988).

O objetivo principal da indexação de multimeios é obter o máximo de aproveitamento em um mínimo de tempo. A manutenção de índices dessa natureza requer esforço, dedicação e atualização constante e a maioria das pessoas não chegam a fazê-lo rotineiramente. Este fato é lamentável e tal omissão implica em prejuízo em relação ao seus usuários (PAZIN, 1988, p. 1).

A indexação de mapas pode ser feita por assuntos tratados no documento ou pelos pontos de acesso secundários . Recomenda-se empregar a mesma linguagem de indexação de livros em mapas, para a formação de um acervo mais coeso, fazendo distinção de suporte somente no sub-cabeçalho, forma utilizada pela Biblioteca do Congresso (EUA) (MULTIMEIOS, 1997). Exemplo: São Paulo – mapas.

A indexação de materiais cartográficos pode ser realizada “[...] pelas entradas em sua descrição bibliográfica, bem como pelos assuntos de que tratam” (PAZIN, 1988 p. 11).

Na indexação de mapas utiliza-se, quase exclusivamente, nomes geográficos para a recuperação do documento, no entanto a padronização destes termos para classificação e indexação ocorreu somente em 1996 com os estudos de Maroun e Neves bibliotecárias do IBGE.

A informação sobre localidade, especialmente as brasileiras, ressentia-se de instruções para sua normalização. Os nomes geográficos não tinham regras básicas que dessem uma forma padronização à sua apresentação. O presente trabalho originou-se portanto da necessidade de fornecerem informações precisas e uniformes das entidades geográficas. “No Brasil não existe um organismo legalmente responsável pela coleção e classificação dos nomes geográficos. A Fundação IBGE supre essa carência em função da demanda interna de informações dessa natureza nas atividades estatísticas, geográficas e cartográficas”⁵(MAROUN, NEVES, 1996, 7 p.)

⁵ LEONI, Alfredo; Informe nacional, 1987. t.1 (apud MAROUN; NEVES, 1996, 7 p.)

Os estudos iniciaram em 1983 e foram se aprimorando com o passar dos anos. Como, até então, não havia trabalhos que tratassem do assunto, o IBGE ficou responsável pela normalização dos nomes geográficos, pois é o órgão mais importante de produção de informações geográficas. As seguintes fontes foram buscadas para a realização da normalização dos nomes geográficos: dicionários de nomes geográficos; atlas; Código de Catalogação Anglo-americano 2. ed.; Subjectiva Cataloguing Manual: objecto readinas e :Ame autoritativos cumula tive microforma ditionito, os dois últimos editados pela Library of Congress (MAROUN, NEVES, 1996).

O referente trabalho fornece regras específicas de apresentação de diversos tipos de topônimos, com vistas à otimização da recuperação, pois, além de possibilitar a localização precisa de determinado nome geográfico, promove a distinção de homônimos [...] (MAROUN, NEVES, 1996, p. 7).

As autoras dividiram os nomes em dois grupos, de modo a facilitar a recuperação da informação, em: “**nomes geográficos com categoria administrativa**, tais como países, estados, municípios, etc e **nomes geográficos sem categoria administrativa**, tais como acidentes geográficos, cidades extintas, sítios arqueológicos, etc.” (MAROUN, NEVES, 1996, p. 8).

A padronização dos nomes geográficos se justifica devido aos problemas de topônimos e de grafias diferentes que ocasionam na dificuldade da recuperação de documentos. Assim, para normalização de nomes brasileiros, recomenda-se utilizar as fontes Divisão territorial do Brasil e a Listagem de topônimos da Carta Internacional ao Milionésimo, produzidas pelo IBGE (MAROUN, NEVES, 1996).

As regras gerais para a entrada de nomes geográficos encontram-se no anexo A.

2.7 Classificação

A classificação, segundo Souza (2004) é o processo de ordenar, objetos, ideias, conceitos, em grupos semelhantes. O processo requer cuidadosa análise do documento afim de reuni-los corretamente.

A classificação “é um processo habitual ao homem, pois vivemos automaticamente classificando coisas e ideias, afim de compreender e conhecer”. (PIEADDE, 1983). A classificação, assim como a catalogação e a indexação, tem a função de organizar o conhecimento produzido pela humanidade de modo que a informação desejada possa ser recuperada por um indivíduo.

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO é a expressão mais abrangente para designar a função da biblioteca desempenhada pela classificação. Indica a habilidade não apenas para identificar itens de informação específicos e definidos de uma forma precisa, mas também para demonstrar a completa gama de assuntos disponíveis na biblioteca e suas relações entre si. (LANGRIDGE, 1977, p. 19)

Quando um local está em desordem torna-se mais difícil achar o que se procura. O mesmo ocorre com uma biblioteca, se um documento está fora do lugar fazer a sua busca torna-se um trabalho árduo, ao passo que um acervo organizado facilita na recuperação do material e estando classificado, ou seja, reunido em grau de semelhança, a recuperação de um objeto ou uma informação se torna ainda mais eficiente e eficaz.

A classificação, assim como a catalogação tem como função organizar um acervo de modo a facilitar a recuperação do documento pelo usuário. Na classificação, os documentos são reunidos em grupos com características semelhantes. Sendo realizado um exame detalhado dos documentos para verificar as diferenças e semelhanças existente em cada um. (PAZIN, 1973)

A necessidade de classificação levou estudiosos a desenvolverem diversos sistemas para a organização do conhecimento humano. Os sistemas de classificação mais usados pelas bibliotecas são: Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação da Library of Congress e Classificação de

Boggs & Lewis (PAZIN, 1988). Neste trabalho será brevemente tratada a CDU, classificação utilizada na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB/BCE).

2.8.1 Classificação Decimal Universal

A Classificação Decimal Universal (CDU), segundo Souza (2004), surgiu a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD), idealizada por Henri La Fontaine e Paul Otlet, com o objetivo de criar uma bibliografia universal por assunto.

A CDU “é um sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de seu registro, a que denominamos genericamente documentos [...]” (SILVA, 1994, p.4)

Ela se distanciou “[...] da Classificação de Dewey introduzindo uma série de sinais para melhor detalhamento e relacionamento de assuntos, além de várias tabelas auxiliares e analíticas.” (BASTOS, 1978, p. 70) que facilitaram o desenvolvimento da atividade.

O sistema é administrado pela Federação Internacional de Documentação e Informação (FID) por meio de um comitê “[...] que coordena as propostas de desenvolvimento do sistema e autoriza os diversos países do mundo a publicar edições em suas respectivas línguas, estabelecendo condições e zelando por seu cumprimento e pelo respeito estabelecidos pala FID.” (SILVA, 1994, 53 p.)

Esse comitê, segundo Silva (1994), também, é responsável pela obra *Extensions and corrections to the UDC* que desde o início faz as atualizações do sistema acompanhando o desenvolvimento do conhecimento humano, fornecendo mais possibilidades de classificação.

2.7.1.1 Classificação de materiais cartográficos

A classificação de materiais cartográficos, segundo TENNER e WEIMER (1998), não é um processo difícil mas, oposto aos livros, os mapas são classificados

primeiramente pelo lugar e depois pelo assunto.

Para indicar materiais cartográficos a CDU elaborou a notação 912 encontrada edição desenvolvida da classe 9 que:

[...] trata das Representações não-literárias, não-textuais de uma região. Ilustrações. Gráficos. Diagramas. Perfil. Cartogramas. Mapas. Atlas. Globos (como expressões do conhecimento geográfico). As tabelas auxiliares comuns de lugar, tempo e forma colaboram na representação de maiores detalhes sobre o assunto. (MULTIMEIOS, 1997).

Os recursos fornecidos pela CDU permitem que um acervo cartográfico seja todo classificado pela notação 912 com sinal de relação para representar os assuntos (BASTOS, 1978). O bibliotecário pode utilizar as tabelas auxiliares para a representar maiores detalhes relativos ao assunto (MULTIMEIOS..., 1997). Para melhor compreensão de como classificar utilizando esta notação observe o exemplo de Bastos (1978):

912.43(81):55 – Mapa geológico do Brasil

(81) Brasil

(084.3) Mapas

55 Geologia

Pode-se, ainda segundo Bastos (1978), empregar a subdivisão 084.3 para documentos de representações cartográficas e acrescentando -1 a -4 os mapas são reunidos de acordo com a escala, forma de representação e tipo de impressão. Exemplos:

084 Coleção de mapas

084≈(084)

084.31 – Esboços cartográficos

.32 – Mapas em folhas soltas

.35 – Mapas murais

084.3-1 – Representações cartográficas segundo a escala ou por tipos de mapas

Na classificação das obras de um acervo, pode-se empregar a notação 912 de modo que todas as obras comecem por esta notação ou pelo assunto fazendo a relação com a 912. Pode-se iniciar, também, pelo assunto e utilizando a tabela auxiliar de forma (084.3) que indica documento cartográfico (BASTOS, 1987). No entanto, o melhor modo de classificar uma coleção, se pela 912 ou pela 084.3, isto fica a critério do bibliotecário.

2.8 Conservação e preservação

Com o surgimento da escrita o ser humano passou a desenvolver ferramentas e instrumentos para preservar o conhecimento, como placas de argila, pergaminhos, papiros, tecidos, madeiras, tintas, carvão e outros materiais. Hoje o suporte de escrita mais utilizado é o papel de madeira. (CORUJEIRA, 1971)

O papel foi criado por T'sai-Lun, em torno de 105 a.C., na China. Os primeiros papéis eram confeccionados em algodão e linho e perduraram até fins do século XVIII. (CORUJEIRA, 1971; LUCCAS e SERIPIERRE, c1995; CASSARES e TANAKA, 2008)

Em meados do século XIX, com a expansão da informação (Revolução Industrial) as fábricas de papel foram obrigadas a buscar uma nova fonte de celulose para suprir a demanda exigida pelo mercado. Um material que fosse de grande abundância e, conseqüentemente, barato. (CORUJEIRA, 1971; LUCCAS e SERIPIERRE, c1995; CASSARES e TANAKA, 2008)

O material encontrado para a fabricação do novo papel foi a celulose de madeira, no entanto, esta não é de boa qualidade, . A adição de aditivos químicos para a sua extração e branqueamento e, ainda, a lignina, substância ácida encontrada nas fibras, diminuem ainda mais a sua qualidade, facilitando a deterioração do material. (CASSARES e TANAKA, 2008)

O papel moderno, mesmo com a evolução das técnicas de produção, ainda hoje,

não se compara com a qualidade dos papéis de trapos que eram produzidas a partir de fibras de algodão e linho em geral, produzidos nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII. (CASSARES e TANAKA, 2008)

O papel como qualquer outro objeto está sujeito às ações do tempo e do ambiente. Passado a vida útil o papel começa a se decompor. As condições do meio e agentes biológicos também favorecem o processo de decomposição. O ser humano também contribui com a aceleração do processo de deterioração. As substâncias produzidas pelo suor e pela saliva são prejudiciais às fibras de papel, por isso é importante o uso de luvas e máscaras tanto para proteger o documento quanto para preservar a saúde dos usuários e funcionários. (OGDEN, 2001)

Para um acervo a salvo por mais tempo, o melhor método de conservação de documentos é a prevenção. A conservação preventiva tem como objetivo reduzir e prevenir um acervo de potenciais danos por meio de ações indiretas de modo a evitar tratamentos invasivos de estabilização. (CASSARES e TANAKA, 2008)

A preservação é o conjunto de medidas e estratégias desenvolvidas para reduzir as ações mecânicas, biológicas e do tempo. O objetivo da preservação é manter os documentos em condições adequadas de uso. (COSTA, 2003; SILVA, 2001)

A preservação, segundo Luccas e Seripierre (c1995, p. 19):

[...] impulsiona na direção das políticas que irão ser adotadas para gerir a Conservação, esta oferece subsídios para que o documento permaneça em condições físicas de utilização, levando-se em conta o controle climático, condições construtivas, limpeza, reparos.

A conservação é definida como sendo um conjunto de medidas de prevenção contra possíveis danos aos documentos, enquanto que a preservação é o desenvolvimento de políticas que levam a realização da conservação. (BRITISH LIBRARY NATIONAL; PRESERVATION OFFICE orgs., 2009)

Os fatores de degradação do papel são divididos, segundo Luccas, Seripierre

(c1995) em :

- Intrínsecos: estão relacionados aos elementos que compõem o papel como tipo de fibra, resíduos químicos, partículas metálicas e tipo de colagem e;
- Extrínsecos: são os fatores físicos como luz, temperatura e umidade relativa e fatores biológicos como insetos, roedores e fungos.

Ainda de acordo com as autoras para manter um acervo preservado, especialistas recomendam um ambiente com temperatura e umidade relativa estáveis, por volta de 20°C e 50%, respectivamente. A variação da temperatura dilata e contrai o papel enquanto que a umidade relativa pode ressecá ou umidecê-lo, tornando-o mais vulnerável à degradação e a proliferação de fungos, insetos e roedores.

A luz tanto natural quanto a artificial emite radiação ultravioleta (UV), mesmo expostos por pouco tempo os danos são irreversíveis aos documentos, por ter natureza acumulativa. A radiação UV causa a oxidação do papel, tornando-o quebradiço e amarelado, causa a perda da coloração, rompimentos ao longo do dorso e da pasta. (LUCCAS, SERIPIERRE, 1971)

Para proteger um acervo da luz algumas medidas de precaução devem ser adotadas como o bloqueio da entrada de luz direta do sol com cortinas e persianas, utilização de filtros de filmes com proteção contra radiação UV em janelas e em lâmpadas fluorescentes. Isso evita a exposição direta à luz, diminuindo os riscos de degradação. (CASTRO, 1970)

Nas situações em que os documentos se encontram em péssimo estado de conservação a única alternativa para mantê-los utilizáveis é a restauração. A restauração “é o conjunto de procedimentos que visa recuperar, o máximo possível, seu estado original” e deve ser realizado exclusivamente por profissionais especializados (DIRETRIZES..., 2010, f. 1).

Em uma restauração nenhum fator pode ser negligenciado, é preciso levantar a história, revelar a tecnologia empregada na fabricação ou a técnica de impressão utilizada e traçar um plano de acondicionamento do

objeto restaurado de modo que não volte a sofrer efeitos de deterioração do futuro CEDOC (2011).

As causas de deterioração dos documentos não são eliminados totalmente, mas podem ser diminuídas por meio do monitoramento do ambiente, cuidados com manuseio, intervenções quando necessárias e possíveis, higienização, entre outros. (CASSARES, 2005)

Com o objetivo de desacelerar o processo de decomposição foram feitos estudos para preservação de documentos, tais como de armazenagem de documentos, higienização e a utilização de invólucros de proteção. Deve-se, ainda, levar em conta o tipo de material em que o documento é feito, pois para cada um há uma forma diferente de tratamento.

2.8.1 Higienização

A higienização é o processo de limpeza dos documentos para a retirada de poeira, fungos, insetos, roedores, agentes químicos e objetos que não fazem parte da obra, e desacidificação para que possam ser guardados com segurança. (OGDEN, 2001)

A limpeza deve ser feita periodicamente, principalmente, para evitar a deposição da poeira, pois com o tempo ela se fixa ao objeto tornando-se impossível de ser retirada, porém a própria limpeza pode, às vezes, danificar documentos muito frágeis, nestes casos deve-se considerar se a limpeza é necessária e quando deve ser realizada (OGDEN, 2001).

A higienização, na maioria das vezes, é realizada por meio da aplicação de pó de borracha com movimentos leves e circulares retira a sujeira seca das obras, esse procedimento retira somente a sujeira mais superficial. Para a retirada de sujeiras maiores pode-se usar o bisturi, mas é preciso ter muito cuidado para não danificar o papel. Em determinadas situações deve-se procurar os serviços de profissionais

especializados para não levar à perda do material. (LUCCAS; SERIPIERRE, 1971)
A higienização deve ser realizada periodicamente de acordo com a velocidade que a poeira se deposita na superfície dos documentos e objetos, impedindo, dessa forma, que os elementos de degradação não venham interferir na integridade física dos documentos (FREIRE; MORAIS; LIMA, 2011).

2.9.2 Armazenagem de materiais cartográficos

A mobília utilizada para a armazenagem de mapas deve ser de boa qualidade afim de não prejudicar a sua integridade física. Os móveis de aço revestido em esmalte seco em estufa eram considerados até pouco tempo quimicamente estáveis e, também eram uma boa opção por serem fáceis de encontrar, a preços competitivos, fortes e duráveis. Porém, estudos mostraram que se o esmalte não for devidamente seco, emitirá formol e outras substâncias voláteis danosas às coleções, principalmente para documentos guardados em móveis fechados ou compactos, onde há pouca ou nenhuma circulação de ar para a dispersão desses gases. (OGDEN, 2001)

Outras opções são as mobílias revestidas em pó fundido ao aço, em alumínio anodizado, estes são excelentes, porém são opções pouco viáveis por serem caros, e prateleiras abertas em arame de aço cromado, no entanto, estas últimas são mais recomendadas para coleções guardadas em caixas, pois o arame marca o documento permanentemente. As estantes de madeira são as menos recomendadas por produzirem ácidos e outras substâncias prejudiciais. (OGDEN, 2001)

Independente do material escolhido para os móveis o acabamento deve sempre ser liso e não abrasivo. No caso do aço, o revestimento deve ser resistente a arranhões, pois o metal é suscetível à oxidação. Deve-se ficar atento às peças pequenas para que elas não fiquem expostas e danifiquem os documentos. Os móveis devem ser resistentes ao peso aplicado sem se deformar, estar firmes e presos ao chão, serem ajustáveis para poder comportar materiais de vários tamanhos e ter uma altura mínima do chão de 10 a 15 centímetros para proteger de uma possível inundação.

(OGDEN, 2001)

A armazenagem é um meio de prevenir danos aos documentos mantendo-os mais seguros dos fatores externos de degradação como poeira e luz. São sugeridos alguns meios e métodos de conservar e preservar mapas, como por exemplo: mapotecas, caixas, dependurar, higienização, acondicionamento e invólucros de proteção como pastas, envelopes de poliéster, *passé-partouts*, pastas com capas internas de filme de poliéster, cartões montados com capa de poliéster, e rolos, detalhados a seguir.(OGDEN, 2001)

O mobiliário utilizado na UnB/BCE é de aço revestido em esmalte seco em estufa. Como foi visto no início deste tópico se o esmalte não for corretamente seco eliminará formol e outras substâncias prejudiciais ao acervo, precisando ser revisto para melhor organização da mapoteca.

2.8.3 Mapotecas

As mapotecas horizontais devem ter gavetas com profundidade máxima de 2 polegadas, pois o peso do excesso de mapas sobrecarrega e causa tensão ao retirá-los. As gavetas com rolamento são as mais indicadas, pois abrem e fecham com maior facilidade e diminuem a probabilidade de emperrarem (OGDEN, 2001). É importante considerar, também, a quantidade de obras que as gavetas suportam que é de aproximadamente 100 mapas por gaveta. A quantidade varia dependendo do formato da folha. (BASTOS, 1978)

Por serem de grandes e variadas dimensões, frágeis e de difícil reedição, recomenda para conservar e preservar os documentos cartográficos armazená-los em mapotecas horizontais ou em caixas de qualidade arquivística e protegendo-os com pastas ou invólucros adequados que permitem uma maior segurança no manuseio, impedindo que se rasguem ao retirá-los das gavetas. (OGDEN, 2001)

Segundo Bastos (1978), os mapas, também, podem ser guardados em mapotecas verticais, permitindo uma capacidade de 300 a 350 mapas. O móvel oferece

comodidade no manuseio e na identificação do material, além de oferecer maior potencial de armazenagem. Porém, oferece também, desvantagens como maior tensão nos mapas e cuidado ao abrir e fechar a mapoteca, o que exigem mais atenção na sua conservação. (MULTIMEIOS..., 1997)

2.8.4 Caixas

As caixas de qualidade arquivística são de vários tamanhos, formato e tipos de material. Em geral, são feitas de papelão e por conter baixo teor de lignina, são recomendados pelos conservadores para a armazenagem de documentos. Os mapas por serem de grandes dimensões devem ser guardados nas caixas em posição horizontal, mantidos sem dobras protegidos dentro de pastas ou invólucros. São adequados para folhas pequenas que ocupam pouco espaço em gavetas. (OGDEN, 2001)



Figura 1: Modal-caixas-arquivo

Caixa P: 360x140x250mm

Caixa G: 370x250x260mm

Recomenda-se usar a caixa de museu para a armazenagem de documentos montados em *passee-partouts* por serem bastante resistentes, pelo fato de possuírem paredes espessas e tampas com rebordos que isolam a parte interna dos agente poluentes presentes no meio externo. (OGDEN, 2001)

2.8.5 Dependurar

A técnica de dependurar não é recomendável devido tornar o documento mais

vulnerável a rasgos, mas se o objetivo for esse deve-se emoldurá-la para que fique bem firme, em local escuro ou com pouca luminosidade e livre de sujeira. (OGDEN, 2001)

2.8.6 Invólucros de proteção

O tipo de invólucro, pastas, envelopes de poliéster ou *passé-partouts*, utilizado para proteção de material cartográfico de uma mapoteca depende das necessidades do acervo e sugere-se que esteja adequado ao orçamento do setor. (OGDEN, 2001)

•Pastas

As pastas, assim como as caixas de arquivamento, devem ter qualidade arquivística. Para a conservação da maioria dos papéis é recomendado usar pastas tratadas com produto alcalino, existem, porém, documentos com tintas que reagem a estes produtos, nestes casos são usadas pastas de pH neutro para evitar que isso ocorra. (OGDEN, 2001)

Para ficarem bem protegidos, os documentos a serem preservados devem ser menores que a pasta. Algumas pastas podem conter mais de um item, mas precisam ser separados por folhas ou tecidos próprios para conservação que impeçam o contato uns com os outros. Outras devem manter somente um item por serem frágeis, delicados e/ou de grande porte assegurando sua integridade física. (OGDEN, 2001)

Documentos muito frágeis e/ou muito grandes necessitam de um cuidado maior. Recomenda-se pastas mais duras e resistentes que facilitam o seu manuseio sem colocá-los em risco. Outra recomendação seria colar as etiquetas com detalhes de todo o conteúdo na lombada das pastas e virar este lado para frente, esta é uma forma de saber seu conteúdo antes de manuseá-lo devidamente. No entanto essa posição gera problemas, pois ao serem retiradas os itens podem cair da pasta. Portanto cabe ao bibliotecário a decisão de como dispor as pastas na mobília de

modo que fique fácil a identificação do seu conteúdo. Se possível, não usar etiquetas autoadesivas, pois a sua cola pode penetrar a pasta e contaminar os documentos e sob pressão perdem com o passar do tempo a sua aderência. (OGDEN, 2001)

•Envelopes de poliéster

Para mapas constantemente consultados, frágeis e de grandes dimensões, os envelopes de poliéster são uma boa opção, protegem o material e dão maior segurança ao manuseá-lo. Porém, não são todos os tipos de mapas que podem ser protegidos por esses invólucros. O plástico por produzir eletricidade estática, atrai as partículas soltas ou de pouca aderência para si, como por exemplo os documentos produzidos com carvão, pastel, guache e outras substâncias fáceis de serem deslocados. (OGDEN, 2001)

“Ademais, pesquisas realizadas na *Library of Congress* comprovaram que os papéis ácidos deterioram mais rapidamente em ambientes fechados, como os envelopes de poliéster” (OGDEN, 2001, p. 46), ou seja, a falta de circulação de ar impede que os gases nocivos se dissipem e se acumulem. Dessa forma, recomenda-se a desacidificação e/ou higienização do papel antes do encapsulamento do objeto. Se o papel não puder ser desacidificado, pode-se colocar uma folha alcalina dentro do envelope na parte de trás do documento como medida de segurança. (OGDEN, 2001)

•Passe-partouts

Os *passe-partouts* são objetos de armazenar obras de arte em papel, são opções pouco viáveis para mapotecas pequenas e de poucos recursos financeiros por serem caros e exigirem espaço amplo. Um modo de minimizar o custo do material seria a própria instituição produzir o material, porém isso exige tempo e gastos com os instrumentos para produção.

Os *passe-partouts* são constituídos de vidro e cartão montado de qualidade arquivística. Nos casos em que o documento seja de grande porte, recomenda-se utilizar cartões mais grossos ou de quatro camadas, pois dão melhor sustentação às

obras. (OGDEN, 2001)

“O *passé-partout* padrão de museu compõem-se de duas folhas, uma janela e um fundo, presas por uma tira em uma das bordas, normalmente no alto. O objeto é fixado por meio de juntas ao cartão do fundo, em geral nos cantos superiores” : (OGDEN, 2001, p. 46). A fixação do item é feita geralmente usando-se papel japonês de *kozo* ou goma caseira à base de amido. As fitas adesivas, tanto as comerciais quanto as para conservação, devem ser evitadas, pois danificam o papel, podem causar manchas, amarelar, perder a aderência ou o contrário, ser de difícil remoção. (OGDEN, 2001)

•Pastas com capas internas de filme de poliéster

Estas pastas permitem consultar uma obra sem tocá-la diretamente, são recomendados para proteger documentos não tratados. Podem ser compradas ou produzidas pela instituição. (OGDEN, 2001)

•Cartão montado com capa de poliéster

Este invólucro é produzido a partir do cartão de *passé-partout* e uma capa de poliéster. Assim como a pasta de capa de poliéster, permite o manuseio sem o toque direto. É recomendado para mapas de grandes dimensões por ser mais rígido. (OGDEN, 2001)

•Rolo

O rolo é uma alternativa para obras muito grandes que não cabem em gavetas ou caixas, não podem ser dobradas e devem ser flexíveis para enrolar e desenrolar. Os rolos ocupam pouco espaço, podem ser armazenados mais de um documento em cada um, contanto que sejam separados por folhas alcalinas ou de pH neutro dependendo da sensibilidade do material. A obra deve ser enrolada em volta de um tubo com diâmetro mínimo de 10 cm e comprimento maior que o objeto. Após esse processo, envolve-se a obra em um papel de qualidade arquivística ou em uma jaqueta de filme de poliéster para protegê-la dos agentes decompositores. (OGDEN,

2001)

Os materiais cartográficos por serem de difícil reedição devem ser conservados e preservados para durarem muitos anos e a melhor forma é a prevenção, deve-se cuidar do documento protegendo-o de agentes decompositores, químicos, biológicos e físicos antes mesmo de serem danificados, podendo, assim, durar por mais tempo em relação àquele já restaurado. (OGDEN, 2001)

2.9 Coleções

Com a finalidade de informar a importância da mapoteca serão apresentadas as coleções Radar da Amazônia (RADAM) e Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP).

2.9.1 Projeto RADAM

O Projeto RADAM (Radar da Amazônia) ou RADAMBRASIL, de acordo com as informações obtidas pelo site (PROJETO RADAMBRASIL, 2010), surgiu em 1965 a partir da associação entre a NASA e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). Tinha como objetivo fazer levantamentos a partir das viagens pelo interior do Brasil relatados pelos técnicos. Muitas ideias foram surgindo “e resolveu-se abrir espaço para que se reunissem aqui mais coisas como recortes de jornal, reportagens de revista, fotos, documentos legais, biografias e entrevistas, enfim, tudo que possa reconstituir a história comum deste grupo de pessoas”. (PROJETO RADAMBRASIL, 2010). Depois passou, também, a atender a comunidade científica, disseminando o trabalho realizado pelo projeto.

No âmbito do Ministério de Minas Energia, o Projeto RADAM foi criado em 1970 com

[...] a finalidade de implementar um Programa de Sensoriamento Remoto por Satélite e realizar, com base nas imagens assim obtidas, o levantamento

integrado dos recursos naturais em uma área de restrita a 1.500.000 Km² ao longo da rodovia Transamazônica, posteriormente ampliada até abranger a totalidade da Amazônia Legal. (PROJETO RADAMBRASIL, 2010)

O Radar é um sensor ativo, não depende da luz e conseqüentemente pode ser usado à noite, diminuindo o tempo gasto no levantamento. Tendo, ainda, em vista, o comprimento de onda, o Radar permite o levantamento de áreas nubladas, entretanto sendo afetado por nuvens eletricamente carregadas e precipitações pluviais intensas. (PROJETO RADAMBRASIL, 2010)

Inicialmente os radares destinavam-se a fins militares. No decorrer da Segunda Guerra Mundial a Inglaterra foi equipada com eficiente rede de Radar, mas só a partir da década de 60 os geocientistas procuraram aplicar os princípios de Radar para fins de levantamento de recursos naturais. (IBGE, 1998, p. 57)

Pouco se conhecia sobre o solo da Amazônia, a densidade e a extensão da floresta dificultava bastante a entrada de exploradores, com isso, os estudos científicos eram quase impossíveis de se realizar, principalmente com os métodos e meios existentes na época. Com o surgimento do Projeto RADAM essa realidade mudou, as novas técnicas e os materiais de mapeamento permitiram pesquisas científicas de qualidade, o que não se obtinha anteriormente, pois as informações produzidas eram uma média dos dados obtidos de trechos navegáveis dos rios. (PROJETO RADAMBRASIL, 2010)

Graças ao projeto RADAM muitos estudos sobre a Amazônia puderam ser realizados. Esse projeto teve grande relevância para a América do Sul, foi o responsável pelo levantamento dos recursos naturais da Amazônia a partir da utilização do sensoriamento remoto com a finalidade de orientar a ocupação e a exploração mais sustentáveis da região. O sucesso do projeto motivou sua ampliação por todo o território brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, denominando-se RADAMBRASIL. (PROJETO RADAMBRASIL, 2010)

2.9.2 Centro Brasileiro de Estudos Portugueses

A coleção Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP) é formada por mapas de representações das colônias portuguesas, foi doada pelo Movimento Internacional Lusófono (MIL) para a Universidade de Brasília com o objetivo de preservação da memória lusófona. Como relatado a seguir:

A primeira iniciativa, com o intuito de que, de facto, seja preservada a memória lusófona na Capital Federal, é a de reunir os adequados meios académicos para seleccionar e reagrupar, em espaço único e especificamente destinado à história e à cultura portuguesas, as obras que ainda existe das bibliotecas do Centro de Estudos Clássicos (CEC) e do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP), cujos fundadores foram Eudoro de Sousa e Agostinho da Silva. (QUINTUS. Acesso: 04 mar. 2010)

Esta citação não diz respeito somente aos mapas, mas todo um conjunto de obras produzidas por Portugal sobre este país e suas colônias, no sentido de preservá-las para manter viva a memória do passado e permitindo às gerações futuras usufruir desse legado.

A maioria dos mapas desta coleção foram produzidos no final do século XIX e início e meados do século XX. Depois da independência do Brasil, Portugal passou a se concentrar nas terras africanas com o objetivo, segundo Albuquerque (1985), de demarcar os territórios pertencentes a este e impor o seu domínio às colônias.

Com o intuito de defender suas terras, o rei D. Luís oficializou a constituição para a realização de expedições à África, “e procurou criar os meios para que elas se realizassem, muito embora tivesse deparado com a dificuldade que representava o desentendimento entre alguns sobre quem recaía a responsabilidade do projecto”. (ALBUQUERQUE, 1985)

A história dos preparativos para a exploração portuguesa de grandes áreas da África Austral, em que estiveram envolvidos Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, é sem dúvida aliciante, mas ainda há bem pouco tempo o Engenheiro Gabriel Mendes, utilizando valiosa

documentação inédita, traçou o minucioso quadro desses árduos trabalhos, por vezes entremeados de ressentimentos pessoais e de divergências políticas. O estudo do Engenheiro Gabriel Mendes é extremamente preciso, muito completo nas informações que presta, e conclusivo; decerto cometeria um erro imperdoável se ousasse percorrer aqui idêntico caminho. (ALBUQUERQUE, 1985, p. 4-5)

A partir do mapeamento desses territórios criou-se então, a Comissão de Cartografia para realizar o levantamento das áreas abrangidas por essas colônias, desenvolvendo um trabalho de cunho científico, tendo grande importância para a história e a cartografia portuguesa. (ALBUQUERQUE, 1985)

Segundo Albuquerque (1985), o governo de Portugal iniciou as expedições de reconhecimento de áreas inexploradas da África, exigindo prioridades quanto aos seus direitos de soberania. Mas estas expedições

não se limitaram a definir com rigor as características orográficas do terreno, a recolher informações etnológicas, a registar observações magnéticas e de coordenadas geográficas, e a anotar muitos outros dados de carácter científico que os exploradores estavam em condições de coligir (ALBUQUERQUE, 1985, p. 5).

Em 1883 mapas foram cientificamente preparados para provar os direitos coloniais portugueses sobre as terras africanas. Para isso, na confecção de um mapa o cartógrafo precisava de dados de observações diretas que oferecessem maior precisão dos detalhes (ALBUQUERQUE, 1985).

A Comissão de Cartografia realizou diversas campanhas para a realização da Topografia e da Cartografia das colônias portuguesas. Albuquerque (1985) diz acreditar, ainda, que a qualidade dos trabalhos cartográficos foi devido a tradição da cartografia portuguesa.

Assim a grande importância da cartografia para aquela época, diz respeito à maior cientificidade dos documentos produzidos para a identificação dos limites das colônias portuguesas nas terras africanas (ALBUQUERQUE, 1985).

3 Metodologia para organização de mapotecas

Para falar sobre a revitalização da Mapoteca torna-se necessário conhecer outras mapotecas. As instituições foco de estudo foram: a Mapoteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Mapoteca da Biblioteca do IBGE de Brasília. Destacou-se a Biblioteca do IBGE de Brasília, porque o IBGE é o órgão que normatiza a produção de mapas e também os produz. Focalizou-se também, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por constituir-se com uma grande coleção de mapas. O estudo pode possibilitar a obtenção de informações que possam ser empregadas na proposta de revitalização ora apresentada.

3.1 Mapoteca da Biblioteca Nacional (FBN)

3.1.1 Histórico

O acervo cartográfico da Biblioteca Nacional se originou a partir da documentação cartográfica da Real Biblioteca, ainda em Lisboa, no final do século XVIII, que mais tarde, com a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, veio transferida para o Rio de Janeiro. Com o passar dos anos a Real Biblioteca se tornou na Biblioteca Nacional, o acervo cresceu, tornando-se “um rico patrimônio de imagens do Mundo, no todo e em suas partes”. (FUNDAÇÃO..., 2010b)

Neste acervo tem-se documentos de grande importância, trata-se de obras do mundo todo, principalmente, sobre o império ultramarino português, e para o estudo da técnica cartográfica e suas mudanças ao longo do tempo. Este acervo consiste em obras da Antiguidade Clássica do século XV e sobretudo obras produzidas nos séculos XVI ao XVIII. (FUNDAÇÃO..., 2010)

3.1.2 Política de formação e desenvolvimento de acervo de mapoteca

Com o objetivo de se obter mais informações sobre o acervo cartográfico foi realizada uma entrevista via e-mail com a bibliotecária Maria Dulce Faria. Segundo as informações fornecidas pela bibliotecária, a Biblioteca Nacional (BN):

Para manter seu acervo em constante desenvolvimento, “recebe as coleções, como também a Divisão de Cartografia através de” (FARIA, 2010):

- depósito legal - “remessa à Biblioteca Nacional de um exemplar de todas publicações produzidas no território brasileiro, len. 10.994, de 14/12/2004, que revogou o Decreto-lei N. 1825, de 20/12/190” (DEPÓSITO LEGAL, 2010).
- doação - caso não haja outro exemplar na BN;
- permuta de duplicatas entre outras instituições;
- direitos autorais - ultimamente não se tem recebido este acervo registrado no Escritório de Direitos Autorais; e
- compra - 99% de acervo estrangeiro. Atualmente a compra está dirigida para livros de referência e obras sobre história da cartografia (FARIA, 2010).

Os critérios estabelecidos para a catalogação de materiais cartográficos são: utilização das “[...] regras do código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). Revisão 2002, 2.ed. Nível 3 de detalhamento [...]” que possibilita uma melhor identificação da documentação. “A utilização deste nível, também, deve-se ao acervo raro e/ou antigo da Divisão de Cartografia”. Distinguindo-se os seguintes elementos de dados (FARIA, 2010):

- autor, gravador, editor, e data;
- tema;
- descrição física: manuscrito, xilogravado, gravado em cobre, litografado e impresso (FARIA, 2010).

Deve-se verificar também, se os mapas, particularmente os antigos, faziam parte de alguma obra que possa ter sido vendidos separadamente ou pertence a alguma coleção importante (FARIA, 2010).

A catalogação de obras antigas e raras exige uma pesquisa exaustiva. No entanto, uma série de particularidades referentes aos documentos cartográficos devem ser levados em consideração, como conhecimento em história, geografia, cartografia e áreas correlatas (FARIA, 2010).

De acordo com Faria (2010), para o processo de indexação, segue-se a Lista de Cabeçalhos de assuntos da Library of Congress (LC).

A BN não faz empréstimo de materiais cartográficos, somente pesquisa in loco e atualmente com a digitalização do acervo o usuário tem acesso a várias obras pela internet. O acervo físico segue o sistema de localização fixa onde os documentos são armazenados em mapotecas horizontais, estantes e armários.

A BN está realizando a preservação dos mapas a partir do projeto Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVII, sendo estes primeiramente restaurados e/ou higienizados e digitalizados. Após estes procedimentos “[...] a coleção retorna à Coordenadoria de Preservação (Laboratório de Restauração ou Centro de Conservação e Encadernação) para encadernação dos volumes das obras ou encapsulamento dos mapas em poliéster” (FARIA, 2010).

No caso dos critérios de raridade, “segue-se as normas do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), fontes de referência e obras sobre história da cartografia” (FARIA, 2010).

3.1.3 PLANOR

O PLANOR (Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras) foi criado em 1983 pela portaria nº19 da Secretaria da Cultura, do então Ministério da Educação e

Cultura (MEC). Em 1985 o Ministério da Cultura tornou-se órgão independente (PLANOR, 2010).

O PLANOR passou a ter sua própria gerencia em 2004, com a nova estrutura organizacional da Fundação Biblioteca Nacional, sendo subordinado à Coordenadoria de Acervo Especial – CAE – do Centro de Referência e Difusão.

Os principais objetivos do PLANOR são:

- Identificar e cadastrar em base de dados bibliográfica, acervos de memória existentes em bibliotecas e outras instituições culturais
- Orientar sobre os procedimentos técnicos a serem utilizados na organização e conservação desses acervos, conforme as normas adotadas pela Biblioteca Nacional;
- Manter intercâmbio com o Catálogos Internacional de **ABINIA** (Asociación de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica) de obras editadas dos século XV ao XVIII;
- Divulgar esses acervos através de catálogo on-line e impressos.
- Prestar assistência técnica para a organização e preservação de obras raras existentes no país e desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada;
- Reunir na Biblioteca Nacional informações sobre o acervo raro existente no país. (PLANOR, 2010)

O PLANOR, também, regulamenta as normas de raridade das obras documentais da BN. As normas para classificação de obras raras são:

- Primeiras impressões do século XV ao XVI
- Impressões dos séculos XVII e XVIII
- No Brasil: impressões do século XIX
- Edições clandestinas
- Edições de tiragens reduzidas
- edições especiais (de luxo para bibliófilos)
- Exemplares de coleções especiais: via de regra geral, com belas encadernações e ex-libris
- Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias)
- Obras esgotadas. (PLANOR, 2010)

A BN mantém uma política de seleção bastante consistente e tenta estar sempre atualizada no que diz respeito à cartografia. Dessa forma a biblioteca mantém vínculo com instituições e utiliza serviços referentes à cartografia como o do **MapHist**, que é:

Um [...] grupo de discussão por e-mail, seu principal foco são os mapas históricos, atlas, globos e outros documentos cartográficos. A lista de discussões é aberta a todas as pessoas interessadas na história da cartografia. O principal objetivo do MapHist é incentivar as pessoas a comunicar a investigação em curso; avaliar os métodos e ferramentas de análise; anunciar aquisições importantes e notícias sobre o tema; anunciar novas publicações; investigar acervo de bibliotecas, e para compartilhar informações entre as conferências e o aparecimento de revistas relevantes. (tradução nossa) (MAPHIST, 2010)

A BN participa desse grupo de discussão afim de obter informações referentes à cartografia. A vantagem deste serviço está em permitir aos associados compartilhar informações a respeito do assunto.

3.2 Mapoteca da biblioteca do IBGE

O IBGE tem várias bibliotecas em todo o Brasil, porém a biblioteca objeto de estudo do trabalho foi a que se localiza no Distrito Federal. Realizou-se uma visita à instituição com o objetivo de obter informações sobre o modo de organização do acervo cartográfico. As informações foram fornecidas pelas funcionárias Sônia Maria Baena Maciel e Maria Iracema Gonzales.

Segundo Sônia, a classificação, a catalogação e a indexação não são realizadas pelo IBGE. Os mapas do acervo são organizados por ordem do mapa-índice (MI) e depois por ordem alfabética, são armazenados em mapotecas verticais e horizontais, arquivos verticais móveis e alguns poucos podem ser encontrados enrolados.

De acordo com Maria Iracema, muitos mapas, principalmente os mais atuais, podem

ser encontrados em formato digital no site do IBGE, em sua biblioteca digital, o acesso é livre e podem ser visualizados e baixados pelos usuários. Estes tem acesso aos aplicativos do sistema e podem fazer pesquisas mais detalhadas aos vários tipos de mapas. Os mapas podem ser comprados, se for de interesse do usuário.

A higienização dos mapas, segundo Sônia, quando necessária é efetuada de forma não muito adequada, passando-se um pano seco para a retirada de sujeiras superficiais como poeira. Todo o ambiente é acondicionado, fornecendo um ambiente ideal para a conservação das obras.

4 Estudo de caso

4.1 Proposta de revitalização da mapoteca da Biblioteca Central

A mapoteca da UnB/BCE pertence à Divisão de Coleções Especiais (COLESP), tem como objetivo oferecer informações de interesse dos usuários, dando suporte às atividades de pesquisa, principalmente, relativas às geociências (UNB, 2010).

O acervo é formado por mapas, cartas, atlas, globos terrestres e plantas, podendo ser de caráter decorativo, histórico, cultural, etnográfico, político, climático, entre outros assuntos. Dentre os mapas existem coleções de grande importância para o Brasil como a coleção do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP), mapas de representações dos territórios de colônias portuguesas e a coleção do projeto RADAM, programa de sensoriamento remoto de recursos naturais (UNB, 2010).

Durante muito tempo a mapoteca funcionava somente no período da tarde das 14:00h às 18:00h. Atualmente ela fica fechada, mas há fixado na porta um informativo pedindo a quem quiser consultar o acervo procurar o Setor de Coleções Especiais, podendo ser consultado no período de funcionamento deste (07:00 às 18:00h) (UNB, 2010).

4.2. Metodologia

- Análise da literatura especializada em tratamento de material cartográfico, cartografia e catalogação, classificação, indexação e preservação e conservação.
- Levantamento de dados da mapoteca;
- Consulta ao catálogo online da BCE;
- Registro de entrevistas realizadas com os bibliotecários responsáveis pelo setor;
- Consulta a outras fontes de informação.

4.3 Análise do ambiente

A organização do acervo não é compatível com as coleções existentes, observou-se vários problemas como pouca circulação de ar e excesso de poeira. em geral, os bibliotecários que passam por este setor ficaram por pouco tempo, muitos adoeceram e não tiveram condições de continuar as atividades profissionais, sendo alocados em outros setores.

Uma das bibliotecárias que hoje está alocada em outra parte das Coleções Especiais por motivo de saúde, foi uma dentre os funcionários que passaram mais tempo trabalhando na mapoteca. Na época em que ficou no acervo iniciou um projeto de catalogação, porém com sua saída não houve continuidade das atividades.

A bibliotecária disse esperar poder voltar para a mapoteca e continuar o trabalho de catalogação e disse também, que não há condições de fazer o trabalho sozinha por causa da insalubridade do local e pela sua idade, assim aguardando por outro funcionário para auxiliá-la a dar continuidade ao processo.

Há pouco apoio institucional para a manutenção da mapoteca, o trabalho dos bibliotecários e outros funcionários que mantiveram e ainda a mantém em funcionamento não foram suficientes para mantê-la organizada. A falta de higienização dos documentos impede a continuidade regular de suas atividades e serviços.

4.4 Levantamento de dados

O levantamento de dados foi realizado para a identificação dos problemas apresentados pelo acervo relatados pelos bibliotecários e outros funcionários. Apresenta-se a seguir o mobiliário existente com o registro de seus conteúdos:

Mapoteca 1

•**Gaveta 1 Brasil:** contém aproximadamente 34 mapas, 3 livros (incluindo um atlas)

e um cartaz “Exposição de iluminuras...”

- **Gaveta 2 Brasil:** contém aproximadamente 53 mapas.
- **Gaveta 3 Brasil:** contém aproximadamente 45 mapas e uma tabela de elementos químicos.
- **Gaveta 4 Brasil:** contém aproximadamente 15 mapas.
- **Gaveta 5 Região Norte:** contém aproximadamente 15 mapas da Amazonas.
- **Gaveta 6 Rondônia:** contém 11 mapas.
- **Gaveta 7 Acre:** contém 13 mapas.
- **Gaveta 8 Roraima/Pará:** contém aproximadamente 25 mapas, incluindo um mapa de toda região norte.
- **Gaveta 9 Amapá/Tocantins:** contém 8 mapas.
- **Gaveta 10 Região Nordeste:** contém aproximadamente 22 mapas.

Mapoteca 2

- **Gaveta 1 Maranhão:** contém aproximadamente 42 mapas.
- **Gaveta 2 Piauí:** contém 6 mapas, no entanto um mapa é do Maranhão.
- **Gaveta 3 Ceará:** contém 9 mapas.
- **Gaveta 4 Pernambuco/Paraíba :** contém 4 mapas, sendo todos de Pernambuco.
- **Gaveta 5 Sergipe/Alagoas:** contém 12 mapas, sendo um da Bahia.
- **Gaveta 6 Nordeste (Bahia):** contém aproximadamente 107 mapas e dois livros com um mapas anexo em cada.
- **Gaveta 7 Sudeste:** contém 13 mapas.
- **Gaveta 8 Minas Gerais:** contém aproximadamente 228 mapas.
- **Gaveta 9 Sudeste:** contém aproximadamente 154 mapas.
- **Gaveta 10 Espírito Santo:** contém aproximadamente 50 mapas.

Mapoteca 3

- **Gaveta 1 Rio de Janeiro:** contém aproximadamente 31 mapas, sendo 2 do Projeto RADAM e um calendário com ilustrações de mapas do Brasil Colônia.
- **Gaveta 2 São Paulo:** contém aproximadamente 68 mapas.

- **Gaveta 3 Região Sul:** vazia.
- **Gaveta 4 Região Sul:** 2 mapas de São Paulo.
- **Gaveta 5 Região Sul:** vazia.
- **Gaveta 6 Região Sul:** contém aproximadamente 190 mapas, incluindo vários de São Paulo.
- **Gaveta 7 Região Sul:** contém aproximadamente 174 mapas somente do Paraná.
- **Gaveta 8 Região Sul/ Paraná:** contém aproximadamente 73 mapas.
- **Gaveta 9 Região Sul/Santa Catarina:** contém aproximadamente 90 mapas.
- **Gaveta 10 Região Sul/Rio Grande do Sul:** contém aproximadamente 227 mapas.

Mapoteca 4

- **Gaveta 1 Região Sul:** contém aproximadamente 100 mapas todos do Rio Grande do Sul.
- **Gaveta 2 Região Sul:** vazia.
- **Gaveta 3 Região Centro-Oeste:** contém 3 mapas.
- **Gaveta 4 Mato Grosso do Sul:** contém 12 mapas.
- **Gaveta 5 Mato Grosso:** contém aproximadamente 163 mapas.
- **Gaveta 6 Região Centro-Oeste:** contém aproximadamente 190 mapas do Mato Grosso.
- **Gaveta 7 Goiás:** contém aproximadamente 21 mapas.
- **Gaveta 8 Região Centro-Oeste:** contém aproximadamente 245 mapas do Goiás.
- **Gaveta 9 Distrito Federal: Brasília:** contém aproximadamente 116 mapas.
- **Gaveta 10 Região Centro-Oeste:** contém aproximadamente 48 mapas, sendo 47 mapas da coleção CBEP.

Mapoteca 5

- **Gaveta 1 Europa:** contém aproximadamente 74 mapas.
- **Gaveta 2 Europa:** contém aproximadamente 96 mapas.
- **Gaveta 3 Europa:** contém aproximadamente 61 mapas somente da França.
- **Gaveta 4 Europa:** contém aproximadamente 143 mapas somente da França.

- **Gaveta 5 Europa:** contém aproximadamente 61 mapas somente da França.
- **Gaveta 6 Europa:** contém aproximadamente 101 mapas somente da França.
- **Gaveta 7 Europa:** contém aproximadamente 126 mapas somente da França.
- **Gaveta 8 Europa:** contém aproximadamente 96 mapas somente da França.
- **Gaveta 9 Europa:** contém aproximadamente 193 mapas dos países da Península Ibérica (Portugal, Espanha e França).
- **Gaveta 10 Europa:** contém aproximadamente 193 mapas somente de Portugal.

Mapoteca 6

- **Gaveta 1 Europa:** contém aproximadamente 10 mapas de alguns países de Europeus e cinco mapas da coleção do CBEP, sendo quatro da Índia e um de Açores e Madeira.
- **Gaveta 2 Europa:** contém aproximadamente 15 mapas, de países Europeus e da Ásia, sendo um do CBEP.
- **Gaveta 3 Europa:** vazia.
- **Gaveta 4 Ásia:** contém aproximadamente 37 mapas de países da Ásia e de Angola.
- **Gaveta 5 África:** contém aproximadamente 40 mapas (e duas legendas) de países africanos.
- **Gaveta 6 África/Cabo Verde:** contém aproximadamente 102 mapas da Guiné Portuguesa, incluindo um do CBEP.
- **Gaveta 7 África:** contém aproximadamente 41 mapas de países africanos, sendo 28 do CBEP.
- **Gaveta 8 África:** contém aproximadamente 95 mapas de países africanos, sendo 66 do CBEP.
- **Gaveta 9 África:** contém aproximadamente 274 mapas de Angola (CBEP).
- **Gaveta 10 África:** contém aproximadamente 28 mapas de Angola, sendo 27 do CBEP.

Mapoteca 7

- Gaveta 1 África:** contém aproximadamente um mapa.
- Gaveta 2 África:** contém aproximadamente 84 mapas de Moçambique.
- Gaveta 3 América do Norte/América Central:** contém aproximadamente 40 mapas da América do Sul, continente americano, América Central e América do Norte.
- Gaveta 4 América do Norte/América Central:** contém aproximadamente 91 mapas.
- Gaveta 5 América do Norte/América Central:** contém aproximadamente 132 mapas da América do Norte.
- Gaveta 6 América Central/América do Sul:** contém aproximadamente 19 mapas da América do Sul e 113 da América do Norte.
- Gaveta 7 Estados e Regiões do Pacífico Sul, Austrália, Ártico e Antártida:** contém aproximadamente 25 mapas, incluindo um mapa-mundi.
- Gaveta 8 Mapa-mundi, Cometas, Planetas:** contém aproximadamente 51 mapas celestes, 37 mapas-mundi, dois atlas geográficos, uma tabela geológica, um cartaz, 25 mapas lunares, m mapa do Brasil, um mapa da Oceania e um da Austrália.
- Gaveta 9:** contém aproximadamente 55 mapas do Brasil, incluindo um fac-simile de uma obra antiga e um mapa da Índia da coleção CBEP.
- Gaveta 10:** contém aproximadamente um mapa-mundi, 7 mapas de países e continentes e 47 mapas da coleção CBEP.

Mapoteca 8

- Gaveta 1 Mapas históricos:** contém aproximadamente 13 mapas escolares enrolados.
- Gaveta 2 Mapas históricos:** contém aproximadamente 14 mapas escolares enrolados .
- Gaveta 3 Mapas históricos:** contém aproximadamente 13 mapas escolares enrolados.
- Gaveta 4 Mapas históricos:** contém aproximadamente 12 mapas escolares enrolados.

- **Gaveta 5** : contém aproximadamente 9 fac-similares de mapas antigos.
- **Gaveta 6** : contém aproximadamente 10 mapas da Bahia e Minas Gerais, dois Espanha/Portugal e dois cartazes.
- **Gaveta 7** : contém duas coleções Brasil: carta do mundo ao milionésimo e aproximadamente 60 plantas e desenhos de casas.
- **Gaveta 8**: contém 25 duplicatas da coleção Projeto RADAMBRASIL
- **Gaveta 9**: vazia.
- **Gaveta 10**: vazia.

Mapoteca 9

- **Gaveta 1**: contém ilustrações de pinturas.
- **Gaveta 2**: contém ilustrações de pinturas.
- **Gaveta 3**: contém aproximadamente 15 mapas da coleção CBEP, dois RADAMBRASIL e dois do Brasil.
- **Gaveta 4**: vazia.
- **Gaveta 5**: contém aproximadamente 11 mapas do Brasil e estados brasileiros.
- **Gaveta 6**: contém cartazes.
- **Gaveta 7**: contém calendários ilustrativos.
- **Gaveta 8**: contém ilustrações de pinturas.
- **Gaveta 9**: vazia.
- **Gaveta 10**: contém cartazes.

Mapoteca 10

- **Gaveta 1**: contém cartazes.
- **Gaveta 2**: contém cartazes e ilustrações de pinturas.
- **Gaveta 3**: contém aproximadamente 123 mapas da coleção Projeto RADAMBRASIL.
- **Gaveta 4**: contém aproximadamente 82 mapas da coleção Projeto RADAMBRASIL .
- **Gaveta 5**: contém materiais de uso no acervo.

- Gaveta 6:** contém aproximadamente 13 mapas do Brasil e quatro livros de biblioteconomia.
- Gaveta 7:** vazia.
- Gaveta 8:** vazia.
- Gaveta 9:** vazia.
- Gaveta 10:** vazia.

Mapoteca dourada (armário sem identificação)

- Gaveta 1 :** contém 1 álbum cartográfico do Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)
- Gaveta 2:** contém plantas da BCE.
- Gaveta 3:** contém 3 portfólios (artes visuais).
- Gaveta 4:** contém 3 portfólios (artes visuais).
- Gaveta 5:** contém ilustrações de pinturas.
- Gaveta 6:** contém 1 álbum cartográfico rodoviário de 1972.
- Gaveta 7:** contém aproximadamente 48 mapas.
- Gaveta 8:** contém cartazes e imagens de pinturas.
- Gaveta 9:** contém materiais diversos e aproximadamente 24 mapas.
- Gaveta 10:** contém aproximadamente 24 mapas e 5 folhetos com um mapa anexo e um livro com quatro mapas anexos.

4.5 Análise dos dados

Os armários são organizados em mapas de países, regiões, estados e históricos. Como foi visto, são 11 armários, todos numerados e cada armário com 10 gavetas. Em quase todas as gavetas encontrou-se os seguintes problemas, alguns destes podem ser observados na **fig. 2**:

- Documentos amassados
- Grampos e cliques enferrujados
- Documentos dobrados irregularmente
- Rasgos

- Manchas de fita adesiva
- Manchas escuras
- Mapas armazenados em locais errados
- Falta de ordem
- Poeira e outras sujidades
- Sobrecarga por excesso de mapas



Figura 2: Mapoteca⁶

De início observou que os mapas das gavetas intituladas Brasil, deveria reunir mapas que representam todo o território nacional, porém pode-se encontrar mapas de estados e regiões do país, ou senão todas as gavetas poderiam incluir mapas representando todo ou parte do território brasileiro com o nome Brasil.

Ainda durante a análise de dados, verificou-se a existência de mapas valiosos para a comunidade científica e curiosos. Analisando os documentos da **mapoteca 4** onde se encontram obras da região Centro-oeste, na gaveta de documentos sobre Mato Grosso do Sul (MS), encontrou-se um mapa geológico sob o título **Secção Geológica de Caceres ao Rio Sangrador Grande**, estava rasgado em quatro partes, amarelado pelo tempo e manchado por causa da fita adesiva.

A obra foi mostrada à bibliotecária, na época, coordenadora das Coleções Especiais,

⁶ Figura 2: Foto de Sandra Miyako Izawa

Lussara Vieira. Ela disse que poderia se tratar de um mapa antigo pelo tipo de escrita. Porquanto, pesquisamos o mapa na internet e encontramos este mesmo mapa na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), onde a sua publicação fora datada por volta de 1912. É um mapa antigo (**fig. 3**), porém não é considerado raro. A sua importância está no cartógrafo, pois este (Aberto Betim Paes Lemes) é considerado um dos patronos da cartografia no Brasil.

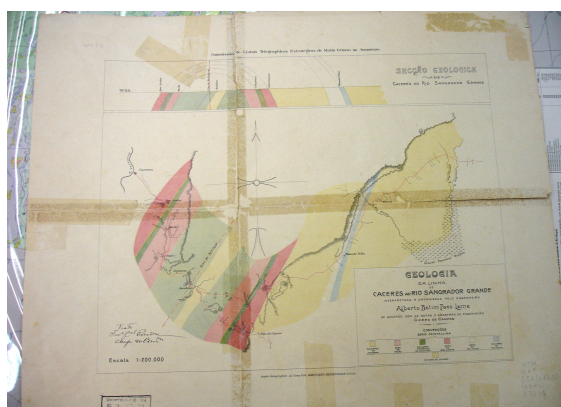


Figura 3: Mapa: Secção Geológica de Cáceres ao Rio Sangrador Grande⁷

Em uma das gavetas do Centro-oeste encontrou-se também, um mapa antigo com a única informação: **ao 1º Tenente Muzanty**. Uma pesquisa na internet foi realizada para verificação da importância do material. Então, na obra *Coleção Pelo Império*, nº 53, **Glórias e martírios da colonização portuguesa**, pelo Coronel Ferreira Martins descobriu-se a importância deste militar, ele foi o Governador da Guiné no período de 1907-1910 e trata-se de uma representação desta colônia. Pelas características apresentadas como área geográfica abrangida, o ano de confecção do material e principalmente, informação contida no mapa, pode-se constatar que este faz parte da coleção do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP), entretanto, não estava sendo indicada como tal.

Na gaveta 10 desta mesma mapoteca está uma parte da Coleção do CBEP, são 47 mapas e um de um mapa antigo de Roma de 1870. No entanto, a obra não foi recuperada ao se realizar a pesquisa.

⁷ Figura 3: Foto de Sandra Miyako Izawa

A falta de catalogação de alguns materiais traz muitos problemas de recuperação, não somente para o usuário como também para o próprio bibliotecário que muitas vezes dá informações erradas por não ter o conhecimento de todas as obras do acervo, pois há obras não-catalogadas, o que dificulta e às vezes, impede a pesquisa.

Além destes, um dos maiores problemas dos mapas é o seu tamanho que varia muito, isso prejudica a sua armazenagem nos armários. Há mapas de dimensões variadas, uns muito grandes e outros muito pequenos, mas por serem da mesma coleção ou da mesma região são reunidas no mesmo local, causando riscos de danificação.

São encontrados, também, documentos apertadamente enrolados em posição vertical, dentro de caixas de papelão comum e outros suportes de plástico usados como bases de apoio, estão totalmente expostos à poeira, umidade, calor, etc. Alguns desses materiais são ilustrações e cartazes da UnB. Esses e outros tipos de documentos como calendários ilustrativos e fotos podem ser encontrados, também, em algumas gavetas de mapoteca. Estes materiais deveriam estar numa coleção iconográfica, entretanto estão alocados na mapoteca sem nenhum tipo de tratamento.

Outra opção para armazenagem, porém mais cara, seria o uso de arquivos verticais móveis próprios para documentos de grandes dimensões. Estes mobiliários facilitam a localização e o manuseio dos mapas, diminuindo os riscos de danificação pelo contato.

Prosseguindo com a análise observa-se que a mapoteca tem, ainda, várias cartas de cidades de diversas partes do Brasil, no entanto, o objetivo da BCE é oferecer aos usuários um acervo mais específico, formado por mapas de Goiás e do Distrito Federal e mantendo em quantidades menores mapas de outros estados, regiões e de países.

Uma política de seleção mais criteriosa traria muitos benefícios ao acervo, ao

selecionar e descartar as obras que não fazem parte desse objetivo e retirando e enviando para o local correto àquelas que não são do acervo.

A catalogação dos mapas também é um grande problema, muitos deles foram catalogados no período em que a biblioteca usava o Sistema Thesaurus. Neste sistema o processo de catalogação era mais simples, não havia tantos campos para serem descritos.

Nesta época, a descrição de autoridade era feita sem muito critério e os termos muitas vezes não eram autorizados, enquanto que o Sistema Pergamum pede uma catalogação mais detalhada, a descrição de autoridade e os termos autorizados, por exemplo, devem ser importados da BN. No caso da autoridade isso não é obrigatório nas situações em que não seja encontrada na BN, o bibliotecário da própria biblioteca pode realizar o cadastro de autoridade, mas seguindo as regras de catalogação.

Durante o processo de migração desses dados para o Pergamum, de início, não se teve a preocupação em atualizar estas informações, prejudicando na recuperação da informação. Isto pôde ser averiguado o seguinte, ao se buscar recuperar um mapa geológico de Montes Claros, MG no catálogo online (**fig. 4**):

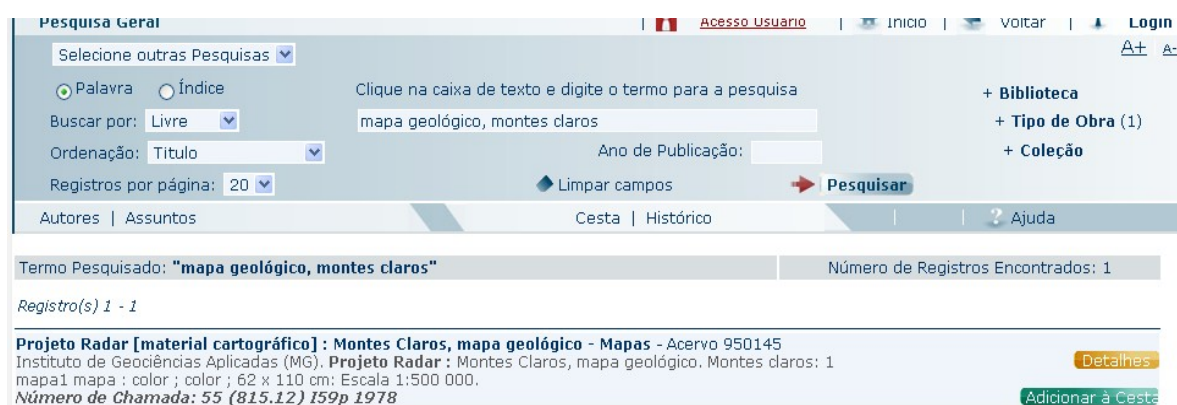


Figura 4: Catálogo online (BCE)⁸

Como se pode observar na **figura 4** a pesquisa encontrou somente um item, no entanto fazendo-se a pesquisa por Montes Claros, o catálogo recuperou 4 itens, dentre estes, dois eram iguais e justamente uma duplicata da obra da primeira busca, porém foram cadastrados de forma diferente, um com indicação de mapa

⁸ Figura 4: Disponível em: <consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1#posicao_dados_acervo>. Acesso: 19 ago 2010.

geológico e outro sem essa indicação, como pode ser visto nas **figuras 5 e 6**.

Título: Projeto Radar [Mapa] : Montes Claros / 1978 - Mapas - Acervo 931654	
Número de Chamada	550.8(815.12) I59 1978
Título Principal	Projeto Radar [Mapa] : Montes Claros
Dado Matemático Cartográfico	Escala 1: 500.000.
Publicação	Minas Gerais : 1978.
Descrição Física	1 mapa : color ; 61 x 117 cm.
Assuntos	Geologia -- Detalhes Minas Gerais -- Mapas Minas Gerais -- Mapas

001		931654
003		BR-BrUNB
005		20070321092103.0
007		aj ca
008		061031s1978 mgb ## a ## por#d
040		\$a BR-BrUNB \$c BR-BrUNB
080		\$a 550.8 \$x (815.12)
090		\$a 550.8(815.12) \$b I59 \$c 1978
245	1 0	\$a Projeto Radar \$h [Mapa] : \$b Montes Claros
255		\$a Escala 1: 500.000.
260		\$a Minas Gerais : \$c 1978.
300		\$a 1 mapa : \$b color ; \$c 61 x 117 cm.
650	0 4	\$a Geologia - \$z Minas Gerais - \$x Mapas
651	2	\$a Minas Gerais - \$x Mapas

Figura 5: Resultado da pesquisa ao catálogo⁹

Título: Projeto Radar [material cartográfico] : Montes Claros, mapa geológico - Mapas - Acervo 950145	
Número de Chamada	55 (815.12) I59p 1978
Autor Principal	Instituto de Geociências Aplicadas (MG)
Título Principal	Projeto Radar [material cartográfico] : Montes Claros, mapa geológico
Dado Matemático Cartográfico	Escala 1:500 000
Publicação	Montes Claros :
Descrição Física	1 mapa : color ; 62 x 110 cm
Assuntos	Geologia -- Detalhes Minas gerais:geografia -- Mapas

001		950145
003		BR-BrUNB
005		20080710090844.0
007		aj ca
008		080710s1978 mgb cc a ## por#d
040		\$a BR-BrUNB \$c BR-BrUNB
080		\$a 55 \$x (815.12)
090		\$a 55 (815.12) \$b I59p \$c 1978
110	1	\$a Instituto de Geociências Aplicadas (MG)
245	1 0	\$a Projeto Radar \$h [material cartográfico] : \$b Montes Claros, mapa geológico
255		\$a Escala 1:500 000
260		\$a Montes Claros :
300		\$a 1 mapa : \$b color ; \$c 62 x 110 cm
650	0 4	\$a Geologia - \$z Minas gerais:geografia - \$x Mapas

Figura 6: Resultado da pesquisa ao catálogo¹⁰

⁹ Figura 5: Fonte: Disponível em: <consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1#posicao_dados_acervo>. Acesso: 19 ago 2010.

¹⁰ Figura 6: Fonte: Disponível em: <consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1#posicao_dados_acervo >. Acesso: 19 ago 2010.

•Catalogação

A dificuldade de se fazer a pesquisa ao catálogo e a localização do material no acervo são empecilhos para muitos usuários. O tempo gasto na recuperação dos mapas por causa dos problemas de organização da informação favorecem a ideia de desativação do acervo, devido a falta de usuário.

O trabalho tem como objetivo propor o tratamento técnico dos documentos constituídos no acervo a fim de manter sua existência, pois, como foi visto anteriormente, há muitos mapas com potencial para estudos mais aprofundados pelo seu valor histórico.

Muitos mapas precisam ser recatalogados para que os usuários possam realizar sua recuperação com maior precisão. Nesta nova catalogação, recomenda-se realizar a descrição da articulação sistemática das folhas de cartas como ponto de acesso, de forma que esta possa ser usada como entrada secundária, aumentando sua precisão na pesquisa ao catálogo.

A articulação, assim como a classificação, para a maioria das pessoas não faz sentido algum, mas para um estudioso das áreas de geociências, existe todo um conceito por trás desses “códigos”, para estudantes e profissionais destas áreas a articulação sistemática se refere às coordenadas de uma determinada área abrangida por uma carta.

Para esses usuários é muito mais significativo fazer a recuperação pela articulação do que pelo título da carta. Os professores de cartografia ensinam aos seus alunos realizar a recuperação de uma carta pela articulação sistemática, pois pode-se encontrar cartas com o mesmo título e o mesmo assunto, mas podem abranger áreas não exatamente iguais. O uso da articulação como ponto de acesso para a catalogação tornaria mais precisa a recuperação de cartas cartográficas para os profissionais, técnicos, estudantes e pesquisadores das áreas de cartografia e áreas correlatas.

•Classificação

A Biblioteca Central utiliza a Classificação Decimal Universal (CDU) para a organização do acervo. Os mapas, em geral, são classificados primeiramente pela notação de assunto e depois de lugar e em muitas vezes, sem empregar a notação para materiais cartográficos.

A CDU utiliza, como foi citado na revisão de literatura, a notação 912 e a (084.3) da tabela auxiliar que se refere a materiais cartográficos. São notações que podem ser empregadas por serem as mais adequadas para reunir estes documentos em um acervo, tendo como objetivo facilitar a recuperação e a localização dos mapas.

A forma mais adequada para o emprego desta notação dependerá dos critérios estabelecidos pela instituição. Por exemplo: Atlas geológico da Bavária, pode-se representá-lo das seguintes formas:

- 912.44: 55(433)
- 55(433): 912.44
- (433)55: 912.44

•Critérios de raridade

Os critérios de raridade da BCE seguem a lista formulada pela biblioteca:

Critérios de Seleção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília

1 Limite Histórico

- 9 Manuscritos antigos (antes do advento da imprensa);
- 10 Obras dos séculos XV ao XVIII;

- 11 Obras que tratam do Brasil até o século XIX;
- 12 Obras de autores brasileiros editados até 1860;
- 13 Obras editadas no Brasil até 1840 (1900);
- 14 Primeiras obras editadas em cidades ou capitais dos estados brasileiros.

2 Valor cultural

- 15 Obras científicas ou literárias (manuscritas ou impressas) de personalidade de projeção política, literária ou religiosa;
- 16 Primeiras edições de autores brasileiros consagrados antigos e modernos;
- 17 Edições apreendidas, suspensas, recolhidas, censuradas;
- 18 Obras repudiadas pelo autor;
- 19 Obras clandestinas;
- 20 Teses de doutores renomados antigos;
- 21 Obras dos quais possuímos manuscritos;
- 22 Edições (limitadas, esgotadas, especiais e fac-similares);
- 23 Ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores;
- 24 Folhetos de autores renomados;
- 25 Separatas de obras importantes;
- 26 Encadernações de luxo, curiosas ou exóticas;
- 27 Traduções de autores renomados brasileiros ou quando o tradutor é mais importante que o autor.

3 Exemplares raros e/ou valiosos

- 28 Manuscritos de autores antigos e modernos;
- 29 Com dedicatória e/ou autógrafo de autores consagrados;
- 30 Com anotações importantes feitas por pessoas de renome;
- 31 Em encadernação de luxo;
- 32 Com tiragem em papel especial;
- 33 Impressão personalizada ou com erros de impressão.

Fonte: Manual de Critérios de Seleção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB/BCE)

Esses critérios poderiam, também, ser empregados para materiais cartográficos e com o auxílio de entidades produtoras de informações sobre história da cartografia, desenvolver uma lista própria para estes documentos.

•Higienização e preservação

Os materiais cartográficos devem passar por duas etapas para a conservação e preservação dos mapas. A primeira é a higienização, os materiais e o ambiente devem passar por um processo de limpeza. A segunda é a restauração que deve ser efetuada nas obras em péssimo estado para que possam continuar a existir no acervo.

A higienização deve ser feita periodicamente e deve interferir o mínimo possível na integridade do material. Nos casos de materiais muito degradados é preferível deixá-los como está para mantê-los preservados. Nos casos em que se pode haver a intervenção faz-se a retirada de poeira, objetos estranhos e outras sujidades.

A restauração deve ser realizada em materiais em alto grau de deterioração para voltar a serem pesquisáveis, deve ser realizada com bastante cuidado, especificamente por um profissional especializado em conservação para não ocasionar a perda do documento.

•Armazenagem

Após o processo de higienização, recomenda-se encapsular os mapas, garantindo maior segurança no seu manuseio e armazenando-os nas mapotecas sem superlotá-las, garantindo, assim, sua maior durabilidade.

Para a armazenagem de obras pequenas em tamanho mais ou menos de uma folha A4 a sugestão seria o uso de caixas de qualidade arquivística, que contribuiria para a conservação, principalmente, das obras de grande porte. Os mapas são organizados por assunto e não por tamanho, dessa forma, podendo ficar por cima dos menores devido à ordem de classificação, assim, ficando sem apoio suficiente para sustentá-las, com isso deformando, amassando e/ou rasgando-os.

Para os documentos de grandes dimensões que não cabem em mapotecas horizontais uma opção barata seria o rolo, como visto anteriormente na secção 4.4.7 Envólucros de proteção, no tópico **Rolo**, o diâmetro deve ser de pelo menos 10cm para não interferir muito na sua integridade física, protegidos por jaquetas de poliéster e guardados na horizontal em uma única fileira, impedindo a sobrecarga dos demais.

Recomenda-se, também, realizar a redistribuição dos mapas, como foi descrito, há gavetas vazias e outras sobrecarregadas, dificultando o seu manuseio e danificando as gavetas devido ao excesso de peso. As gavetas, como visto na literatura, devem ter em média 100 mapas, quantidade considerada ideal para armazenagem em mapotecas horizontais.

A biblioteca pode, também, optar pela compra de novos armários, mais modernos e melhores, próprios para documentos de grandes dimensões, como os arquivos móveis, mas as mapotecas verticais de aço também são ótimas, pois assim como os arquivos móveis, oferecem uma melhor visualização e localização dos mapas e maior facilidade no seu manuseio.

5 Conclusão

A Biblioteca Central (BCE) é uma biblioteca universitária, onde os usuários, a maioria alunos, utilizam seus serviços, geralmente para realizar pesquisas sobre assuntos da área que estudam. O mesmo acontece com uma mapoteca, pode-se observar que os poucos estudantes que buscam os mapas são dos cursos de geociências e áreas afins, raros são os de outras áreas.

Um acervo desorganizado faz com que a quantidade de pessoas que poderiam estar lhe acessando diminua, pois se sentem desestimuladas a continuar frequentando um ambiente com serviços que não lhes ofereça facilidades. Aquelas que poderiam ser ou são potenciais usuárias não encontram nenhum atrativo que as incentive a utilizá-la. Em contrapartida, encontram obstáculos que impedem a sua pesquisa.

Isso ocorre com a mapoteca da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB/BCE), o usuário muitas vezes, já se depara com um obstáculo ao fazer a pesquisa ao catálogo, pois, em determinadas situações, o documento procurado não está catalogado, isso faz com que muitos nem cheguem ao acervo. Mas aqueles que, ainda, são persistentes e buscam o acervo encontram mais obstáculos, como o ambiente mal-acondicionado e a falta de organização, higienização e conservação dos documentos.

A revitalização da mapoteca é uma proposta que oferecemos para melhorar as condições do acervo, pois um acervo atualizado demonstra a preocupação da biblioteca em fornecer um serviço de qualidade. Sendo assim, é de suma importância uma manutenção periódica dos documentos, como a realização de um inventário para a verificação da documentação existente, a sua localização e seu estado de conservação.

O contato direto com o usuário também é um fator de grande relevância, ao permitir ao bibliotecário conhecê-lo e desenvolver políticas mais consistentes. Por isso, é importante saber quem são os principais usuários para propor a organização do acervo de modo mais personalizado, a partir do conhecimento de suas

necessidades e seus desejos, pois é a partir do usuário que podemos tirar conclusões sobre a qualidade das atividades e serviços de uma biblioteca.

O objetivo geral foi alcançado com a verificação da literatura sobre catalogação, classificação, indexação, conservação e preservação de materiais cartográficos, que serviu como base de apoio para estruturar a proposta de revitalização.

Os objetivos específicos foram alcançados tendo em vista a normalização da articulação sistemática das folhas de cartas como descritor para uma recuperação mais precisa, o emprego das notações 912 e/ ou (084.3) para reunir as coleções de acordo com tipo de material, neste caso em materiais cartográficos; os critérios de seleção estabelecidos pela instituição, para a formação de um acervo mais específico e que possibilite a coleção se desenvolver de forma saudável; a melhoria das condições de conservação e preservação dos mapas .

Atualmente com os avanços das tecnologias, algumas mapotecas vem desenvolvendo projetos de digitalização dos mapas de suas coleções, permitindo um melhor acesso às obras e consecutivamente aumentando o grau de conservação dos mapas originais ao diminuir o contato direto com estas. A UnB/BCE poderia seguir estes mesmos passos, mas isso fica como uma sugestão para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luiz de. A Comissão de Cartografia e a cartografia portuguesa antiga. Lisboa: [s.n], 1985. Separata de: **Instituto Geográfico e Cadastral**, [s.l], n. 2, [19--].

ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES. 2. ed. Ottawa: Canadian Library Association; London: Library Association Publishing; Chicago: American Library Association, 1998, 676 p.

OGDEN, Sherelyn (org.). **Armazenagem e manuseio**. In:_____ 2. ed. Rio de Janeiro: Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001, 49 p.

BASTOS, Zenóbia Pereira da Silva de Moraes. **Organização de mapotecas**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978, 115 p.

BIAGGI, Enali Maria de. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira: os mapas como um meio de delimitar o território. In.: 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia: agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/leca-3siahc.pdf>> Acesso: 15 nov. 2010.

BIBLIOTECA Central. **Divisão de Coleções Especiais**. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18&Itemid=35#Mapoteca%20%28MAP%29>. Acesso: 09 abr. 2010.

BRASIL. **Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/ibge.htm>>. Acesso: 15 jul.2010a.

_____. **Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967**. Brasília: [s.n.], 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0161.htm>. Acesso: 12 jul. 2010b.

_____. **Diário Oficial da União**. [s.l]:[s.n.], p. 80, 1959. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3104356/dou-secao-1-10-12-1959-pg-73/pdf>>. Acesso: 15 maio 2010c.

British Library National; Preservation Office (orgs.). Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda. 3. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2009, 164 p.

CARTOGRAFIA. **Cartografia.** Disponível em: <http://www.cartografia.eng.br/artigos/carto.php>. Acesso: 22 jun.2010a.

_____. **Cronologia da cartografia no Brasil.** Disponível em: <http://www.cartografia.eng.br/artigos/carto3.asp>. Acesso: 22 jun.2010b.

CARTOGRAFIA TÁTIL. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/219-E21.pdf. Acesso: 18 dez. 2010.

CARTOGRAPHIC MATERIALS: A MANUAL OF INTERPRETATION FOR AACR2. Hugo L. Stibbe (ed.); Vivien Cartmell (ed.); Velma Parker (ed.). Chicago: American Library Association; Ottawa: Canadian Library Association; London: The Library Association, 1982, 258 p.

CARVALHO, Fernando Rodrigues de, **Articulação sistemática de folhas de cartas.** *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. Brasília, n. 8, jul./dez. 1980.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial, 2005, 78 p.

_____; TANAKA, Ana Paula Hirata (orgs.). **Preservação de acervos bibliográficos: homenagem a Guita Mindlin.** São Paulo : Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008, 74 p.

CAVALCANTI, Cordélia R. **Indexação & tesouros: metodologia & técnicas.** Brasília: ABDF, 1978, 89 p.

CAZETTA, Valéria. Aproximações e distanciamentos entre a linguagem cartográfica e outras linguagens. **Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14 n. 847, 15 nov 2009. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-847.htm> >. Acesso: 15 mai 2010.

CEDOC. Disponível em: <http://vsites.unb.br/cedoc/conservacao.htm>>. Acesso: 12 dez. 2010.

COLLISON, Robert L. **Índices e indexação: guia para indexação de livros...** São Paulo: Polígono, 1971, 225p.

CONCAR. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.concar.ibge.gov.br/apresentacao.aspx>>. Acesso: 05 jul. 2010.

_____. As ações da CONCAR para a construção da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais INDE. In.: Reunião de Instalação do Fórum Regional Nordeste da CONCAR, 2009, Aracaju. **Anais...** Aracaju: IBGE, 2009, 40 f.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos.** [s.l.]: FIOCRUZ, 2003, 14 p. Disponível em: <<http://www.bibmanguinhos.cict.fiocruz.br/normasconservacao.pdf>>. Acesso: 05 dez. 2010.

DAVID, et al. Indexing as problem solving: a cognitive approach to consistency. In: **58 Annual Meeting of the American society for Information Science**, Chicago, v. 32, p. 49-55, dez. 1995.

DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Diretrizes.pdf> >. Acesso: 09 dez. 2010, 2 f.

DUARTE, Paulo Araujo. **Fundamentos de cartografia.** Florianópolis: UFSC, 1994, 148p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções.** Rio de Janeiro: Rabiscos, 1993, 184p.

FREIRE, Bernadina Maria Juvenal; MORAIS, Laudereida Eliana Marques; LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Higienização: ação intervencionista no Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba.** Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/cultura/higienizacao.pdf>. Acesso: 15 jan. 2011.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Depósito Legal.** disponível em <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=22>. Acesso: 01 mar. 2010.

_____. **Cartografia.** Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=21>. Acesso: 10 jun. 2010

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. **IBGE: um retrato histórico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1995, 59.p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/05-IBGE%20-%20Um%20retrato%20Historico.pdf>>. Acesso: 18 jan. 2011.

GRANDI, Márcia Elísa Garcia de, et. al. **Organização da mapoteca do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7081435/Marcia-E-G-de-Grandi-Organizacao-Da-Mapoteca> >. Acesso: 02 abr. 2010.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** 2ed. Corrigida e aumentada pôr Marie-France

Blanquet. Tradução de Míriam Vieira da Cunha. Brasília: MCT/CNPq/ IBICT / Fundação Banco do Brasil, 1994, 540 p.

HARLEY, J. B. A nova história da Cartografia. In: **O Correio da UNESCO**. São Paulo: FGV, v. 19, n. 8, p. 4-9, 1991.

IBGE. **A cartografia no Brasil e o papel do IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/cartografo/cartografianobrasil.html>>. Acesso: 15 jun. 2010a.

_____. **O IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>>. Acesso: 18 mar. 2010b.

_____. **Historico**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mtexto/historico.htm>>. Acesso: 10 jan. 2011.

_____. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, 128 p.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação: Abordagem para estudante de biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977, 120 p.

LUCCAS, Lucy; SERIPIERRE, Dione. **Conservar para não restaurar: uma proposta para conservação de documentos de bibliotecas**. Brasília: Thesaurus, c 1995, 125 p.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000, 96 p.

MARSICO, Maria Aparecida de Vries. **Conservação de Coleção de Mapas Raros da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos/PUBLICACOES/ANAISABRACOR/CIDA.pdf>>. Acesso: 10 set. 2010, 4f.

MAROUN, Maria Célia dos santos Bou; NEVES, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. **Nomes geográficos: normas para indexação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009, vii, 217p.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983, 781 p.

PAZIN, Rosina Alice Albina Prueter (comp. e org.). **Indexação de multimeios**. Curitiba: Scientia et Labor, 1988, 50 p.

_____. **Introdução à classificação: manual para estudantes de biblioteconomia**. Curitiba: Scientia et Labor, 1973, 63 p.

PEROTA, Luzia Loures Rocha (comp. e org.). **Multimeios: seleção, aquisição, processamento, armazenagem, empréstimo**. - 4. ed., rev. - Vitória: EDUFES, 1997, 183p.

PLANOR. **Documentos**. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos.html>> Acesso: 10 jun. 2010.

_____. Conservação PLANOR. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos/PUBLICACOES/ANAISABRACOR/CIDA.pdf>> Acesso: 10 jun. 2010b.

PROJETO RADAM BRASIL. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.projeto.radam.nom.br/apresentacao.html>>. Acesso: 22 jun. 2010

_____. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.projeto.radam.nom.br/historico.html>>. Acesso: 22 jun. 2010.

_____. **O Projeto RADAMBRASIL...** Disponível em: <<http://www.projeto.radam.nom.br/metodologia.html>>. Acesso: 22 jun. 2010

QUINTUS. **Carta aberta ao magnífico reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Filho**. Disponível em: <<http://movv.org/2010/02/16/carta-aberta-ao-magnifico-reitor-da-universidade-de-brasilia-jose-geraldo-de-sousa-filho/>>. Acesso: 04 mar. 2010.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. Materiais cartográficos. In:_____. **Catálogo de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC21**. 3. ed. Brasília: A. Motta de Castro Memória Ribeiro, 2006, p.
ROGERS, Joann V.; SAYE, Jerry D. **Noprint cataloguing for multimedia collections: a guide based on AACR 2**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1987, 301 p.

SANTANA, Marlan Alves. **História da cartografia no Brasil**. Montes Claros, MG: 2007. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/21563515/Historia-da-cartografia-no-Brasil>>. Acesso: 20 jan. 2011.

SANTOS, Fernanda Puga; DECANINI, Mônica Modesta Santos. Projeto cartográfico de um atlas escolar interativo para alunos do quarto ciclo do ensino fundamental. In.

3º Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geociências. Recife, 2010. **Anais...** Recife: [s.n.], 2010. Disponível em: <www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISINGEO_CD/artigos/CartografiaeSIG/A_117.PDF>. Acesso: 12 dez. 2010.

SILVA, Iara Jurema Quintela Moreira da. A importância da conservação, preservação e restauração e os acervos bibliográficos e documentais em saúde coletiva. **Bol. da Saúde**, v. 15, n. 1, 2001, p. 29-36. Disponível em: <http://www.esp.rs.gov.br/img2/v15n1_04importancia.pdf>. Acesso: 05 dez. 2010.

SILVA, Odilon Pereira da. **Manual da CDU**. Brasília: Brique de Lemos, c1994, 89 p.

3º SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA: AGENDAS PARA A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA IBEROAMERICANA. n. [?], 2010, São Paulo. **Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira: os mapas como um meio de delimitar o território**. São Paulo: [s.l.], abr. 2010, 16 p. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/leca-3siahc.pdf>>. Acesso: 20 jul. 2010

SOCIEDADE Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria, e Sensoriamento Remoto. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/historico.html#Historico>>. Acesso: 23 jun. 2010.

SOUZA, Sebastião de. **CDU: como entender e utilizar a Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Thesaurus, 2004, 108 p.

TENNER, E.; WEIMER, K.H. Reference service for maps: access and the catalog record. **Reference & User Services Quarterly**, v.38, n.2, p.181-6, 1998.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília: Brique de Lemos, 2010, 120 p.

GLOSSÁRIO

TERMO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Altitude	Distância de um ponto ao nível do mar.	p. 11
Alumínio anodizado¹¹	É importante diferenciar dois tipos de anodização: a criação de uma “barreira de óxido”, que é possível em todos os metais citados (alumínio, nióbio, tântalo, titânio, tungstênio e zircônio), e o processo especialmente aplicado ao alumínio que, mediante o uso de um banho <u>ácido</u> , permite a criação de uma “camada porosa de óxido”, muito mais espessa que a “barreira de óxido”. Esta camada pode ter os poros fechados, resultando no conhecido “ <u>alumínio anodizado</u> ”.	p. 44
Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)	Código geralmente utilizado para catalogação de materiais.	p. 24
Armazenagem de materiais cartográficos	Trata dos tipos de materiais empregados para organizar, conservar e preservar materiais cartográficos	p. 44
Articulação sistemática das folhas de cartas	Refere-se à padronização da produção das cartas de escala de até 1:25000, limite de escala de Cartografia Sistemática nos termos do Decreto-Lei nº 243/67.	p. 7
Carta	É a representação no plano, em escala média ou grande, dos aspectos artificiais e naturais de uma área tomada de uma superfície planetária, subdividida em folhas delimitadas por linhas convencionais - paralelos e meridianos - com a finalidade de possibilitar a avaliação de pormenores, com grau de precisão compatível com a escala.	p. 4

¹¹ **WIKIPÉDIA.** Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anodiza%C3%A7%C3%A3o> (06/02/2011)>. Acesso: 05 fev. 2011

Carta imagem	Imagem referenciada a partir de pontos identificáveis e com coordenadas conhecidas, superposta por reticulado da projeção, podendo conter simbologia e toponímia.	p. 10
Carta do Brasil ao Milionésimo	Esta carta faz parte da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo e também segue os mesmos critérios desta.	p. 08
Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM)	É uma carta na escala 1: 1000000 e na projeção Cônica Conforme de Lambert com o objetivo de fornecer cartas de uso geral e temática.	p. 6, 7
Cartão montado com capa de poliéster	Invólucro produzido a partir do cartão de <i>passepout</i> e uma capa de poliéster. Assim como a pasta de capa de poliéster, permite o manuseio sem o toque direto. É recomendado para mapas de grandes dimensões por ser mais rígido.	p. 49
Cartografia	É o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm a partir dos resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação, em vista da elaboração e do estabelecimento de mapas, planos e outros modos de expressão, assim como de sua utilização.	p. 5
Catálogo de materiais cartográficos	Trata do registro de materiais cartográficos de modo a identificar e recuperar este tipo de documentação.	p. 24
Catálogo online	Catálogo digital desenvolvido para facilitar a recuperação da informação.	p. 62
Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP)	Refere-se a uma coleção de obras literárias e cartográficas produzidas por Portugal e doada pelo Movimento Internacional Lusófono (MIL) para a Universidade de Brasília com o objetivo de preservação da memória lusófona.	p. 52
Classificação de	Trata da classificação de acordo com a natureza	p. 12

mapas e cartas	do material cartográfico.	
Classificação de materiais cartográficos	Trata da organização de mapas de acordo com um sistema de classificação específico para este tipo de material.	p. 38
Comissão de Cartografia (COCAR)	Com sede no Rio de Janeiro, tinha como função definir diretrizes e bases da Política Cartográfica Nacional.	p. 16
Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR)	Foi criada em 1994 a finalidade de coordenar e orientar a elaboração e a implementação da Política Cartográfica Nacional e a manutenção do Sistema Cartográfico Nacional (SCN), com vistas à ordenação da aquisição, produção e disseminação de informações geoespaciais para a sociedade brasileira.	p. 16
Conservação de materiais cartográficos	É um conjunto de medidas de prevenção contra possíveis danos aos documentos referentes a materiais cartográficos.	p. 41
Designação geral do material	Descrição empregada na catalogação para especificar o tipo de material tratado.	p. 26
Dependurar	Método de armazenagem para a preservação de mapas em que o material é pendurado.	p. 46
Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN)¹²	Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) foi criada pelo Decreto Imperial nº 6113, de 02 de fevereiro de 1876, sob a denominação de Repartição da Carta Marítima. É o órgão da Marinha do Brasil que tem como propósitos: “apoiar a aplicação do Poder Naval, por meio de atividades relacionadas com a hidrografia, oceanografia, cartografia, meteorologia, navegação e sinalização náutica, garantir a qualidade das atividades de segurança da navegação que lhe couberem na área marítima de	p. 89

¹² DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/index.html>>. Acesso: 07 fev. 2011

	interesse do Brasil e nas vias navegáveis interiores e, ainda, contribuir para projetos nacionais de pesquisa em águas jurisdicionais brasileiras e dos resultantes de compromissos internacionais.”	
Diretoria Geral de Estatística	Foi criado em 1871 com o objetivo de realizar as atividades estatísticas durante o período imperial.	p. 14
Elipsóide¹³	Que tem forma de elipse.	p. 11
Equinócio¹⁴	O momento de um equinócio é aquele em que o Sol passa sobre o equador celeste; o que corresponde ao instante em que os dois hemisférios estão igualmente iluminados.	p. 26, 28
Escala	Escala é a relação entre a medida de um objeto ou lugar representado no papel e sua medida real.	p. 10
Fotocarta	É um mosaico controlado, sobre o qual é realizado um tratamento cartográfico (planimétrico).	p. 10
Fotoíndice	Montagem por superposição das fotografias, geralmente em escala reduzida. É a primeira imagem cartográfica da região. O fotoíndice é insumo necessário para controle de qualidade de aerolevantamentos utilizados na produção de cartas através do método fotogramétrico. Normalmente a escala do fotoíndice é reduzida de 3 a 4 vezes em relação a escala de vôo.	p. 10
Geóide¹⁵	É uma superfície obtida pelo prolongamento imaginário do nível médio das marés (NMM) sob os continentes, e se molda conforme influências de forças que atuam sobre ela, como a ação da aceleração da gravidade, isto é, atração real da massa da Terra, Força Centrífuga devido aos movimentos rotacionais da Terra, características	p. 11

¹³ **ELIPSÓIDE**. Disponível em: <<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/Elips%C3%B3ide>>. Acesso: 05 fev. 2011

¹⁴ **OBSERVATÓRIO**. Disponível em: <<http://www.observatorio.ufmg.br/pas44.htm>>. Acesso: 05 fev. 2011

¹⁵ **GEÓIDE**. Disponível em: <<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/Ge%C3%B3ide>>. Acesso: 05 fev. 2011

	do relevo como os vales, montanhas, ilhas oceânicas e outras atrações devido a diferença de densidade da crosta terrestre.	
Globo	Representação cartográfica sobre uma superfície esférica, em escala pequena, dos aspectos naturais e artificiais de uma Figura planetária, com finalidade cultural e ilustrativa.	p. 9
Indexação de materiais cartográficos	É o processo de construção da representação do conteúdo temático de materiais cartográficos.	p. 34
Invólucros de proteção	Objeto que envolve outro objeto a fim de protegê-lo das intempéries do ambiente.	p. 47
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Órgão que coordena as atividades estatísticas, geográficas e censitárias do Brasil.	p. 14
Instituto Nacional de Estatística	Foi criado em 1934, com o objetivo de articular e coordenar as atividades estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País. Em 1938 cedeu lugar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	p. 15
Latitude	Distância de um ponto ao equador.	p. 11
Longitude	Distância de um ponto da superfície a um meridiano qualquer.	p. 11
Machine-Readable Cataloguing (MARC 21)	Formato utilizado internacionalmente para o registro de documentos de variados tipos.	p. 24
Mapa	Mapa é a representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área tomada na superfície de uma Figura planetária, delimitada por elementos físicos, político	p. 4, 9

	administrativos,destinada aos mais variados usos, temáticos, culturais e ilustrativos.	
Mapa-índice¹⁶	Imagem referenciada a partir de pontos identificáveis e com coordenadas conhecidas, superposta por reticulado da projeção, podendo conter simbologia e toponímia.	p. 59
MapHist	É um grupo de discussão por e-email, seu principal foco são os mapas históricos, atlas, globos e outros documentos cartográficos.	p. 58, 59
Mapoteca	Acervo formado por documentação cartográfica de país, nação, estado, cidade, ou município.	p. 45
Meridianos	São círculos máximos que, em consequência, cortam a Terra em duas partes iguais de pólo a pólo. Sendo assim, todos os meridianos se cruzam entre si, em ambos os pólos. O meridiano de origem é o de GREENWICH (0°).	p. 8, 9, 11
Mosaico	Conjunto de fotos de uma determinada área, recortadas e montadas técnica e artisticamente, de forma a dar a impressão de que todo o conjunto é uma única fotografia.	p. 10
Mosaico controlado	É obtido a partir de fotografias aéreas submetidas a processos específicos de correção de tal forma que a imagem resultante corresponda exatamente a imagem no instante da tomada da foto.	p. 10
Mosaico não-controlado	É preparado simplesmente através do ajuste de detalhes de fotografias adjacentes. Não existe controle de terreno e as fotografias não são corrigidas.	p. 10
Mosaico semi-controlado	São montados combinando-se características do mosaico controlado e do não controlado.	p. 10
Movimento Internacional Lusófono (MIL)	O Movimento Internacional Lusófono é um movimento cultural e cívico que visa mobilizar a sociedade civil para repensar e debater	p. 3, 52

¹⁶ IBGE. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, 128 p.

	amplamente o sentido e o destino de Pórtugal e da Comunidade Lusófona.	
Ortofotocarta	É uma ortofotografia - fotografia resultante da transformação de uma foto original, que é uma perspectiva central do terreno, em uma projeção ortogonal sobre um plano - complementada por símbolos, linhas e georeferenciada, com ou sem legenda, podendo conter informações planimétricas.	p. 10
Ortofotomapa	É o conjunto de várias ortofotocartas adjacentes de uma determinada região.	p. 10
Paralelos	São círculos que cruzam os meridianos perpendicularmente, isto é, em ângulos retos. Apenas um é um círculo máximo, o Equador (0°). Os outros, tanto no hemisfério Norte quanto no hemisfério Sul, vão diminuindo de tamanho à proporção que se afastam do Equador, até se transformarem em cada pólo, num ponto (90°).	p. 8, 9, 11
Passe-partout	Método de armazenagem para a preservação de mapas. É a proteção padrão para artefatos de papel, sendo também utilizado para armazenagem de obras de arte em papel.	p. 48
Pastas com capas internas de filme de poliéster	São pastas confeccionadas com uma folha de filme de poliéster presa ao interior desta. Combina as vantagens das pastas simples com a de encapsulamento em poliéster.	p. 49
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, criado em 1983.	p. 57
Planta	A planta é um caso particular de carta. A representação se restringe a uma área muito limitada e a escala é grande, consequentemente o nº de detalhes é bem maior.	p. 9

Preservação de materiais cartográficos	é o conjunto de medidas e estratégias desenvolvidas para reduzir as ações mecânicas, biológicas e do tempo. O objetivo da preservação é manter os documentos cartográficos em condições adequadas de uso.	p. 41
Projeção cartográfica	É um método, segundo o qual, a cada ponto da superfície da Terra corresponda um ponto da carta e vice-versa.	p. 10
Projeção Cilíndrica Transversa de Mercator (secante)	Cilíndrica, conforme e secante. Só o Meridiano Central e o Equador são linhas retas. Projeção utilizada no SISTEMA UTM - Universal Transversa de Mercator desenvolvido durante a 2ª Guerra Mundial. Este sistema é em essência, uma modificação da Projeção Cilíndrica Transversa de Mercator. Utilizado na produção das cartas topográficas do Sistema Cartográfico Nacional produzidas pelo IBGE e DSG.	p. 11
Projeção Cilíndrica Transversa de Mercator (tangente)	É uma projeção cilíndrica, conforme, analítica e tangente (a um meridiano). Os meridianos e paralelos não são linhas retas, com exceção do meridiano de tangência e do Equador. Indicada para regiões onde há predominância na extensão Norte-Sul. É muito utilizada em cartas destinadas à navegação.	p. 11
Projeção Cônica Normal de Lambert	É uma projeção cônica, conforme, analítica, secante. Os meridianos são linhas retas convergentes. Os paralelos são círculos concêntricos com centro no ponto de interseção dos meridianos. A existência de duas linhas de contato com a superfície (dois paralelos padrão) nos fornece uma área maior com um baixo nível de deformação. Isto faz com que esta projeção seja bastante útil para regiões que se estendam na direção este-oeste, porém pode ser utilizada em	p. 11

	quaisquer latitudes. A partir de 1962, foi adotada para a Carta Internacional do Mundo, ao Milionésimo.	
Projeção Policônica	Superfície de representação: diversos cones. Não é conforme nem equivalente (só tem essas características próxima ao Meridiano Central). O Meridiano Central e o Equador são as únicas retas da projeção. O MC é dividido em partes iguais pelos paralelos e não apresenta deformações. Os paralelos são círculos não concêntricos (cada cone tem seu próprio ápice) e não apresentam deformações. Os meridianos são curvas que cortam os paralelos em partes iguais, Pequena deformação próxima ao centro do sistema, mas aumenta rapidamente para a periferia. Apropriada para uso em países ou regiões de extensão predominantemente Norte-Sul e reduzida extensão Este-Oeste.	p. 11
Projeto RADAM ou Projeto RADAMBRASIL	foi responsável, nos anos 70 e 80, pelo levantamento dos recursos naturais de todo o território brasileiro, 8.514.215 km ² .	p. 19, 50
Rosa-dos-ventos	elemento de orientação baseada nos pontos cardiais, colaterais e/ou subcolaterais.	p. 12
Representações cartográficas	São documentos que permitem observar e analisar os aspectos físicos e morfológicos de um ponto qualquer da superfície terrestre.	p. 9
Qualidade arquivística	Expressão utilizada pelos especialistas em preservação para indicar uma série de propriedades que diferem de acordo como os materiais, mas que têm em comum o efeito de reduzir o impacto danificador dos ambientes ou do manuseio inadequados.	p. 46, 47, 48

Serviço Geográfico Militar	1890 – 31 de maio – Foi criado o Serviço Geográfico Militar, anexo ao Observatório Astronômico, "para a execução dos trabalhos geodésicos e geográficos da República dos Estados Unidos do Brasil"	p. 18
Sistema Cartográfico Nacional¹⁸	Art 2º As atividades cartográficas, em todo o território nacional, são levadas a efeito através de um sistema único - o Sistema Cartográfico Nacional - sujeito à disciplina de planos e instrumentos de caráter normativo, consoante os preceitos deste decreto-lei.	p. 16
Sociedade Brasileira de Cartografia	É uma entidade criada em 1958 com o objetivo de promover eventos para a divulgação de informações sobre cartografia à comunidade técnico-científica.	p. 17
Topônimos¹⁹	Nome próprio de um lugar, sítio ou povoação (ex.: Lisboa, Brasil, Nampula).	p. 8, 36

¹⁸ **BRASIL**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/cartografiabrasileira.htm>>. Acesso: 07 fev. 2011.

¹⁹ DEPARTAMENTO EDITORIAL DAS EDIÇÕES MELHORAMENTOS (org.). 2. ed. **Dicionário de geografia do Brasil com terminologia geográfica**. São Paulo: Edições Melhoramentos, c1973, p. 544.

Anexo A

Entrevista com a Fundação Biblioteca Nacional



sandra miyako izawa <s.miyako@gmail.com>

Pesquisa

sandra miyako izawa <s.miyako@gmail.com>

26 de fevereiro de 2010 10:32

Para: carto@bn.br

Prezada Fundação Biblioteca Nacional,

Sou aluna de biblioteconomia da Universidade de Brasília, estou fazendo minha monografia sobre revitalização de acervo cartográfico, entrei em contato com os senhores, porque estou tendo dificuldades com a literatura, pois esta é muito escassa e achei a FBN a mais adequada para a produção desta monografia. Assim, espero que possam me auxiliar na pesquisa dando informações sobre as atividades do setor, como é feita a catalogação, seleção, indexação, organização do acervo, preservação, quais os critérios de raridade.

Agradeço

--

Sandra Miyako Izawa
Graduação em Biblioteconomia
Universidade de Brasília



sandra miyako izawa <s.miyako@gmail.com>

Pesquisa

Cartografia <carto@bn.br>**1 de março de 2010 18:52**

Para: sandra miyako izawa <s.miyako@gmail.com>

Prezada Sandra,

A Biblioteca Nacional recebe as coleções, como também a Divisão de Cartografia através de:

- a) depósito legal - "remessa à Biblioteca Nacional de um exemplar de todas publicações produzidas no território brasileiro, len. 10.994, de 14/12/2004, que revogou o Decreto-lei N. 1825, de 20/12/1907" Depósito Legal. disponível em < http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=22 >. Acesso em 01 mar. 2010);
- b) doação - caso não haja outro exemplar na BN;
- c) permuta de duplicatas entre outras instituições;
- d) direitos autorais - ultimamente não temos recebido este acervo registrado no Escritório de direitos autorais; e
- e) compra - 99% de acervo estrangeiro. Atualmente a compra está dirigida para livros de referência e obras sobre história da cartografia.

A catalogação segue as regras do código de Catalogação anglo-Americano. Revisão 2002, 2.ed. Nível 3 de detalhamento, de acordo com as norma estabelecidas da BN. A utilização deste nível, também, se deve ao acervo raro e/ou antigo da Divisão de Cartografia.

Esclareçemos que utilizamos o nível 3, devido a uma série de processos para poder identificar melhor a documentação cartográfica. Distinguem-se:

- a) autor, gravador, editor, e data;
- b) tema
- c) descrição física: manuscrito, xilogravado (gravação da matriz em madeira) gravado em cobre, litografada (gravação da matriz em pedra) e impresso.
- d) verificar se originalmente fez parte de alguma obra. Muitos mapas antigos foram destacados do volumes e vendidos separadamente aos colecionadores; e finalmente
- e) observar se o mapa pertenceu a alguma coleção. Exemplo: Biblioteca Real, Teresa Cristina Maria, Benedito Ottoni, De angelis etc.

Com referência à seleção de compra de acervo raro, atualmente não se está realizando na instituição.

No que diz respeito à indexação, não é feita na BN. A BN segue a Lista de Cabeçalhos de assuntos da Library of Congress.

O acervo segue o sistema de localização fixa e é armazenado em mapotecas horizontais, estantes e armários.

Quanto à preservação, o acervo está sendo restaurado e/ou higienizado e digitalizado. Após a digitalização, a coleção retorna para a Coordenadoria de Preservação (Laboratório de Restauração ou Centro de Conservação e Encadernação) para encadernar os volumes das obras ou encapsular os mapas em poliéster.

Os critérios de raridade seguem as normas do PLANOR (<http://www.bn.br/planor/documentos.html>) , fontes de referência e obras sobre história da cartografia.

Um site internacional sobre história da Cartografia, instituições cartográficas é o Maphist.

Mais tarde, vou te enviar uma lista bibliográfica.

Atenciosamente

Maria Dulce de Faria

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Anexo B

Nomes geográficos: normas para indexação

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Antonio Kandir

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Fernando Elyas Nóbrega Nasser

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Departamento de Atendimento Integrado

Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais
Edna Maria de Sá Moraes (respondendo)

Ministério de Planejamento e Orçamento
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE

Documentos para Disseminação

Fontes de Documentação 2
ISSN 0104-5342

NOMES GEOGRÁFICOS

Normas para Indexação

Maria Célia dos Santos Bou Maroun
Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves

Rio de Janeiro
1996

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - CEP 20021-120 - Rio de Janeiro-RJ - Brasil

ISBN 85-240-0589-0

© IBGE

Conselho Editorial do CDDI

Coordenador

Paulo Cesar de Souza Quintslr - DEATI

Editores

Série "Documentos para Disseminação"

Paulo Cesar de Souza Quintslr - DEATI

Subsérie "Memória Institucional"

Iclêia Thiesen Magalhães Costa

Subsérie Fontes de Documentação

Maria de Nazareth Furtado Gomes
DEATI/DIBIS

Subsérie "Obras de Referência"

Maria Célia Santos Bou Maroun
DEATI/DIBIS

Informativo CDDI

Francisco José Pereira

Equipe Editorial

Publicação editorada pela Divisão de
Editoração-DIEDI/DEDIT/CDDI

Estruturação Editorial

Carmen Heloísa Pessoa Costa

Copidesque/Revisão

Onaldo Pedro Merísio

Iaracy Prazeres Gomes

Diagramação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Omar Ximenis da Cunha

Impressão

Divisão de Gráfica-DIGRAF/DEDIT/CDDI,
em outubro de 1996
OS 05.05.1.1269/95

Capa

Aldo Victorio Filho - Divisão de Criação-DIVIC/CDDI

Séries Documentos para Disseminação

ISSN 0103-6335

A Série Documentos para Disseminação é o espaço criado pelo CDDI para disseminar métodos e/ou reflexões sobre as diversas formas de armazenamento, de recuperação e de veiculação do acervo de informações geradas ou disponíveis na Instituição, visando ao amplo acesso da sociedade, bem como divulgar documentos representativos da Memória Institucional.

Subsérie Fontes de Documentação

ISSN 0104-5342

Maroun, Maria Celia dos Santos Bou.

Nomes geográficos : normas para indexação / Maria Celia dos Santos Bou Maroun, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves - Rio de Janeiro : IBGE, 1996

21 p. - (Documentos para disseminação. Fontes de documentação, ISSN 0104-5342; 2)

ISBN 85-240-0589-0

1. Nomes geográficos - Normas. I. Neves, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. II. Título. III. Série.

IBGE. CDDI. Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais

RJ-IBGE-95/15

CDU801.311

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Apresentação

O presente trabalho vem preencher uma lacuna no conjunto de normas para entrada de nomes geográficos na catalogação e indexação de documentos.

A grafia correta desses nomes, obedecendo à padronização aqui estabelecida, é fator determinante no processo de recuperação de informações.

As bibliotecárias Maria Célia dos Santos Bou Maroun e Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves dedicaram-se, durante anos, a pesquisar essas entradas, consultando um sem-número de pontos (dicionários e enciclopédias) especialistas na matéria.

O fruto desse trabalho, ora publicado na série "Fontes de Documentação" do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, veio enriquecer a Base de Dados Bibliográficos da Rede BIBLIODATA da Fundação Getúlio Vargas.

Espera-se, com essa divulgação, contribuir com o trabalho de todos quantos se dedicam aos processos de tratamento de informação na área da Geociência.

Rio de Janeiro, RJ, outubro de 1996

David Wu Tai
Superintendente do Centro de Documentação
e Disseminação de Informações

Sumário

1 Introdução	7
1.1 Fontes e critérios de normalização	7
1.2 Problema de grafia.....	8
2 Objetivo	9
3 Regras Gerais	9
3.1 Pontuação	9
3.2 Qualificador geográfico	10
3.3 Categoria administrativa como parte integrante do nome do topônimo.....	10
3.4 Termo genérico (ilha, monte, rio, etc.) como parte integrante do nome de um topônimo.....	10
3.5 Nomes geográficos com adjetivos que indicam direções ou partes	11
4 Nomes Geográficos com Categoria Administrativa	11
4.1 Topônimos brasileiros	11
4.2 Topônimos estrangeiros.....	12
4.3 Regiões brasileiras e estrangeiras.....	14
5 Nomes Geográficos sem Categoria Administrativa	15
5.1 Regras gerais.....	15
5.2 Rios	16
5.3 Regiões de acidentes geográficos	17
5.4 Ilhas.....	17
5.5 Áreas de folhas topográficas.....	17
5.6 Bacias sedimentares.....	18
5.7 Parques, reservas, monumentos nacionais	18
5.8 Ruas e estradas	18
5.9 Cidades extintas e sítios arqueológicos.....	19
6 Fontes de Referência	19
6.1 Nomes geográficos brasileiros.....	19
6.2 Nomes geográficos estrangeiros	20
7 Bibliografia	20

Introdução

Os nomes geográficos em qualquer espaço físico considerado são uma expressão viva da interação entre o homem e seu meio ambiente. Desta forma, "quando um lugar ou um elemento geográfico adquire uma significação determinada para o homem, surge a necessidade de identificá-los".¹ Esta identificação só gera uma informação precisa quando seguida de uma padronização cuja matéria tem sido motivo de constantes debates entre geógrafos, cartógrafos e filólogos em busca de uma uniformização internacional.

A informação sobre localidades, especialmente as brasileiras, ressentia-se de instruções para sua normalização. Os nomes geográficos não tinham regras básicas que dessem uma forma padronizada à sua apresentação. O presente trabalho originou-se portanto da necessidade de se fornecerem informações precisas e uniformes das entidades geográficas. "No Brasil não existe um organismo legalmente responsável pela coleção e classificação dos nomes geográficos. A Fundação IBGE supre essa carência em função da demanda interna de informações dessa natureza nas atividades estatísticas, geográficas e cartográficas."²

A produção de informações geográficas é um dos objetivos do IBGE, o que faz da normalização dos nomes geográficos uma necessidade prioritária para seus serviços de recuperação e disseminação de informações. Além desse interesse institucional, a Divisão de Bibliotecas do IBGE foi eleita como responsável pela normalização dos nomes geográficos brasileiros e estrangeiros incorporados à Base de Dados Bibliográficos da Rede BIBLIODATA. Esta Rede, coordenada pela Fundação Getúlio Vargas, da qual o IBGE faz parte, congrega 62 Instituições com cerca de 300 bibliotecas, dentre as mais importantes de nosso País.

Este estudo iniciou-se em 1983 e ao longo dos anos vem-se aprimorando, introduzindo diversas alterações decorrentes do uso e incluindo novas normas para nomes geográficos ainda não tratados anteriormente. Foi primeiramente apresentado na Reunião sobre Normalização em Processos Técnicos, patrocinada pela Biblioteca Nacional, em seguida foi publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia, v.17, n.3/4, 1984, da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários-FEBAB, foi apresentado no 14º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em 1987, a partir de 1989 passou a integrar o Manual de Cabeçalhos de Assunto da Rede BIBLIODATA, sendo também publicado na Revista Caderno de Biblioteconomia, n.11, 1989, da Universidade Federal de Pernambuco.

As normas aqui reunidas visam à apresentação padronizada dos nomes geográficos brasileiros e estrangeiros em catálogos de bibliotecas e índices de publicações, automatizados ou não. Pretende também oferecer subsídios à recuperação e indicação de nomes geográficos em outros tipos de veículos como arquivos, legendas em cinema ou televisão, etc.

O presente trabalho fornece regras específicas de apresentação de diversos tipos de topônimos, com vistas à otimização da recuperação, pois, além de possibilitar a localização precisa de determinado nome geográfico, promove a distinção entre homônimos. Como descreve Mejia: "É preciso diferenciar **termo geográfico**, que implica a descrição científica de um elemento; **nome geográfico**, que corresponde ao topônimo normalizado (segundo nova aceção), **topônimo**, que inclui o nome genérico e o **nome próprio**; nome próprio, que identifica mas não descreve e por último o termo **localidade**, que se associa a lugar ou povoado".³

1.1 Fontes e critérios de normalização

Como não havia fontes brasileiras ou estrangeiras específicas sobre padronização da apresentação de nomes geográficos e a fim de sistematizar a forma de entrada de países, cidades, regiões, acidentes geográficos, etc., iniciou-se este trabalho pelo levantamento de fontes bibliográficas que abordassem o assunto, como: dicionários de nomes geográficos, atlas, Código de Catalogação Anglo-Americano, 2 ed., Subject Cataloging Manual: subject headings e Name Authorities Cumulative Microform Edition, ambos editados pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (Library of Congress). Após esse levantamento foi constatado que a entrada dos

¹ MAYA FERNANDEZ, José Hilário. Dicionário de nombres geograficos, 1987. t.3, p. 846

² LEONI, Alfredo. Informe nacional, 1987. t.1

³ MEJIA LEHMANCHER, Alberto, ESCOTTO TELLEZ, Gerardo. La función sociocultural de los topónimos, 1987. t.3, p. 977

nomes geográficos nas referidas fontes apresentava duas características: a) **consistência** na maneira de ordenar a entrada dos nomes geográficos: nome específico seguido da designação genérica (rio, serra, etc.); b) **inconsistência** quanto à grafia e à forma de apresentação dos elementos de identificação dos nomes geográficos.

As fontes mais usadas foram o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2. ed. e o Subject Cataloging Manual: subject headings da Library of Congress, 4. ed., que adotam como entrada para nomes geográficos o elemento distintivo ou específico, seguido do elemento genérico. Esta resolução segue as recomendações estabelecidas em diversas conferências das Nações Unidas sobre a padronização de Nomes Geográficos, que são realizadas periodicamente e das quais o Brasil é participante.

Nesta norma os nomes geográficos foram divididos em dois tipos: **nomes geográficos com categoria administrativa**, tais como: países, estados, municípios, etc., e **nomes geográficos sem categoria administrativa**, tais como: acidentes geográficos, cidades extintas, sítios arqueológicos, etc.

Os nomes geográficos brasileiros são apresentados com um nível de especificidade maior; um nível mais genérico foi adotado para os nomes estrangeiros. Esta foi uma das regras votadas e aprovadas na 2ª Reunião sobre Normalização em Processos Técnicos, que também foi incluída como nota da 2ª edição da tradução do Código de Catalogação Anglo-Americano.

O conceito de qualificador geográfico estabelecido, neste estudo, refere-se ao espaço geográfico e não à subordinação econômica. O qualificador geográfico é da maior importância para catálogos, índices de publicações e bancos de dados que reúnem um grande número de nomes geográficos, pois vai determinar a localização específica do nome indicado. Além disso, distingue homônimos, problema freqüente na denominação geográfica de vários países.

Para a entrada padronizada de um nome geográfico foi criado o conceito "entrada básica", que não pode ser alterada. A ela são acrescentados aspectos mais específicos que vão caracterizar o assunto que se pretende indicar. Este é o caso de entradas que indicam as publicações sobre bacias de rios, regiões de mares e outros. A entrada básica é feita pelo nome específico, que reúne nos catálogos, índices, etc., todos os trabalhos sobre a mesma entidade geográfica.

Para melhor compreensão e aplicação das normas aqui estabelecidas, os exemplos são apresentados sempre de forma completa, isto é: nome específico, designação genérica e qualificação.

1.2 Problema de grafia

Este estudo refere-se apenas à normalização dos elementos de entrada que compõem a descrição dos nomes geográficos. O problema da grafia desses nomes é matéria constantemente discutida em comissões e congressos nacionais e internacionais. No Congresso Geográfico Internacional de Antuérpia, em 1871, este assunto já era polêmico e até hoje não se chegou a uma padronização. Segundo Houaiss, "A padronização dos nomes geográficos não atingiu ainda todos os objetivos propostos no decurso de mais de um século, objetivos que, no essencial, consistem (1) em tomar como base um sistema alfabético... (2) em fixar a forma ou formas para que cada nome geográfico deva, uma vez, ter curso internacional uniforme..."⁴

As fontes aqui indicadas para a grafia de nomes brasileiros são ambas do IBGE: *Divisão Territorial do Brasil* e a *Listagem de Topônimos da Carta Internacional ao Milionésimo*.

A Divisão Territorial do Brasil, além de arrolar todos os municípios e distritos brasileiros, fornece uma relação das alterações toponímicas neles ocorridas. A grafia é, quase sempre, a adotada no texto da lei de criação do distrito ou do município. A publicação indica em nota, quando há variante, a grafia recomendada pela Academia Brasileira de Letras.

A Listagem de Topônimos da Carta Internacional ao Milionésimo (relação dos topônimos incluídos na *Carta do Brasil ao Milionésimo*) é a fonte indicada para as vilas, povoados, acidentes geográficos, etc. A grafia adotada é a do texto da lei ou a garantida pela tradição.

A pesquisa de fontes oficiais para o estabelecimento da recomendação da grafia de nomes estrangeiros foi infrutífera. Não foi encontrada nenhuma norma da Organização Internacional de Normalização-ISO que servisse, pelo menos, como ponto de partida. Para os nomes estrangeiros

⁴ ATLAS Mirador internacional, 1975. p. 152

foi selecionado então, por ser a mais completa fonte brasileira encontrada, o Atlas Mirador, publicação coordenada pelo filólogo Antônio Houaiss, da Academia Brasileira de Letras. O Prof. Houaiss foi relator da Comissão da Academia, responsável pela 1ª edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*.

O índice do Atlas Mirador relaciona a grafia principal dos nomes e suas variantes, que incluem outras formas aportuguesadas. Propõe-se aqui que se adote a forma considerada principal na publicação, com poucas exceções, como aquelas baseadas no uso mais freqüente pelos meios de comunicação ou em orientação prevista pela norma. Verificou-se que o Atlas Mirador usa muitas vezes a forma vernacular, quando a tradução para o português já é de domínio público. Quando houver dúvidas, deve-se pesquisar no Atlas Delta Universal, que é de edição mais recente e que, por isso, pode já trazer a forma consolidada.

Esperamos que o presente estudo traga contribuições aos trabalhos de normalização e que novas colaborações e críticas nos sejam enviadas para o seu aperfeiçoamento.

As autoras agradecem a valiosa colaboração dos Geógrafos do IBGE Henrique Azevedo Sant'Anna e Roberto Schmidt e dos colegas Nelia Leão Santos, Arthur Jorge da Cunha, João José de Carvalho, Hespéria Zuma de Rosso, Regina de Almeida Sá e também a Maria das Graças Siqueira, que o digitou.

2 Objetivo

Padronizar a forma de entrada dos nomes geográficos (topônimos) nos catálogos de bibliotecas, como também em índices de publicações.

3 Regras Gerais

Entre o nome geográfico pelo seu componente mais específico, seguido da designação genérica, quando for o caso, exceto para nomes de ruas, estradas e parques que têm entrada direta, ver 5.7 e 5.8.

Nome específico	Designação Genérica	Forma de entrada
Ex.: França		França
Mar	Serra do	Mar, Serra do
Paraíba do Sul	Rio	Paraíba do Sul, Rio

Obs.: Como entrada de assunto use sempre o nome geográfico mais recente. As designações anteriores devem ser tratadas como termos rejeitados.

Ex.: Nome anterior		Nome atual
Ceilão	<i>ver</i>	Sri Lanka

3.1 Pontuação

3.1.1 Separe o nome específico da designação genérica, por uma vírgula

Ex.: Mar, Serra do
Paraíba do Sul, Rio

3.1.2 Ponha entre parênteses todos os acréscimos aos topônimos, usados nas entradas

Ex.: Belo Horizonte (MG)
Paris (França)
Rússia (Federação)
Tróia (Cidade extinta)

3.1.3 Se mais de um topônimo for usado como acréscimo, preceda por uma vírgula o nome da unidade administrativa maior. Use dois pontos, para promover distinção, no caso de homônimos pertencentes a categorias administrativas diferentes.

Ex.: Copacabana (Rio de Janeiro, RJ)
Guadalajara (Espanha)
Guadalajara (Espanha : Província)

3.2 Qualificador geográfico

Nome geográfico e/ou termo explicativo acrescentado entre parênteses, que determina o lugar maior onde se localiza o nome indicado ou o distingue de outro de igual designação. Os níveis de qualificação dos vários tipos de nomes geográficos estão tratados em seus respectivos itens. Para cidades extintas ver 5.9.

3.2.1 Regra geral

Qualifique geograficamente um topônimo pelo nome do país, exceto para o Brasil (ver 4.1), Grã-Bretanha (ver 4.2.3) e Iugoslávia (ver 4.2.4).

Nota: Acrescente o nome da Antártida (continente), possessões territoriais, dependências, etc., como qualificadores geográficos.

Ex.: Antártica, Península (Antártida)
Scoresby, Estreito (Groenlândia)

3.3 Categoria administrativa como parte integrante do nome do topônimo

Entre pelo termo designativo da categoria, se este faz parte do nome de um topônimo ou se for esta a forma conhecida.

Ex.: Cidade do Cabo (África do Sul)
Cidade Gaúcha (PR)
Ciudad Real (Espanha)
República Dominicana

3.4 Termo genérico (ilha, monte, rio, etc.) como parte integrante do nome de um topônimo

Entre pelo termo genérico, se este faz parte do nome do topônimo, seguido do tipo de acidente.

Ex.: Baía da Ilha Grande (Baía do Estado do Rio de Janeiro)
Nome próprio: Ilha Grande
Termo genérico: Baía
Entrada: Ilha Grande, Baía (RJ)

Ex.: Ilha Grande (Ilha do Estado do Rio de Janeiro)
Nome próprio: Grande
Termo genérico: Ilha
Entrada: Grande, Ilha (RJ)

Ex.: Rio Doce (Município do Estado de Minas Gerais)
Nome próprio: Rio Doce
Entrada: Rio Doce (MG)

Ex.: Rio Doce (Rio do Estado de Minas Gerais)
Nome próprio: Doce
Termo genérico: Rio
Entrada: Doce, Rio (MG e ES)

- Ex.: Bacia da Lagoa Santa (Bacia sedimentar da Lagoa Santa)
Nome próprio: Lagoa Santa
Termo genérico: Bacia
Entrada: Lagoa Santa, Bacia da (MG)
- Ex.: Lagoa Santa (Lagoa do Estado de Minas Gerais)
Nome próprio: Santa
Termo genérico: Lagoa
Entrada: Santa, Lagoa (MG)
- Ex.: Microrregião Serra do Teixeira (Microrregião do Estado da Paraíba)
Nome próprio: Serra do Teixeira
Entrada: Serra do Teixeira (PB: Microrregião)

3.5 Nomes geográficos com adjetivos que indicam direções ou partes

3.5.1 Inverta nomes de continentes, países estados, etc., tais como: Norte do Brasil, Nordeste de Minas, Sudeste da Ásia, etc.

- Ex.: Ásia, Sudeste
Brasil, Norte
Brasil, Sudeste
Califórnia, Sul (Estados Unidos)
Minas Gerais, Nordeste

3.5.2 Os nomes de acidentes geográficos formados por adjetivos que indicam direções ou partes entram pela forma direta, sem inversão.

- Ex.: Maciço Central (França)
Planalto Central
Planalto Central (Vietnã)

4 Nomes Geográficos Com Categoria Administrativa

Para os efeitos desta norma são considerados os nomes geográficos que representam unidades administrativas, tais como: países, estados, províncias, condados, distritos, municípios, vilas, bairros, etc. No caso de ilhas que tenham categoria administrativa, não use a palavra ilha, a menos que este termo faça parte integrante do nome.

4.1 Topônimos brasileiros

4.1.1 Grafia

Use a grafia empregada pelas publicações indicadas no item 6.1 desta norma.

Obs.: Faça remissivas das grafias variantes.

4.1.2 Unidades da Federação

a) indique as Unidades da Federação sem qualquer acréscimo.

- Ex.: Amapá
Minas Gerais
Santa Catarina

Exceções: - Acrescente a palavra Estado às Unidades da Federação que tenham nomes homônimos ou ambíguos.

- Ex.: Espírito Santo (Estado)⁵
Goiás (Estado)
Rio de Janeiro (Estado)
São Paulo (Estado)
- Distrito Federal

⁵ Usado para fazer a distinção "Espírito Santo" na religião.

Acrescente como qualificador geográfico o nome do país.

Ex.: Distrito Federal (Brasil)

4.1.3 Municípios (cidades)

Entre pela denominação específica, e como qualificador geográfico use a sigla da Unidade da Federação.

Ex.: Belo Horizonte (MG)
Brasília (DF)
Cidade Gaúcha (PR)
Miracema (RJ)
Piracicaba (SP)
Rio de Janeiro (RJ)
Rio Doce (MG)
São Paulo (SP)
Sobradinho (DF)

4.1.4 Lugares em cidades

São incluídos os distritos, povoados, vilas, bairros, praças, parques, etc.

a) use a denominação específica e como qualificador geográfico o nome da cidade seguido da sigla da Unidade da Federação (ver também 5.7 e 5.8).

Ex.: Copacabana (Porto Alegre, RS)
Copacabana (Rio de Janeiro, RJ)
Praça da Bandeira (Rio de Janeiro, RJ)
Quatipuru (Primavera, PA)

4.1.5 Comarcas, arraiais, paróquias

As divisões administrativas, eclesiásticas e judiciárias antigas que não tenham correspondentes na atualidade devem ter suas qualificações descritas no cabeçalho, entre parênteses, precedidas da sigla da unidade maior a que pertencem atualmente e de dois pontos.

Ex.: Alto Amazonas (AM : Comarca)
Venda Grande (SP : Arraial)

4.2 Topônimos estrangeiros

4.2.1 Língua e grafia

Use a forma do topônimo em português, quando esta for a de uso mais geral nas fontes de referências adotadas (ver 6). Em caso de dúvida, use a forma vernacular.

Ex.: Florença (Itália)
Nova Iorque (Estados Unidos)
Nova Orleães (Estados Unidos)
Rússia (Federação)
Suécia
Suiça

4.2.2 Países, possessões territoriais, dependências, etc.

Entre diretamente pelos seus nomes.

Ex.: França
Groenlândia
Malvinas

4.2.3 Grã-Bretanha

Entre as unidades administrativas que compõem o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, diretamente pelos seus nomes: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales. Proceda da mesma forma para a qualificação geográfica de suas entidades.

Ex.: Inglaterra
Londres (Inglaterra)
Belfast (Irlanda do Norte)

4.2.4 Iugoslávia

Entre as unidades administrativas que compõem a atual Iugoslávia diretamente pelos seus nomes: Montenegro e Servia. Proceda da mesma forma para a qualificação geográfica de suas entidades. (ver 3.2.1)

Ex.: Montenegro
Servia
Titograd (Montenegro)
Kolubara, Rio (Servia)

Obs.: Trate as unidades administrativas da antiga Iugoslávia: Bosnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia (República) e Eslovênia, como países independentes.

4.2.5 Estados, províncias, cidades, etc.

Acrescente como qualificador geográfico o nome do País, por extenso, ao topônimo usado como entrada.

Ex.: Formosa (Argentina)
Luanda (Angola)
Londres (Inglaterra)
Nova Iorque (Estados Unidos)
Paris (França)
Toledo (Espanha)

4.2.6 Homônimos

a) acrescente um qualificador geográfico menor, antecendo a indicação do país, dentro do mesmo parênteses, no caso de homônimos de cidades.

Ex.: Friedberg (Bavária, Alemanha)
Friedberg (Hesse, Alemanha)
Washington (Distrito de Columbia, Estados Unidos)
Washington (Arizona, Estados Unidos)

b) acrescente a designação do tipo de categoria administrativa após o qualificador geográfico, no caso dos homônimos pertencerem a categorias diferentes.

Ex.: Guadalajara (Espanha)
Guadalajara (Espanha : Província)
Nova Iorque (Estados Unidos)
Nova Iorque (Estados Unidos : Estado)

4.2.7 Lugares em cidades

São incluídos os bairros, praças, ruas, parques, etc.

a) acrescente como qualificador geográfico, além do nome da cidade, o nome do país, (ver também 5.7 e 5.8)

Ex.: Chelsea (Londres, Inglaterra)
Montmartre (Paris, França)

4.3 Regiões brasileiras e estrangeiras ⁶

São incluídas as regiões ou áreas associadas a cidades e às regiões geográficas. Para regiões de acidentes geográficos ver 5.3.

4.3.1 Regra geral

Entre as regiões pelo seu nome específico:

Ex.: Amazônia
Huasteca, Região (México)
Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ)

4.3.2 Regiões metropolitanas

Aos nomes de Regiões Metropolitanas acrescente, antecedida de vírgula, a expressão: **Região Metropolitana de (do)** entre o nome da cidade e o qualificador geográfico.

Ex.: Cidades	Regiões Metropolitanas
Pensacola (Estados Unidos)	Pensacola, Região Metropolitana de (Estados Unidos)
São Paulo (SP)	São Paulo, Região Metropolitana de (SP)

a) só use a expressão: Região Metropolitana de (do), para as assim designadas oficialmente. Caso contrário, trate a área em questão como região de cidade (ver 4.3.3).

b) faça duas entradas de assunto para estudos que tratem de duas Regiões Metropolitanas.

Ex.: Região Metropolitana do Rio de Janeiro e de São Paulo
Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ)
São Paulo, Região Metropolitana de (SP)

4.3.3 Regiões de cidades

a) aos nomes de regiões de cidades acrescente, antecedida de vírgula, a expressão: **Região de (do)**, entre o nome da cidade e o qualificador geográfico.

Ex.: Aracaju, Região de (SE)
Teresina, Região de (PI)

b) faça duas entradas de assunto para estudos que tratem de duas regiões de cidades.

Ex.: Região de São Paulo e do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Região do (RJ)
São Paulo, Região de (SP)

4.3.4 Regiões com nomes específicos

a) não acrescente o termo Região quando esta tiver nome específico, pois seria redundante.

Ex.: Amazônia
Baixada Fluminense (RJ)
Banija (Iugoslávia)
Recôncavo (BA)
Sahel

b) não faça acréscimos ou outras mudanças na entrada básica adotada, mesmo que os estudos tratem de parte de uma Região.

Ex.: Um trabalho sobre a Região Amazônica referente à sua área no Estado do Pará
Use: Amazônia e não Amazônia (PA)

⁶ Qualifique-se geograficamente de acordo com os itens 4.1, 4.2, e 5.1.3 para nomes de regiões formados.

4.3.5 Mesos e microrregiões brasileiras

Nos nomes de Mesos e Microrregiões acrescente como qualificador geográfico, a sigla da unidade da federação e os termos Mesorregião ou Microrregião antecedidas de dois pontos.

Ex.: Sertão do Moxotó (PE : Microrregião)
Arcoverde (PE : Microrregião)
Serra do Teixeira (PB : Microrregião)

Obs.: Para os efeitos desta norma, considere como meso e microrregiões as assim designadas, oficialmente pelo IBGE.

5 Nomes Geográficos sem Categoria Administrativa

São os nomes próprios de entidades fisiográficas naturais que incluem: grutas, ilhas, montanhas, lagos, planícies, oceanos, rios, etc., e os nomes de regiões baseadas nestas entidades.

5.1 Regras gerais

Entre pelo topônimo seguido da denominação do tipo de acidente, separado por vírgula.

Ex.: Contas, Rio de (BA)
Jaguanum, Ilha (RJ)
Rochosas, Montanhas

5.1.2 Língua e grafia

- para os acidentes geográficos localizados no Brasil, use a forma adotada pelo IBGE (ver 6.1.2).
- para os acidentes estrangeiros use a forma de acordo com as fontes de referência indicadas em 6.2. Traduza para o português a palavra que indica o tipo de acidente. Faça exceção para os nomes geográficos que incluem em seus nomes, na forma vernacular, o tipo de acidente.

Ex.: Vernacular	Português	Forma de entrada
Niagara Falls	Niagara, Cataratas	Niagara, Cataratas (Estados Unidos e Canadá)
Rock Mountains	Rochosas, Montanhas	Rochosas, Montanhas
Grand Canyon	Grand Canyon, Gargantas	Grand Canyon (Estados Unidos)

5.1.3 Qualificador geográfico (ver também 3.2)

- se o acidente geográfico for no Brasil, acrescente à entrada a(s) sigla(s) da Unidade da Federação. Se o acidente geográfico for no estrangeiro use o nome do país por extenso, mesmo que o acidente abranja várias localidades dentro deste país.

Ex.: Carajás, Serra dos (PA)
Missouri, Rio (Estados Unidos)

- se o acidente geográfico abrange até dois locais, indique os qualificadores geográficos, em ordem alfabética ligados por "e". Porém, se o acidente for localizado principalmente em uma das localidades, acrescente em primeiro lugar esta localidade. Para rios ver 5.2.

Ex.: Aimorés, Serra dos (ES e MG)
Biscaia, Baía de (França e Espanha)

- se o acidente geográfico abrange mais de dois locais não use o qualificador geográfico, a não ser para promover distinção entre homônimos. Para rios ver 5.2.

Ex.: Mar, Serra do
Mediterrâneo, Mar
Rochosas, Montanhas

d) no caso de homônimos em acidentes geográficos, acrescente uma localização menor antecedendo a indicação da sigla do Estado para nomes brasileiros e, do nome do país para nomes estrangeiros.

Ex.: Blackwater, Rio (Essex, Inglaterra)
Blackwater, Rio (Hampshire e Berkshire, Inglaterra)
Laje, Serra (Cajuru, SP)
Laje, Serra (Nazaré Paulista, SP)

5.2 Rios

São incluídos todos os tipos de correntes superficiais, tais como: rios, riachos, arroios, etc., como também suas áreas associadas: estuários, deltas, vales e bacias hidrográficas.

5.2.1 Qualificador geográfico

Para os efeitos desta norma, qualifique geograficamente um rio pelas localidades do seu curso, mesmo que seja apenas em áreas limítrofes ou fronteiriças. Por exemplo, um rio que nasça num país e, posteriormente constitua fronteira entre dois outros países, qualifique como localizado nos três países.

5.2.2 Rios dentro de uma localidade

Acrescente o nome do qualificador geográfico, de acordo com o previsto com 5.1.3. No caso de homônimos ver 5.1.3d.

Ex.: Tâmis, Rio (Inglaterra)
Tietê, Rio (SP)

5.2.3 Rios em duas localidades

Localize pelos nomes de ambas localidades de acordo com o previsto em 5.1.3b, porém coloque os qualificadores geográficos, na seguinte ordem: lugar onde o rio nasce e onde deságua, ligados pela conjunção "e".

Ex.: Doce, Rio (MG e ES)
Prata, Rio da (Argentina e Uruguai)

5.2.4 Rios em mais de duas localidades

Não use o qualificador geográfico a não ser para promover distinção entre homônimos. Neste caso, localize pelos nomes das localidades, colocando-as na seguinte ordem: lugar onde o rio nasce e onde deságua ligados por hífen:

Ex.: Amazonas, Rio
Paraíba do Sul, Rio
Pardo, Rio (SP)
Pardo, Rio (MT-MG)

5.2.5 Áreas associadas com rios

a) Acrescente à entrada básica do rio as palavras bacia (bacias hidrográficas), vale, delta, região, estuário; antecedendo imediatamente o qualificador geográfico, quando houver. Para bacias sedimentares ver 5.6.

Ex.: Entrada básica	Área associada
Araguaia, Rio	Araguaia, Rio, Bacia
Doce, Rio (MG e ES)	Doce, Rio, Vale (MG e ES)
Tweed, Rio (Escócia e Inglaterra)	Tweed, Rio, Região (Escócia e Inglaterra)

b) Para as bacias hidrográficas, vales e regiões, acrescente o mesmo qualificador do Rio de acordo com 5.2.1. Para estuários e deltas qualifique, localizando-os geograficamente.

Ex.: Entrada básica	Área associada
Nilo, Rio	Nilo, Rio, Delta (Egito)
Paraíba do Sul, Rio	Paraíba do Sul, Rio, Vale

5.3 Regiões de acidentes geográficos (ver também 4.3)

5.3.1 Indique as regiões dos acidentes geográficos acrescentando a palavra Região à entrada básica

Ex.: Entrada básica	Área associada
Aimorés, Serra dos (ES e MS)	Aimorés, Serra dos, Região (ES e MG)
Cáspio, Mar	Cáspio, Mar, Região
Índico, Oceano	Índico, Oceano, Região
Tahoe, Lago (Estados Unidos)	Tahoe, Lago, Região (Estados Unidos)

a) não faça acréscimos ou outras mudanças na entrada básica adotada, mesmo que os estudos tratem de uma área geográfica maior ou menor.

Ex.: Um trabalho sobre Região de Carajás, localizada nos Estados do Pará e Maranhão, com a entrada básica em Carajás, Serra dos (PA)

Use: Carajás, Serra dos, Região (PA) e não Carajás, Serra dos, Região (MA e PA)

5.4 Ilhas

São incluídas neste item as ilhas e arquipélagos considerados apenas do ponto de vista fisiográfico. Para ilhas com categoria administrativa ver 4.

5.4.1 Não qualifique as ilhas isoladas ou grupo de ilhas fora do continente a que pertencem, e as ilhas que compreendem mais de uma categoria administrativa.

Ex.: Antilhas Francesas
Bornéu, Ilha
Bouvet, Ilha

5.4.2 Para os acidentes geográficos localizados em ilhas acrescente, nos brasileiros, a sigla da Unidade da Federação e, nos estrangeiros, o nome do país.

Ex.: Entrada básica	Acidente geográfico na ilha
Sicília (Itália)	Etna, Monte (Itália)
Marajó, Ilha de (PA)	Anajás, Rio (PA)

5.5 Área de folhas topográficas

Espaço restrito abrangendo o conteúdo de um documento cartográfico que inclui os acidentes naturais e artificiais, permitindo a determinação de alturas e caracterizando os acidentes planimétricos e altimétricos. O título de uma carta topográfica (p.ex. carta internacional ao Milionésimo-CIM) pode estar referenciado a acidentes geográficos como rios e montanhas ou a categorias administrativas como municípios, estados, etc.

5.5.1 Entre a área de uma folha topográfica pelo seu nome próprio, seguido de sua especificação.

Ex.: Tocantins, Área da folha SC.22
Doce, Rio, Área da Folha SE.24

5.6 Bacias sedimentares

Para as bacias sedimentares use o termo *bacia*, após o nome *próprio*

Ex.: Campos, Bacia de (RJ)

5.7 Parques, reservas, monumentos nacionais, etc.

O termo parque é usado nesta norma em sentido amplo designando lugares como: parques públicos e privados de qualquer tipo, áreas de conservação da natureza, áreas naturais, reservas naturais, florestas e reservas florestais, monumentos nacionais, etc.

5.7.1 Língua e grafia

Use a forma vernacular, a menos que o nome em português seja mais conhecido e assim apareça em fontes de referência brasileiras.

Ex.: Estátua da Liberdade (Nova Iorque, Estados Unidos)
Parco Nacional del Criceo (Itália)

5.7.2 Parques nacionais

Entre diretamente pelos seus nomes próprios, qualificando-os de acordo com 5.1.3.

Ex.: Parco Nacional del Criceo (Itália)
Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ)
Parque Nacional de Itatiaia (RJ e MG)

5.7.3 Parques em cidades

Localize geograficamente pelo nome da cidade na qual está situado, de acordo com os itens 4.1.4 e 4.2.7

Ex.: Central Park (Nova Iorque, Estados Unidos)
Cristo Redentor (Rio de Janeiro)
Parque Laje (Rio de Janeiro, RJ)
Parque Noronha Santos (Rio de Janeiro, RJ)

5.8 Ruas e estradas

5.8.1 Regra geral

Entre o nome das ruas e estradas na forma direta.⁷

Ex.: Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro, RJ)

5.8.2 Estradas fora de cidades

Acrescente o qualificador geográfico ao nome da estrada, de acordo com o item 5.1.3

Ex.: Autostrada del Brennero (Itália e Áustria)
Carretera Transpeninsular Benito Juarez (México)
Estrada de Ferro Central do Brasil
Interstate 77 (Estados Unidos)
Rodovia Presidente Dutra (RJ e SP)
Rodovia Transamazônica
Via Salerno (Itália)

⁷ Regra opcional para bibliotecas não integrantes da Rede Bibliodata . Ruas e Estradas. Entre pelo nome mais específico do logradouro se houver um número de citações bibliográficas que o justifique. Ex.: Ouvidor, Rua do (Rio de Janeiro, RJ) e não: Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro, RJ).

5.8.3 Ruas e estradas dentro de cidades

a) localize geograficamente pelo nome da cidade, de acordo com os itens 4.1.4 e 4.2.7

Ex.: Avenida Atlântica (Rio de Janeiro, RJ)
Avenida de la Paz (Madri, Espanha)
Calle Florida (Buenos Aires, Argentina)
Estrada de Ferro Corcovado (Rio de Janeiro, RJ)
Estrada do Galeão (Rio de Janeiro, RJ)
Largo da Glória (Rio de Janeiro, RJ)
Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro, RJ)/
Travessa do Ouvidor (Rio de Janeiro, RJ)

5.9 Cidades extintas e sítios arqueológicos

5.9.1 Cidades extintas

Cidades que deixaram de existir até 1500. Para as cidades da América ver 5.8.2

a) acrescente aos topônimos a qualificação cidade extinta, entre parênteses.

Ex.: Cartago (Cidade extinta)
Fiorentino (Cidade extinta)
Tróia (Cidade extinta)

b) para cidades que ocupam, desde a antigüidade até a atualidade, a mesma área geográfica, use a forma do nome mais atual.

Ex.: Londres(Inglaterra) [não Londonium]
Viena (Austria) [não Vindobona]

5.9.2 Sítios arqueológicos⁸

Acrescente a expressão "Sítio arqueológico", antecedida de vírgula, ao topônimo e a localização geográfica apropriada. As cidades da América que deixaram de existir até 1500 são tratadas como sítios arqueológicos. Use a forma do nome mais encontrada nas fontes de referência.

Ex.: Fengate, Sítio arqueológico (Inglaterra)
Corondó, Sítio arqueológico (São Pedro da Aldeia, RJ)
Qumrân, Sítio arqueológico

6 Fontes de Referência

As publicações relacionadas neste item são usadas para padronização da grafia dos nomes geográficos, assim como para pesquisa sobre a localização dos mesmos.

6.1 Nomes geográficos brasileiros

6.1.1 Para as Unidades da Federação, municípios e distritos use:

DIVISÃO territorial do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 1980. 459p.

_____ : suplemento. Atualização à 9ª ed. até 01 de julho de 1983.
Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 87p. (Série Obras de Referência da Biblioteca Central do IBGE, ISSN 0101-132X; 1)

⁸ Localize-os geograficamente de acordo com os itens 4.1, 4.2 e 5.1.3.

6.1.2 Para acidentes geográficos use:

TOPÔNIMOS da Carta Internacional ao Milionésimo - CIM em ordem alfabética. Rio de Janeiro : IBGE, Centro de Informações Cartográficas, 1991. Listagem de Computador.

Obs.: Quando houver divergência de grafia para um mesmo nome usado ora como localidade, ora como acidente, adote a grafia da publicação Divisão Territorial do Brasil.

6.2 Nomes geográficos estrangeiros

Recomenda-se as publicações na ordem abaixo, por seu grau de exaustividade:

ATLAS Mirador internacional. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1975. 396p.

ATLAS Delta universal. Rio de Janeiro : Delta, 1980. 317p.

ALMANAQUE Abril. São Paulo : Abril, 1994. 789p.

ATLAS geográfico. Rio de Janeiro: IBGE : FENAME, 1983. 113p.

Obs.: Havendo grafias variantes adote a do Atlas Delta universal.

7 Bibliografia

ATLAS Delta universal. Rio de Janeiro : Delta, 1980. 317p.

ATLAS geográfico. Rio de Janeiro : IBGE : FENAME, 1983. 113p.

ATLAS Mirador internacional. Rio de Janeiro : Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1975. 396p.

CATALOGUING service bulletin. Washington, D.C. : Library of Congress, n.13- , 1981-.

CHANG, Lois Mai. *Library of Congress subject headings: principles and application*. Littleton, Colo. : Libraries Unlimited, 1978. 347p.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado por The American Library Association et al. 2. ed. São Paulo : FEBAB, 1983-1995. 2v. São Paulo : Edições Arquivo do Estado, 1990. 387p.

DICK Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo : Arquivo do Estado, 1990. 387p.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES SOBRE PADRONIZAÇÃO DE NOMES GEOGRÁFICOS (1 : 1967 : Genebra, Suíça) *United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names*. New York : United Nations, 1969. 2v,

DIVISÃO territorial do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 1980. 459p.

ESTADOS UNIDOS. Office of Geography. Brazil : official standards names. Washington, D.C. 1963. p.915 (Gazetteer ; n.71) Approved by the United States Board on Geography Names.

ISLAS CURIEL, Hermelinda. Los terminos geograficos. In : II Reunión Regional de la División de America Latina del Grupo de Expertos de las Naciones Unidas en Nombres Geograficos, Aguascalientes, 1986. *Memoria*. Aguascalientes, Mexico : Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 1987. 3t., t.3.

- LEONI, Alfredo. Informe Nacional do Brasil. In : II Reunión Regional de la División de America Latina del Grupo de Expertos de las Naciones Unidas en Nombres Geograficos, Aguascalientes, 1986. *Memoria*. Aguascalientes, Mexico : Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 1987. 3 t., t.1.
- LIBRARY OF CONGRESS. Office Subject Cataloguing Policy. Processing Services. Subject cataloguing : *subject headings*. Washington, D.C., 1984. p. irreg.
- LIBRARY OF CONGRESS. Subject Cataloguing Division. *Library of Congress subject headings*. 9th ed. Washington, D.C., 1980. 2v. With quartely supplements.
- LISA - grande dicionário da língua portuguesa : histórico e geográfico. São Paulo : Lisa, 1970. 5v, v.5: geográfico.
- MAYA FERNANDEZ, José Hilario. Dicionario de nombres geograficos. In : II Reunión Regional de la División de America Latina del Grupo de Expertos de las Naciones Unidas en Nombres Geograficos, Aguascalientes, 1986. *Memoria*. Aguascalientes, Mexico : Instituto de Estadística, Geografía e Informática, 1987. 3t., t.3.
- MEJIA LEHMANCHER, Alberto, ESCOTTO TELLEZ, Gerardo. La función sociocultural de los toponimos. In. : II Reunión Regional de la División de America Latina del Grupo de Expertos de las Naciones en Nombres Geograficos, Aguascalientes, 1986. Aguascalientes, Mexico : Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 1987. 3t.
- TOPÔNIMOS da Carta Internacional ao Milionésimo-CIM em ordem alfabética. Rio de Janeiro : IBGE, Centro de Informações Cartográficas, 1991. Listagem de computador.

Série Documentos para Disseminação

ISSN 0103-6335

1 - O IBGE e o atendimento à sociedade (prefácio do projeto técnico do CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza. ISBN-240-0329-4. 1990. 44 p.

2 - Projetos de disseminação, contribuição ao estabelecimento de uma metodologia. de Cláudio Alex Fagundes da Silva. ISBN 85-240-0355-3. 1991. 30p.. Proposta metodológica que integra a disseminação de informações com o marketing.

3 - Pensando a disseminação de informações (o caso do IBGE), de Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-0459-2. 2ª edição. 1993. 39 p.

4 - Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa. ISBN 85-240-0446-0. 1992, 40 p.

Subsérie Memória Institucional

ISSN 0103-6459

1 - Teixeira de Freitas: pensamento e ação, coord. do Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0351-0. 1990, 140 p.

2 - Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas, coord. do Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0366-9. 1991, 80 p.
Textos das palestras proferidas no Encontro comemorativo do centenário de nascimento de Teixeira de Freitas.

3 - Pró-Censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos Recenseamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire. ISBN 85-240-0460-6. 1993, 53 p.

4 - A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha. ISBN 85-240-0463-0. 1993, 125 p.

5 - IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves. ISBN 85-240-0542-4. 1995. 59 p.

6 - Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República dos Estados Unidos do Brasil e divisas interestaduais, de Ildefonso Escobar. ISBN 85-240-0545-9. 1995. 145 p.

Subsérie Obras de Referência

ISSN 0104-8376

(Continuação de: Série Obras de Referência da Biblioteca do IBGE - ISSN 0102-132-X)

1 - Documentos cartográficos da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, coord. do Setor de Documentação Cartográfica.

ISBN 85-240-0537-8 (obra completa) 1995. 2v.

Subsérie Fontes de Documentação

ISSN 0104-5342

1 - A indexação do Banco de Metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e Vera Lúcia Cortes Abrantes. ISBN 85-240-0475-4. 1994. 25 p.

2 - Nomes geográficos : normas para indexação, de Maria Célia Bou Maroun e Maria de Lourdes Therezinha Pacheco Neves. ISBN 85-240-0589-0. 1996. 21p.

SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

Estamos na INTERNET

<http://www.ibge.gov.br>

webmaster@cddi.ibge.gov.br

VOCÊ PODE OBTER AS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS DO IBGE EM TODO O PAÍS

Rio de Janeiro:

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Rua General Canabarro, 666

20271-201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

Fax: (021)284-1109

Ligação Direta Gratuita: **0800-218181**

Livraria do IBGE

Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja

20021-120 - Castelo - Tel.: (021)220-9147

Avenida Beira Mar, 436 - 2º andar

20021-060 - Castelo - Tel.: (021)210-1250

Fax: (021)220-3543

Norte

RO - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranhã, 2643 - Centro
78900-750 - Telefax: (069)221-3658

AC - Rio Branco - Rua Benjamin Constant, 506 - Centro
69900-160 - Tels.: (068)224-1540/1490 - Ramal 6
Fax: (068)224-1382

AM - Manaus - Avenida Ayrão, 667-3º andar - Centro
69025-050 - Telefax: (092)232-1369

RR - Boa Vista - Avenida Getúlio Vargas, 76-E - Centro
69301-031 - Tel.: (095)224-4103 - Ramal 22

PA - Belém - Avenida Gentil Bittencourt, 418 - Batista Campos
66035-340 - Tel.: (091)241-1440 - Fax: (091)223-8553

AP - Macapá - Av. Cônego Domingos Maltez, 251-Centro
68900-270 - Tels.: (096)222-3128/3574
Fax: (096)223-2696

TO - Palmas - ACSE 01 - Conjunto 03 - Lote 6/8 - Centro
77100-040 - Tel.: (063)215-1907 - Ramal 308
Fax: (063)215-1829

Nordeste

MA - São Luís - Av. Silva Maia, 131 - Praça Deodoro
65020-570 - Tel.: (098)221-5121 - Fax: (098)232-3226

PI - Teresina - Rua Símplicio Mendes, 436 - Centro
64000-110 - Tel.: (086)221-4161 - Fax: (086)221-6308

CE - Fortaleza - Avenida 13 de Maio, 2901 - Benfica
60040-531 - Telefax: (085)243-6941

RN - Natal - Praça Pedro Velho, 161 - Petrópolis
59020-400 - Tels.: (084)211-4681/5310 - Ramal 13
Fax: (084)211-2002 - Telefax: (084)221-3025

PB - João Pessoa - Rua Irineu Pinto, 94 - Centro
68010-100 - Tel.: (083)241-1560 - Ramal 21
Fax: (083)221-4027

PE - Recife - Rua do Hospício, 387 - 4º andar - Boa Vista
50050-050 - Tel.: (081)231-0811 - Ramal 215
Fax: (081)231-1033

AL - Maceió - Beco São José, 125 - Centro
57020-200 - Tel.: (082)221-2385 - Fax: (082)326-1754

SE - Aracaju - Rua Riachuelo, 1017 - Térreo - São José
49015-160 - Tels.: (079)222-8197/8198 - Ramal 16
Fax: (079)222-4755

BA - Salvador - Av. Estados Unidos, 476 - 4º andar - Comércio
Ed. Sesquicentenário - 40013-900 - Tel.: (071)243-9277
Ramais 2005 e 2008 - Telefax: (071)241-2502

Sul

PR - Curitiba - Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 625 - Térreo
Centro - 80430-180 - Tel.: (041) 322-5500 - Ramais 61 e 71
Telefax: (041)222-5762

SC - Florianópolis - Rua Victor Meirelles, 170 - Centro
88010-440 - Tel.: (048)224-0733 - Ramais 234 e 256
Telefax: (048)222-0338

RS - Porto Alegre - Avenida Augusto de Carvalho, 1205 - Térreo
Praia de Belas - 90010-390 - Tel.: (051)228-6444
Ramais 211, 213 e 225 - Fax: (051)228-8507
Telefax: (051)228-6444 - Ramal 212

Sudeste

MG - Belo Horizonte - Rua Oliveira, 523 - 1º andar - Cruzeiro
30310-150 - Tel.: (031)223-0554 - Ramais 1112 e 1113
Telefax: (031)223-3381

ES - Vitória - Rua Duque de Caxias, 267 - Sobreloja - Centro
29010-120 - Tels.: (027)223-2946/3121 - Ramais 21 e 27
Fax: (027)223-5328

SP - São Paulo - Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi
04542-050 - Tels.: (011)822-2106/0077 - Ramal 281
Fax: (011)822-5264

Centro-Oeste

MS - Campo Grande - Rua Barão do Rio Branco, 1431 - Centro
79002-174 - Tels.: (067)721-1163/1902/1525 - Ramais 32 e 42
Fax: (067)721-1520

MT - Cuiabá - Avenida XV de Novembro, 235 - 1º andar - Porto
78020-810 - Tel.: (065)322-2121 - Ramais 113 e 121

GO - Goiânia - Avenida Tocantins, 675 - Setor Central
74015-010 - Tel.: (062)223-3121 - Telefax: (062)223-3106

DF - Brasília - SDS - Ed. Venâncio II - BI H - Quadra 06
1º andar - 70393-900 - Tels.: (061)223-1359/321-7702
Ramal 124 - Fax: (061)226-9106

IBGE possui, ainda, agências localizadas nos principais municípios